

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A SUSTENTABILIDADE NAS  
ORGANIZAÇÕES: O PAPEL E A  
IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA  
«VERDE» AOS RELATÓRIOS

PARA UMA AUDITORIA INTEGRADA EM LINHA  
COM O RELATÓRIO ÚNICO

---

Ivo José Cardoso Gregório

Lisboa, setembro de 2015



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A SUSTENTABILIDADE NAS  
ORGANIZAÇÕES: O PAPEL E A  
IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA  
«VERDE» AOS RELATÓRIOS

PARA UMA AUDITORIA INTEGRADA EM LINHA COM  
O RELATÓRIO ÚNICO

---

Ivo José Cardoso Gregório

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria, realizada sob a orientação científica de Maria Augusta Fernandes, equiparada a professora especialista, da área científica de Gestão.

Constituição do Júri:

Presidente _____	Mestre Gabriel Correia Alves
Vogal _____	Mestre Maria Augusta Fernandes
Vogal _____	Mestre Ana Isabel Marinho Pires

Lisboa, setembro de 2015

Dedico esta dissertação aos meus pais pelo apoio incondicional prestado para que fosse possível a concretização desta.

«A Civilização humana chegou a uma bifurcação na estrada que  
percorremos há muito. Há que escolher um de dois caminhos.  
Ambos nos conduzem ao desconhecido».

(Al Gore)

*This report should be properly audited to provide the same level of  
credibility for one report that audited financial statements have in the  
capital markets. Integrated Reporting requires integrated auditing. Doing  
this will bring the same benefit the quality and integrity of a company's  
internal measurement and control systems.*

(Eccles e Krzus)

## **AGRADECIMENTOS**

Quero deixar aqui o meu agradecimento a todos aqueles que acreditaram que seria possível fazer este estudo, em especial aos meus pais, familiares e amigos.

Faço aqui ainda um agradecimento especial à Professora Maria Augusta Fernandes, pelo apoio, tempo e ajuda que me foi concedido para ter sido possível desenvolver este trabalho.

## RESUMO

Cada vez mais com o passar dos anos as preocupações com o desenvolvimento sustentável – sustentabilidade ou «verde» são outras expressões utilizadas – têm vindo a ser abordadas mundialmente. Isto é, organizações, pessoas e Estados preocupam-se em satisfazer as necessidades atuais sem por em causa as gerações futuras.

Neste quadro a divulgação e comunicação das organizações na esfera da sustentabilidade tende a ser uma prática, o que leva a auditorias «verdes» e neste processo à sua certificação.

Assim, o objetivo deste estudo centra-se na resposta à pergunta de partida, ou seja, «estão os auditores preparados para fazerem auditorias “verdes” aos relatórios?», para a qual se fixou a problemática seguinte:

A progressão da sustentabilidade nas organizações exige mudanças na auditoria e na formação dos auditores, e para isso é necessário, e possível, encontrar um modelo que agilize a auditoria na ótica da sustentabilidade aos relatórios anuais, nomeadamente na esfera de uma auditoria integrada em linha com um relatório único, com vista a um mecanismo de aprendizagem massificado, em particular nas escolas superiores de contabilidade e auditoria.

Para o fim em vista, a metodologia utilizada assentou numa vasta pesquisa documental explorada numa ótica de investigação histórica, seguida de um estudo empírico, desenvolvida numa lógica sistémica, por aproximações sucessivas.

Como conclusão, confirmou-se a problemática tendo-se, em particular, apresentado contributo para um modelo a seguir na auditoria «verde» que se designou por 2i2r.

**Palavras chave:** Ambiente; Cultura; Desenvolvimento Sustentável; Económico; Governança; Social.

## ABSTRACT

Gradually over the years concerns with sustainable development - sustainable or «green» are other expressions used - have been addressed globally. That is, organizations, people and States concerned to meet current needs without compromising that of future generations.

In this framework the dissemination and communication of organizations in the domain of sustainability tends to be a practice, which leads to «green» auditing and in the process to certification.

The objective of this study focuses on the response to the initial question, «auditors are prepared to make "green" audits» for which settled the following issues:

Progression of sustainability in organizations requires changes in auditing and training of auditors, and for this it is necessary, and possible, to find a model that streamline the audit from the perspective of sustainability the annual reports, particularly in the sphere of an integrated audit in line with a single report with a view to a massiveness learning mechanism, particularly in schools of accounting and auditing.

For this end the methodology we used was based on an extensive documentary research explored in a historical perspective, followed by an empirical study, developed a systemic logic, by successive approximations.

In conclusion, confirmed the problem having been, in particular, presented a contribution to a model to be followed «green» auditing, designated 2i2r.

**Keywords:** Environment; Culture; Sustainable Development; Economic; Governance; Social.

# ÍNDICE

Pg.

## I Parte – Introdução

<b>1. Introdução</b> .....	<b>2</b>
1.1 - Justificação do tema .....	2
1.2 - Pergunta de partida e problemática .....	4
1.3 - Objetivos .....	4
1.4 - Metodologia e desenvolvimento do trabalho .....	5
1.5 - Estrutura do relatório .....	5

## II Parte - As organizações na perspetiva da sustentabilidade: contextualização de partida

<b>2. As organizações na perspetiva da sustentabilidade</b> .....	<b>8</b>
2.1 - Conceito de desenvolvimento sustentável: aspetos de um percurso.....	8
2.1.1 - O percurso do desenvolvimento sustentável .....	14
2.2 - O institucionalizado .....	17
2.3 - A sustentabilidade e os negócios .....	20
2.3.1 - A eco-eficiência .....	22
2.4 - Outros aspetos .....	27

## III Parte - Visibilidade da sustentabilidade nos relatórios

<b>3. Visibilidade da sustentabilidade nos relatórios</b> .....	<b>31</b>
3.1 - O sistema de comunicação nas organizações .....	31
3.2 - Os relatórios: dos modelos ao praticado .....	37
3.3 - Relatório de sustentabilidade separado .....	41
3.4- Relatório único .....	45
3.4.1 - A situação atual .....	45
3.4.2 - O relatório do futuro: o financeiro e o não financeiro .....	46
3.4.3 - O Relatório Integrado .....	47
3.4.4 - Outras propostas de «Guias» .....	49
<b>4. Estudo Empírico</b> .....	<b>51</b>
4.1 - Metodologia adotada .....	51
4.2 - «Comunicar a sustentabilidade»: guia para levantamento da situação .....	52
4.3 - Os relatórios nas cotadas do PSI 20: «breve retrato» .....	53
4.4 - O caso «Caixa Geral de Depósitos» .....	57

## IV Parte - Auditoria «Verde»

<b>5. Auditoria «Verde»</b> .....	<b>64</b>
5.1 - Auditoria e auditorias .....	64
5.1.1 - Materialidade .....	65
5.2 - Auditoria «Verde»: aspetos conceptuais, institucionais e práticos .....	67
5.2.1 - A posição de organizações internacionais .....	68
5.3 - Da situação Europeia e em Portugal .....	71
5.4 - Transformação «Verde» .....	77
5.4.1 - Das referências globais na esfera do «Verde» .....	77

5.4.2 - Perfil do «Auditor Verde» e a formação.....	79
5.5 - A certificação dos relatórios de sustentabilidade nas cotadas do PSI 20 .....	79

## **V Parte- Reflexões e Conclusões**

<b>6. Reflexões para uma Auditoria «Verde» .....</b>	<b>82</b>
<b>7. Auditoria à sustentabilidade através dos relatórios .....</b>	<b>87</b>
<b>8. Conclusão: «relatório integrado, auditoria integrada».....</b>	<b>89</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>91</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>97</b>

## ÍNDICE DE ESQUEMAS

<b>Esquema 1</b> - Organizações enquanto sistemas abertos .....	31
<b>Esquema 2</b> - Os cinco passos do processo de gestão e de comunicação .....	33
<b>Esquema 3</b> - Processo de gestão e de comunicação .....	34
<b>Esquema 4</b> - Como definir a informação relevante para os relatórios.....	43
<b>Esquema 5</b> - Modelo resumo da função da ISO 14001 .....	70
<b>Esquema 6</b> - Modelo 2i2r centrado numa formulação de sustentabilidade .....	87
<b>Esquema 7</b> - Modelo 2i2r: processo de trabalho.....	88

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Adesão ao código de ética/conduita.....	11
<b>Gráfico 2</b> - Influência por <i>stakeholders</i> .....	12

## ÍNDICE DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> - Ligação entre a ética, responsabilidade social e transparência.....	13
<b>Imagem 2</b> - Subsistema de gestão.....	32
<b>Imagem 3</b> - As três mudanças no marketing.....	35
<b>Imagem 4</b> - Estratégia do marketing 3.0.....	36
<b>Imagem 5</b> - Modelo dos três I's do marketing 3.0 .....	37
<b>Imagem 6</b> - Princípios para elaborar o relatório segundo a GRI.....	42
<b>Imagem 7</b> - Processo para a criação de valor numa organização.....	49
<b>Imagem 8</b> - Missão e Valores da Caixa Geral de Depósitos.....	59

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Uma cronologia de temas e momentos ao nível do desenvolvimento sustentável ... 14	
<b>Quadro 2</b> - Objetivos do desenvolvimento sustentável.....	17
<b>Quadro 3</b> - Explicação dos dez indicadores da eco-eficiência .....	23
<b>Quadro 4</b> - Exemplo prático da aplicação dos cinco elementos da eco-eficiência .....	25
<b>Quadro 5</b> - Figuras do desenvolvimento sustentável .....	28
<b>Quadro 6</b> - Aspectos que têm de constar no relatório de gestão .....	38
<b>Quadro 7</b> - Aspectos que têm de constar no relatório e contas .....	39
<b>Quadro 8</b> - Benefícios dos relatórios integrados para as organizações.....	47
<b>Quadro 9</b> - Guia para análise do estudo de caso.....	52
<b>Quadro 10</b> - A sustentabilidade nas cotadas do PSI20.....	54
<b>Quadro 11</b> - A sustentabilidade na Caixa Geral de Depósitos .....	58
<b>Quadro 12</b> - Expressão económica na Caixa Geral de Depósitos.....	59
<b>Quadro 13</b> - Expressão social na Caixa Geral de Depósitos .....	60
<b>Quadro 14</b> - Expressão ambiente na Caixa Geral de Depósitos.....	60
<b>Quadro 15</b> - Resumo da aplicabilidade de <i>assurance</i> .....	69
<b>Quadro 16</b> - Panorama atual da auditoria.....	73
<b>Quadro 17</b> - Procedimentos para a verificação dos relatórios de sustentabilidade .....	76

## ABREVIATURAS

- A** **AEA:** Agência Europeia do Ambiente  
**APA:** Agência Portuguesa do Ambiente  
**APB:** *Auditing Practices Board*
- B** **BCP:** Banco Comercial Português  
**BCSD:** Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável  
**BPI:** Banco Português de Investimento
- C** **CGD:** Caixa Geral de Depósitos  
**CE:** Comissão Europeia  
**CEE:** Comunidade Económica Europeia  
**CLITOP:** *Climate Change and Tourism in Portugal*  
**CNADS:** Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
**CRP:** Constituição da República Portuguesa  
**CSC:** Código das Sociedades Comerciais  
**CMVM:** Comissão do mercado de valores Mobiliários  
**CVM:** Código de Valores Mobiliários  
**C2ES:** *Center for Climate and Energy Solutions*
- D** **DS:** Desenvolvimento Sustentável
- E** **EDP:** Energias de Portugal  
**EMAS:** Sistema de Eco-Gestão e Auditoria Ambiental  
**EPA:** *United States Environmental Protection Agency*  
**ESBG:** *European Savings Banks Group*  
**EUA:** Estados Unidos da América
- G** **GC:** *Global Compact*  
**GEE:** Gases com Efeito Estufa  
**GRI:** *Global Reporting Initiative*
- I** **IFAC:** *International Federation of Accountants*  
**IIRC:** *The International Integrated Reporting Council*  
**IPGC:** Instituto Português de *Corporate Governance*  
**ISA:** *International Standard on Auditing*

**ISCAL:** Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

**ISO:** *International Organization for Standardization*

**J JM:** Jerónimo Martins

**N N:** Número

**NCRF:** Norma Contabilística e de Relato Financeiro

**O OCDE:** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OGM:** Organismos Geneticamente Modificados

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**OROC:** Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

**OTOC:** Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

**P PIB:** Produto Interno Bruto

**PCAOB:** *Public Company Accounting Oversight Board*

**PDCA:** Planear, Executar, Verificar e Atuar

**PG:** Página

**PwC:** *Price Waterhouse Cooper*

**R REN:** Rede Energética Nacional

**RI:** Relatório Integrado

**RS:** Relatório de Sustentabilidade

**ROC:** Revisor Oficial de Contas

**S SA:** Sociedades Anónimas

**SGA:** Sistema de Gestão Ambiental

**SDCO:** Substâncias Deterioradoras da Camada de Ozono

**T TEEB:** *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*

**U UE:** União Europeia

**W WBCSD:** *World Business Council for Sustainable Development*

**WBGU:** *German Advisory Council for Sustainability*

**WSBI:** *World Savings Banks Institute*

## I PARTE – INTRODUÇÃO

# 1. INTRODUÇÃO

No decorrer desta primeira parte vão ser apresentados os fundamentos gerais que funcionam como coordenadas do estudo.

## 1.1 - JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Seguindo várias fontes, as preocupações com a sustentabilidade das organizações têm cada vez mais alcançado um espaço importante na economia mundial e nos processos de decisão de cada organização.

Esta inquietação começou a ganhar importância por volta do final dos anos cinquenta início dos anos sessenta, numa época de consumismo desenfreado de recursos que tendiam a escassear.

Nessa altura surgiram movimentos que combatiam as práticas do consumismo e incentivavam a auto produção para satisfação das necessidades básicas á sobrevivência, tendo estes evoluído com o passar dos anos, formando-se grupos que começaram a olhar para o ambiente como um fator a ter em conta, marcando reuniões internacionais tendo em vista a discussão e troca de opiniões.

Já mais recentemente, com este crescente aumento da preocupação com a sustentabilidade nas organizações, mais do que o ambiente tem-se registado um acréscimo de novos organismos sem fins lucrativos, criados ou não por empresas, de origem Estatal, provindos da União Europeia (UE), nomeadamente de dimensão mundial, com o intuito de regular e orientar as organizações com as melhores práticas de sustentabilidade e demonstrar como, por exemplo, podem adotar e divulgar relatórios de sustentabilidade.

Antecipando uma formulação do conceito de sustentabilidade, (que é o mesmo que dizer desenvolvimento sustentável ou verde), numa forma clássica este é composto por três áreas distintas:

- Ambiente
- Economia
- Social.

Neste quadro os agentes económicos e todos os demais são confrontados progressivamente com novos desafios globais originados pela constante procura em litígio com a escassez de

recursos, acompanhada das alterações climáticas, e neste contexto apareceu por exemplo a chamada economia verde.

Muitos países procuram uma cultura cada vez mais atenta ao respeito dos recursos e da sua utilização de forma económica, eficiente e eficaz.

Esta jornada educativa na maioria dos casos tem sido levada a cabo através do aumento da legislação sobre as organizações.

Ilustrando, relativamente à União Europeia (UE), esta tem contemplado organismos no seu seio como, por exemplo, a Agência Europeia do Ambiente (AEA) cujo intuito passa por controlar e intervir nas matérias ambientais.

Das iniciativas da UE temos as que passam pela responsabilização social das empresas incentivando nestas as preocupações ao nível do impacto social e ambiental das políticas adotadas, que assumem a seguinte direção:

- Necessidade de terem trabalhadores motivados e em constante formação;
- Estarem atentos aos recursos naturais e a forma como os utilizam assim como desenvolverem uma atividade transparente;
- Retificando a política de produtos integrados à luz do ciclo de vida dos produtos, (tendo em vista verificar e diminuir o choque no ambiente);
- Conceção de rótulos ecológicos, o que permite aos consumidores ver se os produtos que adquirem veneram na sua conceção por parte dos fabricantes os critérios ecológicos / sustentáveis mais desejados;
- A criação a nível Europeu de um sistema de eco - gestão e auditoria ambiental (EMAS) cujo objetivo é difundir boas práticas e prestar consultadoria às organizações dos diferentes setores em matérias de sustentabilidade.

Focando o caso português, ilustrando, é de salientar a reforma fiscal para o crescimento verde onde os objetivos passam essencialmente pelo desenvolvimento sustentável ao nível económico, ambiental e social da indústria portuguesa.

Neste quadro/processo por todo o mundo tem surgido a necessidade de se proceder ao relato da sustentabilidade das organizações, tendo vindo a ser emitidos por estas relatórios de sustentabilidade anuais, inicialmente em separado dos relatórios de contas obrigatórios, mas atualmente de uma forma progressiva aparecem em conjunto.

Estes novos relatórios são cada vez mais exigidos pelos *stakeholders* de forma a estarem corretamente informados sobre a sustentabilidade das organizações que lhes interessam, para disporem de provas formais tendo em vista orientarem adequadamente os investimentos e os seus consumos.

Deste modo surge a necessidade de se certificarem as informações prestadas a este nível o que origina um novo problema de análise. A grande questão: são necessários auditores com formação e competências para analisarem os novos dados e informação como também é indispensável um modelo para reger este tipo de auditorias, de forma a ser possível verificar a veracidade da sustentabilidade nos relatórios e consequentemente das organizações.

## 1.2 - PERGUNTA DE PARTIDA E PROBLEMÁTICA

Tendo em conta a justificação atrás sistematizada a **pergunta de partida** que emergiu:

*Estão os auditores preparados para fazerem auditorias «verdes» aos relatórios?*

Refletindo sobre esta pergunta, e organizando um **projeto de resposta**, explicitámos a problemática inicial para a investigação, e que se manteve até ao fim:

*A progressão da sustentabilidade nas organizações exige mudanças na auditoria e na formação dos auditores, e para isso é necessário, e possível, encontrar um modelo que agilize a auditoria na ótica da sustentabilidade aos relatórios anuais, nomeadamente na esfera de uma auditoria integrada em linha com um relatório único, com vista a um mecanismo de aprendizagem massificado, em particular nas escolas superiores de contabilidade e auditoria.*

## 1.3 - OBJETIVOS

O objetivo nuclear, de acordo com as metodologias de investigação seguidas, visa responder á pergunta de partida e confirmar ou não a problemática.

Em termos de *output*, procura-se apresentar, como documento de trabalho, um modelo para a auditoria «verde» tendo subjacente um relatório único.

Mas para atingirmos estes objetivos finais há que prosseguir um sistema de objetivos intermédios, interdependentes, e para isso:

- *Explicitar e aprimorar de forma continuada as coordenadas de investigação;*
- *Caracterizar as organizações na perspetiva da sustentabilidade;*
- *Diagnosticar o sistema de comunicação e divulgação «verde»;*
- *Fazer um ponto de situação à auditoria «verde» e aos relatórios;*
- *Outros.*

#### 1.4 - METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Conceptualmente, a metodologia seguida foi a prevista, e assenta no cruzamento de investigação teórica com estudo de caso. A literatura e documentação foi explorada numa ótica de investigação histórica e ao mesmo tempo evidenciados casos que permitem dados descritivos e informação explicativa de práticas, bem ou mal sucedidas, acompanhadas de um progressivo questionamento e reflexão, que nos levem à construção de um novo modelo prático alicerçado em teoria e com provas no mundo do trabalho de forma verificável.

Em termos de atividades, o trabalho foi desenvolvido segundo uma abordagem sistémica, e por aproximações sucessivas, centrando-se em simultâneo em várias fontes, seguindo-se esta mesma filosofia quanto à fixação no relatório da investigação, destacando-se encontros regulares com a orientadora, que permitiram o seu acompanhamento ao longo de todo o percurso do trabalho.

#### 1.5 - ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Este relatório está dividido em cinco partes e oito capítulos:

- **I Parte - Introdução:** Capítulo 1 – Fixa as coordenadas da investigação;
- **II Parte - As organizações na perspetiva da sustentabilidade: contextualização de partida:** Capítulo 2 – Faz-se uma leitura em termos de percurso do que tem sido o desenvolvimento sustentável em termos de organizações e do mundo dos negócios;
- **III Parte - Visibilidade da sustentabilidade nos relatórios:** Capítulo 3 e 4 – Avalia-se com base na literatura disponível e através de um estudo de caso a inserção dos relatórios, sejam eles em «separado» ou «únicos», no sistema de comunicação das organizações na ótica da sustentabilidade;

- **IV Parte - Auditoria «Verde»:** Capítulo 5 – Regista-se sobre o «estado da arte» do que se pode designar por auditoria «verde»;
- **V Parte - Reflexões e conclusões:** Capítulo 6, 7 e 8 – Fixam-se reflexões que o estudo proporcionou e como desenvolvimento natural apresenta-se um contributo – 2i2r – para um modelo a ser seguido na auditoria verde através de suportes de informação e comunicação nomeadamente relatórios. Por fim mostra-se a conclusão referenciada à pergunta de partida e à problemática.

**II PARTE – AS ORGANIZAÇÕES NA PERSPETIVA**  
**DA SUSTENTABILIDADE: CONTEXTUALIZAÇÃO**  
**DE PARTIDA**

## 2. AS ORGANIZAÇÕES NA PERSPETIVA DA SUSTENTABILIDADE

Nesta parte queremos mostrar um percurso do conceito «sustentabilidade», («desenvolvimento sustentável» e «verde» são outras expressões equivalentes) numa perspetiva de assinalar marcos institucionalizados, nomeadamente através de leis e demais normativos e, ao mesmo tempo, mostrar outras realidades no mundo onde nos inserimos.

### 2.1 - CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPETOS DE UM PERCURSO

Desenvolvimento sustentável numa formulação clássica é definido como sendo o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem por em causa a satisfação das gerações futuras. Por outras palavras, é o utilizar agora dos recursos mas de forma responsável de maneira a que no futuro os nossos descendentes também os possam utilizar.

O conceito **Desenvolvimento Sustentável (DS) = Sustentabilidade = «Verde»** apresenta diferentes formulações sendo as mais divulgadas segundo Fernandes:

**DS** = Ambiente, economia, social

**DS** = Ambiente, governança, social

**DS** = Ambiente, economia, governança, social

**DS** = Ambiente, cultura, economia, governança, social

**DS** = *People, Planet, Profit*

Tendo em vista uma melhor perceção do conceito do desenvolvimento sustentável desenvolvemos as seguintes dimensões:

- **Ambiente:** Onde as preocupações estão relacionadas com o ar, a poluição, espaço e os recursos que nos rodeiam, de forma a garantir a subsistência destes;
- **Governança:** A transparência na divulgação de dados financeiros e não financeiros nas organizações e outros organismos, permitindo a interação com os *stakeholders*;
- **Economia:** Preocupação com a utilização dos recursos materiais e imateriais de forma eficiente e eficaz tendo em conta a sua racionalização;

- **Social:** Aqui aparecem as pessoas e a forma e condições como estas vivem e estão inseridas nas sociedades, levantando-se questões como trabalho, segurança, saúde, discriminação, entre outros.

Ao longo dos tempos deu-se ênfase a estes e outros conceitos/designações de maneiras diversificadas. Analisemos o seguinte:

- Sustentabilidade empresarial
- Gestão ambiental
- Ética
- Responsabilidade Social
- Transparência.

### **a) Sustentabilidade empresarial**

O conceito de sustentabilidade empresarial aparece associado ao desenvolvimento normal das atividades por uma organização tendo sempre presente o «verde». Este tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade ao nível empresarial tendo atualmente um papel muito importante nas organizações em matérias como:

- Comunicações
- Investimentos
- Operações.

### **b) Gestão ambiental**

A sustentabilidade nas empresas foi muitas vezes reduzida à questão da gestão ambiental, que tem como objetivo central a preservação dos recursos naturais assim como a limitação da emissão de poluentes mitigando os riscos ambientais.

De acordo com vários autores como Alledi, Bidwell, Govatto e Verfaillie, esta gestão é definida como sendo uma obrigatoriedade cívica inquestionável para as organizações de forma a garantir um desenvolvimento sustentável destas podendo ser verificada através de relatórios de sustentabilidade, que entretanto ganham cada vez mais espaço, e podem ser definidos como um documento que permite a divulgação do desempenho das organizações face às suas responsabilidades a três níveis, o ambiental, económico e social.

Tendo por base os autores referidos no segundo paragrafo desta alínea (b), para que esta gestão ocorra nas organizações é essencial a construção de um sistema de gestão ambiental (SGA) sendo este fundamental para a existência de um planeamento, acompanhamento e sistemática revisão do desempenho tendo em vista a melhoria contínua.

Segundo estes, esta necessidade da existência do SGA e de se prestarem contas através dos relatórios não é recente, pois apareceu nos Estados Unidos da América (EUA) por volta dos anos 60 tendo alguns anos mais tarde acabado por se propagar pelo continente Europeu.

Quem mais contribuiu para este desenvolvimento foram os *stakeholders* que exigiam enquanto consumidores saber qual o impacto do seu consumo no ambiente, assim como enquanto investidores queriam saber se as organizações tinham recursos suficientes para garantirem a sua produção no imediato e futuramente.

Com o passar dos tempos tem-se verificado que as próprias administrações das organizações se têm preocupado em voluntariamente apresentar os relatórios de sustentabilidade, pois proporciona-lhes benefícios ao aumentar a confiança dos investidores.

Assim sendo, os relatórios de sustentabilidade têm como objetivo divulgar as práticas de gestão utilizadas, tendo em vista uma melhoria de futuro ao nível do desempenho das organizações premiando a ética, responsabilidade social e a transparência.

### **c) Ética**

Tendo por base os autores Alledi e Quelhas, das definições mais usuais é descrita como uma ciência que analisa as convicções morais alusivas ao comportamento humano compreendendo padrões, princípios e regras que regulam as decisões das organizações.

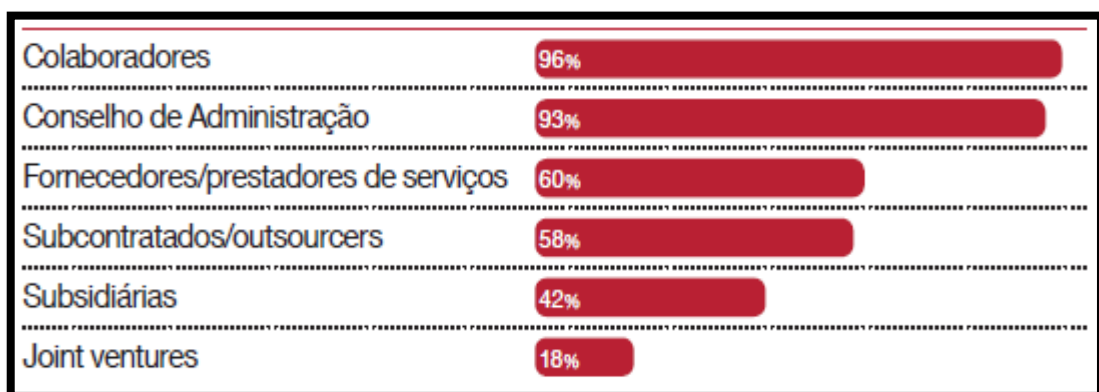
Apareceu há mais de dois mil anos na Grécia provinda de um estudo realizado por Aristóteles, e segundo este o objetivo da ética é promover o bem estar coletivo. Aplicando esta finalidade à atual economia onde nos inserimos, verificamos que as organizações cada vez mais se deparam com o problema de conjugar o lucro com o desempenhar de uma função social.

Para responder a esta situação é aconselhável a criação de um código de ética/conduita para cada entidade tendo como fim definir pilares de responsabilidade social. Este código para ser eficaz deve ser elaborado através da participação/envolvimento de todos os níveis da organização, devendo conter onze stakeholders essenciais segundo a *Price Waterhouse Cooper* (PwC), assim assinalados:

- Acionistas;
- Colaboradores;
- Clientes;
- Comunidades locais;
- Fornecedores;
- Entidades governamentais;
- Consumidores;
- Bancos e outras entidades financeiras;
- Organizações da sociedade civil;
- Sindicatos;
- Meios de comunicação social.

Um estudo realizado pela PwC em 2012 verifica-se que o código de ética/conducta tem um grande papel para o comportamento, principalmente dos trabalhadores, pois estes em grande maioria têm atenção ao que se encontra estipulado seguindo as regras, conforme podemos constatar através do gráfico seguinte.

**Gráfico 1 - Adesão ao código de ética/conducta**

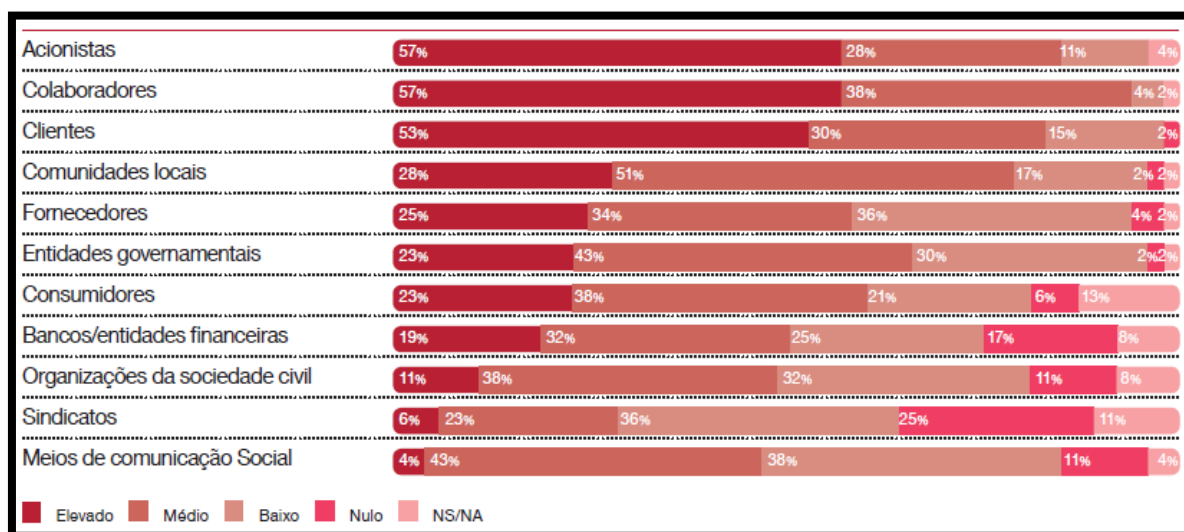


Fonte: PwC: Responsabilidade social corporativa em Portugal, (2012)

## d) Responsabilidade social

Na sequência do que vimos a descrever, responsabilidade social, segundo Almeida e Goratto é a consequência da aplicação da ética nas organizações, podendo esta ser influenciada pelos onze *stakeholders* anteriormente referidos, sendo os mais relevantes os acionistas e colaboradores conforme podemos observar no seguinte gráfico.

Gráfico 2 - Influência por *stakeholders*



Fonte: PwC: Responsabilidade social corporativa em Portugal, (2012)

Hoje, este conceito pode/deve dizer-se que está totalmente integrado na dimensão «social» do desenvolvimento sustentável.

Ainda de assinalar a verificação/certificação desta responsabilidade social pode ser feita através da ISO 9000, da ISSO 26000 e da *Social AccountAbility* 8000 (SA8000) comportando esta última nove elementos fundamentais:

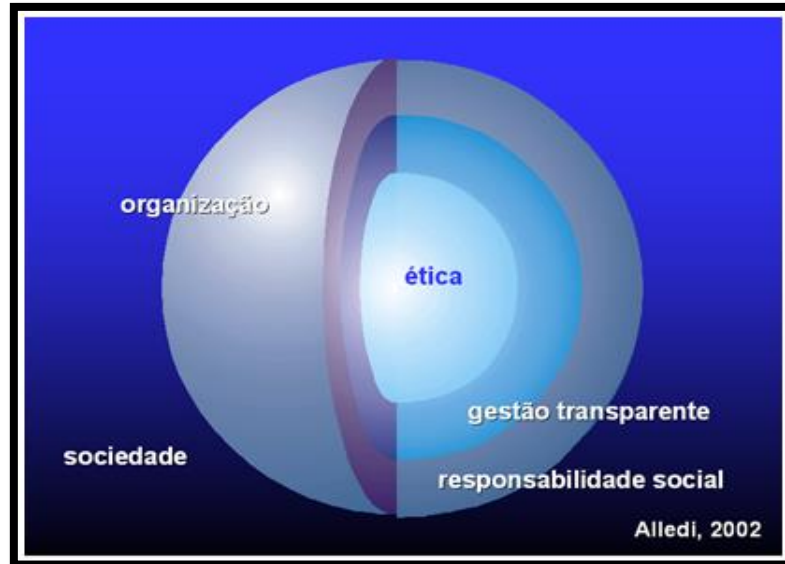
- Trabalho infantil
- Trabalho Forçado
- Saúde e segurança
- Liberdade de associação e direito à negociação coletiva

- Discriminação
- Práticas disciplinares
- Horários de trabalho
- Remunerações
- Sistema de gestão.

### e) Transparência

Transparência em linha com o que vimos a expor é o elo de ligação entre a ética e a responsabilidade social, estando a sua definição ligada ao deixar ver sem qualquer tipo de ocultação, que é o que a imagem seguinte quer transmitir.

**Imagem 1** - Ligação entre a ética, responsabilidade social e transparência

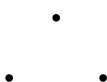


Fonte: Alledi; Quelhas: A sustentabilidade das organizações e a gestão da ética, transparência e responsabilidade social corporativa, (2002)

Segundo Alledi e Quelhas, existem seis pontos fundamentais para a gestão transparente que haviam sido definidos ao longo dos tempos por Schuster, Carpenter e Kane:

- Alfabetização das organizações

- Domínio dos números
- Comunicação e sistemas eficientes
- Reconhecimento e motivação pessoal
- Recompensas aos trabalhadores
- Partilha de responsabilidades por toda a organização.



Tudo isto que acabamos de expor contribui para se perceber bem o conteúdo do DS, bem como o que se segue na parte seguinte.

### 2.1.1 – O PERCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável não é estático nem recente, pois tem sofrido alterações na sua formulação ao longo dos tempos, sendo abordado quer numa perspetiva macro, e a nível mundial, e numa perspetiva micro, por exemplo, internamente pelos diferentes países.

Tendo em vista uma melhor ilustração apresentamos a seguinte cronologia, que não engloba todos os marcos existentes mas menciona os que considerámos de entre outros os principais.

**Quadro 1** – Uma cronologia de temas e momentos ao nível do desenvolvimento sustentável

1864	<i>Man and Nature, or Physical Geograpy as Modified by Human Action</i>
1968	Convocação da Conferência de Estocolmo
1970	Fixação em Portugal das noções de Parque Nacional e Reserva
1971	Criação em Portugal da Comissão Nacional do Ambiente
1972	Primeira Grande Conferência Internacional sobre Ambiente Humano – Suécia
1974	25 de Abril – Portugal

1979	Conferência Mundial do Clima
1985	Aparecimento do partido dos Verdes no Parlamento Federal Alemão
1986	<i>National Fórum on Biodiversity</i>
1987	O nosso Futuro Comum
	Lai de Bases do Ambiente de Portugal
1992	Cimeira Terra - Brasil
	<i>WBCSD - World Business Council for Sustainable Development</i>
1994	Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento
1996	Pegada Ecológica
1997	<i>GRI - Global Reporting Initiative</i>
1998	Cuidar o Futuro - Um programa radical para viver melhor
	Protocolo de Quioto
	Princípios de Governação da OCDE
1999	<i>Global Compact</i>
	<i>Dow Jones Sustainability Indexes</i>
2000	Os objetivos do Milénio
	Sistema de indicadores de Desenvolvimento Sustentável
2001	<i>Ethical Corporation</i>
	BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
2002	Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Joanesburgo
	European Multi-Stakeholder Forum on CSR
	Pegada Hídrica
2003	Princípios do Equador
	<i>Global Footprint Network</i>
2004	Diretriz Contabilística nº 29 - Matérias Ambientais
	<i>The Prince's Accounting for Sustainability Project</i>
	<i>The Greenhouse Gas Protocol / A Corporate Accounting and Reporting Standard</i>
2005	<i>O millenium Ecosystem Assessment</i>
	<i>The Global 100: World Leaders in Clean Capitalism</i>
2007	<i>Programa Gulbenkian Ambiente</i>
	<i>Business &amp; Biodiversity</i>

	<i>Projeto CLITOP - Climate Change and Tourism in Portugal</i>
<b>2009</b>	Cimeira de Copenhaga
	Livro Branco sobre a adaptação às Alteração Climáticas
	<i>Why Sustainability is Now the Key Driver of Innovation</i>
<b>2010</b>	<i>IIRC - The International Integrated Reporting Council</i>
	<i>ISO 26000</i>
	<i>The Sustainability Imperative</i>
<b>2011</b>	Roteiro para uma Economia Competitiva de Baixo Carbono
	<i>The Sustainable Economy</i>
	<i>The Great Disruption</i>
	<i>Market Interest in Nonfinancial Information</i>
	Estatísticas do Ambiente
<b>2012</b>	<i>TEEB - The Economics of Ecosystems and Biodiversity</i>
	<i>Sabe!NOW</i>
	Alemanha 10 anos de Sustentabilidade
	Rio + 20 / Sinais
	E-RISC: um novo ângulo sobre o risco de crédito soberano
	18º Conferência da ONU sobre Alteração Climáticas
	<i>Corporation 2020</i>
	<i>Inclusive Green Growth</i>
	<i>Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of accounting and Reporting</i>
<b>2013</b>	Discurso do Presidente Obama na Tomada de Posse
	<i>World Economic Forum</i>
	Código de <i>Corporate Governance</i> / Instituto Português de <i>Corporate Governance</i>
<b>2015</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Adaptado de Fernandes: Relatórios de sustentabilidade e contas, (2013)

Desta vasta cronologia é possível verificar que este tema tem ganho cada vez mais relevância um pouco por todo o mundo tendo existido diferentes marcos históricos, sendo um dos mais importantes o documento de trabalho que foi criado em 2012 na Rio + 20 que previa a definição de metas e objetivos para o desenvolvimento sustentável, tendo culminado nos «objetivo do desenvolvimento sustentável», aprovados no ano de 2015.

A Organização das Nações Unidas, (ONU) definiu assim em 2015 dezassete objetivos de um total de cento e sessenta e nove metas a atingir numa agenda de desenvolvimento até ao ano 2030, onde são identificadas as principais carências existentes a nível mundial, sendo estes os presentes no seguinte quadro.

**Quadro 2 - Objetivos do desenvolvimento sustentável**



Fonte: ONU

## 2.2 - O INSTITUCIONALIZADO

Ao nível institucional existe por todo o mundo muita legislação e várias organizações e organismos institucionais que atuam em matérias de sustentabilidade, para o mostrarmos subdividimos este ponto em:

- a) Organismos
- b) Legislação.

## a) Organismos

Verifica-se uma crescente preocupação com o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade, foram aparecendo diferentes organismos tais como, os que apresentamos de seguida, no que tivemos como fonte principal o blog O ISCAL é Verde:

- AEA - Agência Europeia do Ambiente;
- APA - Agência Portuguesa do Ambiente;
- CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- C2ES - Center for Climate and Energy Solutions;
- EMAS - Sistema Comunitário de Eco - Gestão e Auditoria;
- EPA - United States Environmental Protection Agency;
- WBGU - German Advisory Council for Sustainability;

Dentro destes organismos destacamos, devido à sua grande relevância no panorama atual, o EMAS, a APA e a APA.

**EMAS:** É considerada como uma marca Europeia de qualidade e adesão voluntária que foi adotada em 1993 pelo Conselho da UE, através do Regulamento da Comunidade Económica Europeia, (CEE) nº 1836/93 que foi revogado pelo nº 761/2001, permitindo a partir desse momento que todas as organizações aderissem ao EMAS e com esta alteração eliminar os conflitos com a ISO 14001.

A definição deste sistema assenta na proteção do ambiente através de mecanismos de mercado tendo como objetivo a melhoria do desempenho ambiental em conformidade com a legislação e comunicação de resultados publicamente.

Os requisitos necessários para adesão por parte das organizações passam pelo implementar de um sistema de gestão ambiental, tendo este de ser auditado, e comunicar publicamente o desempenho alcançado. Atualmente o EMAS já conta com mais de 3000 participantes sendo a maioria provindos de países nórdicos da Europa.

**AEA e a APA:** São agências ambientais, uma ao nível europeu e outro ao nível português cujo objetivo passa por assegurar e desenvolver a sustentabilidade através do apoio e criação de iniciativas que envolvem os cidadãos, as empresas e o Estado agregado de todo o seu setor empresarial.

## b) Legislação

Como já foi referido anteriormente, há uma vasta legislação a considerar em cada circunstância, onde apenas queremos destacar os diferentes normativos começando pela Constituição da República portuguesa (CRP), por exemplo na Parte I no título II e III onde estão presentes os direitos, liberdades, garantias e deveres económico, sociais e culturais.

Indo ao detalhe e para ilustrar, escolhemos os seguintes artigos da CRP para cada uma das três dimensões da definição clássica do desenvolvimento sustentável:

**Ambiente:** Artigo 66º «Ambiente e qualidade de vida» – Este fala-nos sobre desenvolvimento sustentável e os deveres que o Estado têm nesta matéria, ao nível da criação de organismos e na promoção do envolvimento dos cidadãos tendo em vista o controlo da poluição, ordenamento do território, desenvolvimento de reservas naturais, aproveitamento racional dos recursos, a integração de políticas e educação ambiental assim como a existência de uma política fiscal que compatibilize com o desenvolvimento sustentável;

**Economia:** Toda a Parte II fala sobre as organizações e a economia;

**Social:** Artigo 63º «Segurança social e solidariedade» - O Estado é incumbido de gerir e administrar o sistema de segurança social que vai permitir aos cidadãos uma proteção na «doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade» sem qualquer carácter lucrativo apenas garantindo o interesse público dos serviços prestados.

É de referir que no Artigo 9º da CRP, «Tarefas fundamentais do Estado» podemos encontrar uma definição perfeita do que se pode entender como desenvolvimento sustentável, focando claramente o ambiente, económico e social:

**Alínea d):** «Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais». (Aqui está presente o conceito de governança).

**Alínea e):** «Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território». (Nesta alínea encontramos o conceito de cultura).

Existe ainda para além da CRP muita legislação criada/transposta pelo Estado Português onde ao longo dos anos temos assistido a uma constante incrementação de normativos Europeus transcritos para a legislação nacional assim como a criação de novos provindos de iniciativa

interna, sendo os principais os que se encontram contemplados no **anexo I**, sendo os mais importantes:

**Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto:** É a Lei-quadro das contra ordenações ambientais, onde é censurada qualquer violação às componentes ambientais humanas e naturais, criminalizando quaisquer atos que ponham em causa estas;

**Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril:** Lei de bases do ambiente, aqui o Estado pretende dar cumprimento ao Artigo 9º e 66º da CRP, tendo em vista o progresso harmonioso do país através do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado e mostrando a abrangência dos normativos em torno deste tema, ao nível da vertente contabilística, existe a Norma Contabilística e de Relato Financeiro número vinte seis, (NCRF 26) que é aplicada no tratamento de matérias de carácter ambiental cujo objetivo passa pelo reconhecimento, mensuração e divulgação de dispêndios ambientais. Também está associada à identificação de passivos e eventuais riscos de origem ambiental em certos tipos de ativos.

Ao nível do relato financeiro, no Código das Sociedades Comerciais (CSC), e Código de Valores Mobiliários (CVM), que iremos desenvolver no capítulo 3.2 do presente estudo, antecipa-se desde já que cobrem as matérias aqui em causa.

### **2.3 - A SUSTENTABILIDADE E OS NEGÓCIOS**

Neste ponto vamos mostrar que o mundo empresarial também se preocupa com as questões da sustentabilidade, dando especial ênfase à eco-eficiência.

Desta forma passamos a demonstrar alguns organismos resultantes do associativismo das organizações, assim como alguns aspetos tidos em conta por estas com o intuito de responder às necessidades nas matérias relacionadas com o desenvolvimento sustentável, convergindo ideias nomeadamente com o intuito de criar procedimentos uniformes de atuação e posterior comunicação com os *stakeholders*.

Exemplos destas associações:

- BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- ESBG - *European Savings Banks Group*
- GC - *Global Compact*

- WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*
- WSBI - *World Savings Banks Institute*.

**WBCSD:** Organização empresarial que se preocupa com a sustentabilidade e a criação de valor de forma ecológica. Uma dos atuais pontos de intervenção/preocupação deste organismo é a questão do relato integrado por parte das organizações.

**BCSD Portugal:** É um «filho» da WBCSD, cujo os objetivos passam por:

- Difundir os princípios que qualificam o desenvolvimento sustentável
- Fazer a ligação entre a comunidade empresarial, governos e sociedade civil tendo como fim estimular o desenvolvimento sustentável
- Apostar na formação das gerações em matérias de racionalização ambiental
- Proporcionar troca/partilha de ideias
- Persuadir a tomada de decisão ao nível da legislação aprovada pelo Estado.

**GC:** É uma rede de cidadania empresarial que atua nas áreas da anticorrupção, direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental. Tem definidos 10 princípios que estão subjacentes às quatro áreas de atuação:

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente
2. Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos
3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva
4. A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório
5. Abolição efetiva do trabalho infantil
6. Eliminação da discriminação no emprego
7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
8. Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental
9. Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente
10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

**WSBI:** É um organismo de nível mundial que visa garantir a sustentabilidade do sistema bancário mundial. Começou por ser uma pequena parceria entre bancos, apelidados estes de «bancos de poupança» tendo estes iniciado na Alemanha e depois em Inglaterra estendendo-se depois um pouco por todo o mundo.

**ESBG:** Este organismo é por sua vez um «irmão» do WSBI, mas a nível europeu, definindo conjuntamente com este as diferentes ações realizadas para a prevenção do branqueamento de capitais e preservar a sustentabilidade económica dos seus membros, contribuindo assim para um sistema bancário internacional transparente e estável.

### **2.3.1 – A ECO-EFICIÊNCIA**

Após este resumido enquadramento institucional ao nível das organizações é importante fazer referência a uma das preocupações destas nos tempos que decorrem que passa pela eco-eficiência no âmbito da sustentabilidade.

Este novo conceito é medido através do valor do produto/serviço a dividir pelo impacto ambiental produzido tendo sido criado/desenvolvido pelo WBCSD um modelo de verificação deste conceito que é composto por dez indicadores de aplicação genérica sendo estes os seguintes:

#### **Valor do produto/serviço**

- Quantidade
- Vendas líquidas

#### **Impacto ambiental produzido**

- Consumo de energia
- Consumo de materiais
- Consumo de água
- Emissão de substâncias deterioradoras da camada de ozono (SDCO)
- Emissão de gases com efeito estufa (GEE)
- Resultados líquidos
- Emissões gasosas acidentais
- Resíduos totais.

**Quadro 3** - Explicação dos dez indicadores da eco-eficiência

INDICADOR	UNIDADE	METODOLOGIA DE MEDIÇÃO	POTENCIAL FONTE DE DADOS
<p><b>Quantidade</b></p> <p>Medição ou contagem física do produto fabricado ou serviço prestado, entregue ou vendido aos clientes</p>	adequada à especificidade do negócio, por exemplo, número ou massa	Método específico da empresa usado para medir quantidades, por exemplo, massa ou número do produto ou serviço, produzidos ou vendidos	Custo, produção ou relatórios de vendas
<p><b>Vendas Líquidas</b></p> <p>Total de vendas registadas, não considerando descontos, devoluções e empréstimos</p>	em USD, EUR, JPY ou na unidade monetária corrente da empresa	<i>International Accounting Standards Committee (IASC), Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)</i>	Relatórios e Contas anuais
<p><b>Consumo de Água</b></p> <p>Soma da quantidade de água de abastecimento, comprada às entidades públicas ou proveniente de águas superficiais ou do solo (incluindo água de arrefecimento)</p>	em metros cúbicos	Método específico da empresa	Arquivos das compras Relatórios da produção Relatórios de custos
<p><b>Emissões de Substâncias Deterioradoras da Camada do Ozono (SDCO)</b></p> <p>Quantidade das emissões gasosas destas substâncias, provenientes dos processos e perdas/substituições dos reservatórios ou depósitos («chillers»)</p>	em toneladas métricas CFC11 equivalente	Listagem das substâncias controladas deterioradoras da camada do ozono e das potenciais deterioradoras: Protocolo de Montreal, Anexos de A a E	Inspeções às fábricas Relatórios Ambientais, Saúde e Segurança Estimativa ou cálculo
<p><b>Consumo de Energia</b></p> <p>Soma total da energia consumida (igual à compra de energia menos a energia vendida para utilização de outrem), incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● electricidade e aquecimento</li> <li>● combustíveis fósseis (Ex. gás natural, petróleo e carvão)</li> <li>● outras energias derivadas de combustíveis (Ex. biomassa, madeira e resíduos)</li> <li>● energias derivadas de não-combustíveis (Ex. solar e eólica)</li> </ul>	em gigajoules (ou outro multiplicador do joule mais apropriado)	Factores de transformação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• valor calorífico máximo do combustível baseado nos produtos da combustão (estados físicos): água (líquido), dióxido de carbono (gasoso) e azoto (gasoso)</li> <li>• electricidade e aquecimento da região, como quantidade comprada de energia final</li> </ul>	Arquivos das compras. Energia usada na unidade/inventários da utilização de combustíveis Relatórios de gestão da unidade fabril Literatura diversa
<p><b>Consumo de Materiais</b></p> <p>Soma do peso de todos os materiais comprados ou obtidos de outras proveniências, incluindo,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● matérias-primas para conversão</li> <li>● outros materiais do processo, tais como: catalizadores e solventes</li> <li>● mercadorias ou componentes pré-ou semi-acabadas, excluindo embalagens, consumo de água e materiais usados para fins energéticos</li> </ul>	em toneladas métricas	Métodos específicos da empresa para medir as quantidades utilizadas	Arquivos das compras Relatórios da produção Relatórios de custos

<p><b>Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)</b> Quantidade de emissões gasosas destes gases, a partir da combustão de combustíveis, reacções dos processos e processos de tratamento, incluindo CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub>, N<sub>2</sub>O, HFC's, PFC's e SF<sub>6</sub>, excluindo as emissões libertadas na produção de electricidade comprada</p>	<p>em toneladas métricas de CO<sub>2</sub> equivalente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Listagem de gases com efeito de estufa: Protocolo de Quioto, Anexo A</li> <li>Gases potenciais de aquecimento global: IPPC, Alterações Climáticas 1995, Segundo Relatório de Avaliação</li> <li>Factores de transformação para combustíveis: do conteúdo de carbono combustível, por ex. Responsible Care: Health, Safety and Environmental Reporting CEFIC, Novembro de 1998, pág. 31 e seguintes</li> </ul> <p>Estas emissões relativas às reacções dos processos e aos processos de tratamentos são calculadas/estimadas usando o conhecimento específico dos processos, composição dos resíduos e eficiência do tratamento.</p>	<p>Relatórios de custos Facturas de combustíveis Inspecções às fábricas Relatórios Ambientais, Saúde e Segurança Estimativa ou cálculo</p>
<p><b>Resultados líquidos</b></p>	<p>em USD, EUR, JPY ou na unidade monetária habitual da empresa</p>	<p>Vendas Líquidas menos todas as despesas do período em causa, incluindo: custos da mercadoria vendida; despesas de venda, despesas gerais e administrativas; despesas com tecnologias; custos de investigação e desenvolvimento; amortização e ajustes de imobilizados incorpóreos; encargos especiais e de reestruturação; juros; outras despesas; imposto de rendimento; <i>International Accounting Standards Committee (IASC), Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)</i></p>	<p>Relatórios financeiros</p>
<p><b>Emissões gasosas acidificantes</b> Quantidade de gases ácidos e de nuvens ácidas emitidos para o ar (incluindo NH<sub>3</sub>, HCl, HF, NO<sub>2</sub>, SO<sub>2</sub> e nuvens ácidas sulfúricas), provenientes de sistemas de combustão, reacções do processo e processos de tratamento.</p>	<p>em toneladas métricas de SO<sub>2</sub> equivalente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Listagem dos ácidos: <i>ICI - Environmental Burden The ICI Approach, 1997</i></li> <li>Potenciais acidificantes: <i>Heijungs et al., CML Universidade de Leiden, 1992; e Hauschild and Wenzel, Chapman &amp; Hall, Londres, 1997</i></li> </ul>	<p>Inspecções às fábricas Relatórios Ambientais, Saúde e Segurança Estimativa ou cálculo</p>
<p><b>Resíduos Totais</b> Quantidade total de substâncias ou objectos para eliminação.</p>	<p>em toneladas métricas</p>	<p>Definições de resíduos e eliminação: <i>Convenção da Basileia, 1992: Definições e Anexo IV</i></p>	<p>Inspecções às fábricas Relatórios Ambientais, Saúde e Segurança Estimativa ou cálculo</p>

Fonte: Verfaillie; Bidwell: Medir a eco-eficiência um guia para comunicar o desempenho da empresa, (2000)

Para além destes dez princípios o WBCSD define cinco elementos para caracterizar o perfil da eco-eficiência:

- **Perfil da organização** - É onde deve estar enquadrada a informação do negócio e os meios necessários para o bom funcionamento deste;
- **Perfil do valor** - Aqui deve constar a informação sobre os produtos e toda a parte financeira da organização;

- **Perfil ambiental** - São todos os indicadores gerais que podem e influenciam o ambiente;
- **Rácios de eco-eficiência** - Devem ser apresentados os indicadores mais relevantes para a organização estando estes dependentes do setor de negócio e do macro sistema inserido;
- **Informação metodológica** - Está relacionada com os meios utilizados para recolha das informações necessárias.

**Quadro 4** - Exemplo prático da aplicação dos cinco elementos da eco-eficiência

perfil da organização	
Designação da empresa	<b>Exemplis Inc.</b>
Segmentos do negócio	Indústria farmacêutica (listagem dos produtos principais)
Relatório	<b>Relativo ao Exercício de 1999</b>
Fronteiras do sistema	Inclui todas as unidades consolidadas da Exemplis Inc., exclui parcerias e actividades com participação minoritária
Número de colaboradores	2.500
Internet	Endereço na Internet, hiperligação ao relatório de sustentabilidade/ambiental na Internet
Contacto para informações adicionais	Nome, telefone e endereço electrónico

perfil do valor	
<b>Indicadores de aplicação genérica:</b>	
Massa do produto vendido	= 300.000 kg
Vendas líquidas	= 470 milhões de USD
<b>Indicadores específicos do negócio:</b>	
Valor acrescentado	= 220 milhões de USD
Margem bruta	= 45 milhões de USD
EBIT	= 45 milhões de USD

## perfil ambiental

### Indicadores gerais:

Consumo de Energia	= 50.000 gigajoules
Consumo de Materiais	= 4.500 ton
Consumo de Água	= 60.000 m <sup>3</sup>
Emissões de GEE	= 7.000 ton CO <sub>2</sub> equivalente
Emissões de SDCO	= 25 ton CFC11 equivalente

### Indicadores específicos do negócio

Consumo de electricidade	= 35.300 gigajoules
GEE associados à electricidade gerada a montante	= 4.600 ton CO <sub>2</sub> equivalente
Consumo de gás natural	= 11.500 gigajoules
Emissões acidificantes	= 400 ton SO <sub>2</sub> equivalente
Emissões de COV's	= 230 ton
Efluentes líquidos CQO	= 86 ton
Resíduos totais	= 1.450 ton
Resíduos para aterro	= 650 ton

## rátios da eco-eficiência

### Massa de produto vendida por:

Consumo de Energia	= 6,0 kg por gJ
Consumo de Materiais	= 66,7 kg por ton
Emissões GEE	= 42,9 kg por ton CO <sub>2</sub> equivalente

### Vendas líquidas por:

Consumo de Energia	= 9.400 USD por gJ
Consumo de Materiais	= 104.000 USD por ton de material
Emissões de GEE	= 67.100 USD por ton CO <sub>2</sub> equivalente

## Informação metodológica

A ISO 14.031 foi utilizada para identificar os aspectos relevantes da actividade do negócio e seleccionar os respectivos indicadores.

A recolha de informação e as metodologias utilizadas estão disponíveis para análise.

Fonte: Verfaillie; Bidwell: Medir a eco-eficiência um guia para comunicar o desempenho da empresa, (2000)

Tendo por base os dez princípios e os cinco elementos da eco-eficiência é possível concluir que este é um instrumento essencial para o topo da hierarquia das organizações, ajudando a que sejam saciadas as necessidades das pessoas com os produtos/serviços ao mesmo tempo que proporciona meios às organizações para diminuir a utilização dos recursos, através de uma gestão responsável dos mesmos com o intuito de diminuir a pegada ecológica.

De forma a melhorar a eco-eficiência a WBCSD propõem sete objetivos para as organizações:

- Reduzir o consumo de materiais
- Reduzir o consumo energético
- Reduzir a emissão de substâncias tóxicas
- Apostar na reciclagem
- Otimização do uso de materiais através da economia, eficiência e eficácia
- Prolongar a vida útil dos produtos/equipamentos
- Intensificar a intensidade dos serviços.

## **2.4 - OUTROS ASPETOS**

Para além do que já foi dito no decurso deste capítulo dois, a caracterização das organizações na perspetiva da sustentabilidade não se esgota só nas definições de conceitos pré concebidos ou no cumprimento de normativos existentes.

Esta caracterização ou até mesmo avaliação das organizações, comporta também a opinião dos consumidores, fornecedores, colaboradores, entre outras partes interessadas que com o passar dos anos tem vindo a demonstrar uma crescente preocupação com estas matérias que afetam gravemente o planeta e a sociedade.

Tendo em vista uma melhor ilustração deste panorama dividimos esta parte em mais duas outras:

- Figuras;
- Literatura.

## a) Figuras

Com o passar dos tempos têm aparecido cada vez mais defensores do desenvolvimento sustentável, principalmente estudiosos, que têm feito obras de carácter científico onde explicam os seus estudos e deixam conclusões/recomendações para a mudança, conforme podemos observar no seguinte quadro:

**Quadro 5 - Figuras do desenvolvimento sustentável**

---

<b>Al Gore</b>	O Futuro – seis forças que irão mudar o mundo
<b>Antônio Nascimento</b>	Desenvolvimento sustentável e tecnologias da informação
<b>Fernando Almeida</b>	Desenvolvimento sustentável 2012-2050
<b>Hans Bellen</b>	Indicadores de sustentabilidade: análise comparativa
<b>Marcelo Rocha</b>	Empreendedorismo em negócios sustentáveis
<b>Roberto Salviani</b>	Participação e desenvolvimento sustentável
<b>Sukhdev</b>	<i>Corporation 2020</i>

---

Fonte: Autoria própria

## b) Literatura

De muita literatura que tem aparecido recentemente no mercado, peguemos em dois livros das figuras mencionadas anteriormente: Al Gore e Sukhdev.

Segundo Al Gore em «O Futuro – seis forças que irão mudar o mundo» afirma que o crescimento da população desenfreado é a principal causa dos problemas ao nível do desenvolvimento sustentável:

O rápido crescimento da civilização humana – no número de pessoas, no poder da tecnologia e na dimensão da economia mundial – está em choque com os limites iminentes das reservas de importantes recursos naturais dos quais dependem milhares de milhões de vidas, incluindo o solo arável e a água doce.

Al Gore afirma também que pela primeira vez estamos perante uma nova era, que graças à «digitalização das pessoas está a criar uma nova capacidade para alterar o ser humano», estando a civilização a munir-se de «armas da razão» para mudar o forma das tomadas de decisões que afetam diretamente as políticas de desenvolvimento das economias.

Segundo Sukhdev em «*Corporation 2020*», estamos na altura certa, com as condições perfeitas para a mudança que já devia ter ocorrido há muitos anos e que se não for feita pode levar à extinção dos preciosos recursos, que por sua vez vai por em causa as populações: «*In short, it comes down to this: advertising has not changed much over the past 100 years; why should it change now? Because if it does not change, it faces extinction that's why.*».

Sukhdev acrescenta que esta mudança deve ser sincera e não apenas porque as empresas veem benefícios com possíveis lucros para elas, a principal razão têm de ser pelo respeito pelo planeta e os seus seres tendo em vista a sustentabilidade: «*Corporations have to change; however, changes do not happen simply because they seek, virtuous, or profitable outcomes, or some combination thereof.*».

Em sumula e tendo por base estes pequenos excertos, podemos concluir que esta visão destes dois estudiosos é como um ponto de partida para unir esforços, criando organizações cada vez mais sustentáveis e focadas no máximo aproveitamento responsável dos recursos, sejam eles humanos, materiais ou outros existentes.

**III PARTE – VISIBILIDADE DA**  
**SUSTENTABILIDADE NOS RELATÓRIOS**

### 3. VISIBILIDADE DA SUSTENTABILIDADE NOS RELATÓRIOS

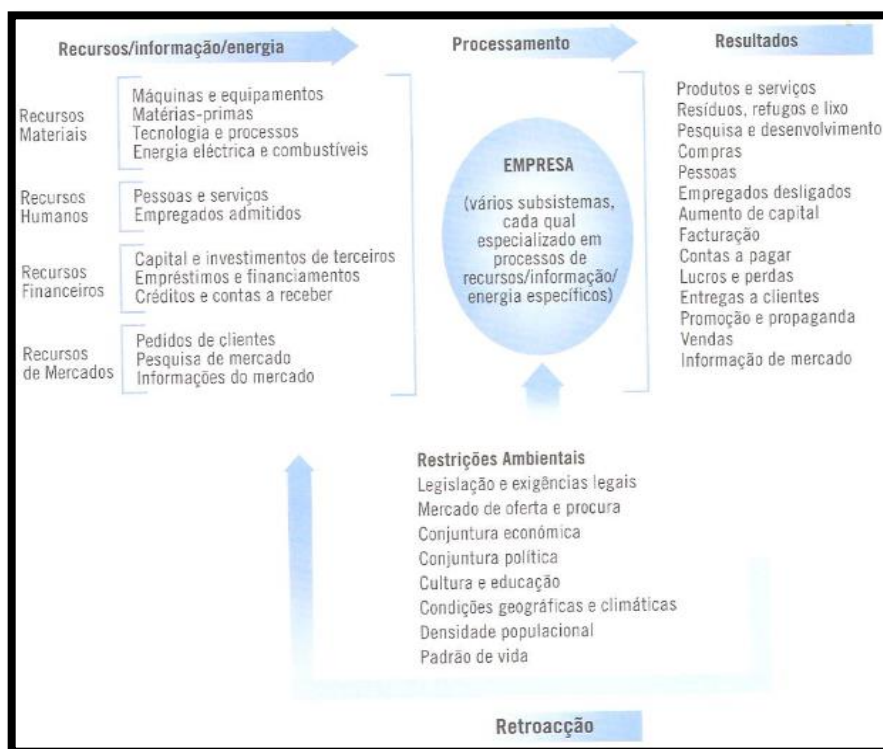
As organizações dispõem de diferentes meios de comunicação e divulgação através dos quais podem difundir as mais variadas informações. Desta forma o propósito deste capítulo passa por identificar esses meios, dando especial destaque aos relatórios de sustentabilidade vistos como uma das partes integrantes do sistema de informação e comunicação das organizações.

#### 3.1 - O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

As organizações cada vez mais têm preocupações relacionadas com a comunicação para com os seus *stakeholders*, investindo constantemente em novos meios de divulgação que permitam uma maior difusão de informação.

Desta forma as organizações devem ser vistas como sistemas abertos provenientes dos fluxos de recursos, informação e energia como se pode aperceber no esquema seguinte:

Esquema 1 - Organizações enquanto sistemas abertos



Fonte: Quintela: Comunicação Financeira, (2006)

Como consequência deste sistema aberto, as organizações têm de estar preparadas e em constante adaptação às novas tendências, como é o caso dos sistemas de informação e comunicação (a) e do *marketing* (b).

### a) Sistemas de informação e comunicação

As organizações com o passar dos tempos têm cada vez mais apostado na comunicação com os seus *stakeholders*, hoje por exemplo investir numa forte presença na internet, em particular nas redes sociais, criando desta forma uma ponte permanente para o exterior, possibilitando o envio de informações (*outputs*) e a receção de informações (*inputs*).

Atualmente a comunicação da sustentabilidade nas organizações não se restringe só aos relatórios, sendo estes apenas uma das partes do sistema de informação e comunicação, que contempla também o uso de panfletos, cartazes entre outros meios de disseminação, e como muito defendemos é necessário um subsistema de gestão de forma a assegurar o estabelecimento e manutenção de relações com os *stakeholders*, como o pretende mostrar a imagem seguinte.

**Imagem 2 - Subsistema de gestão**



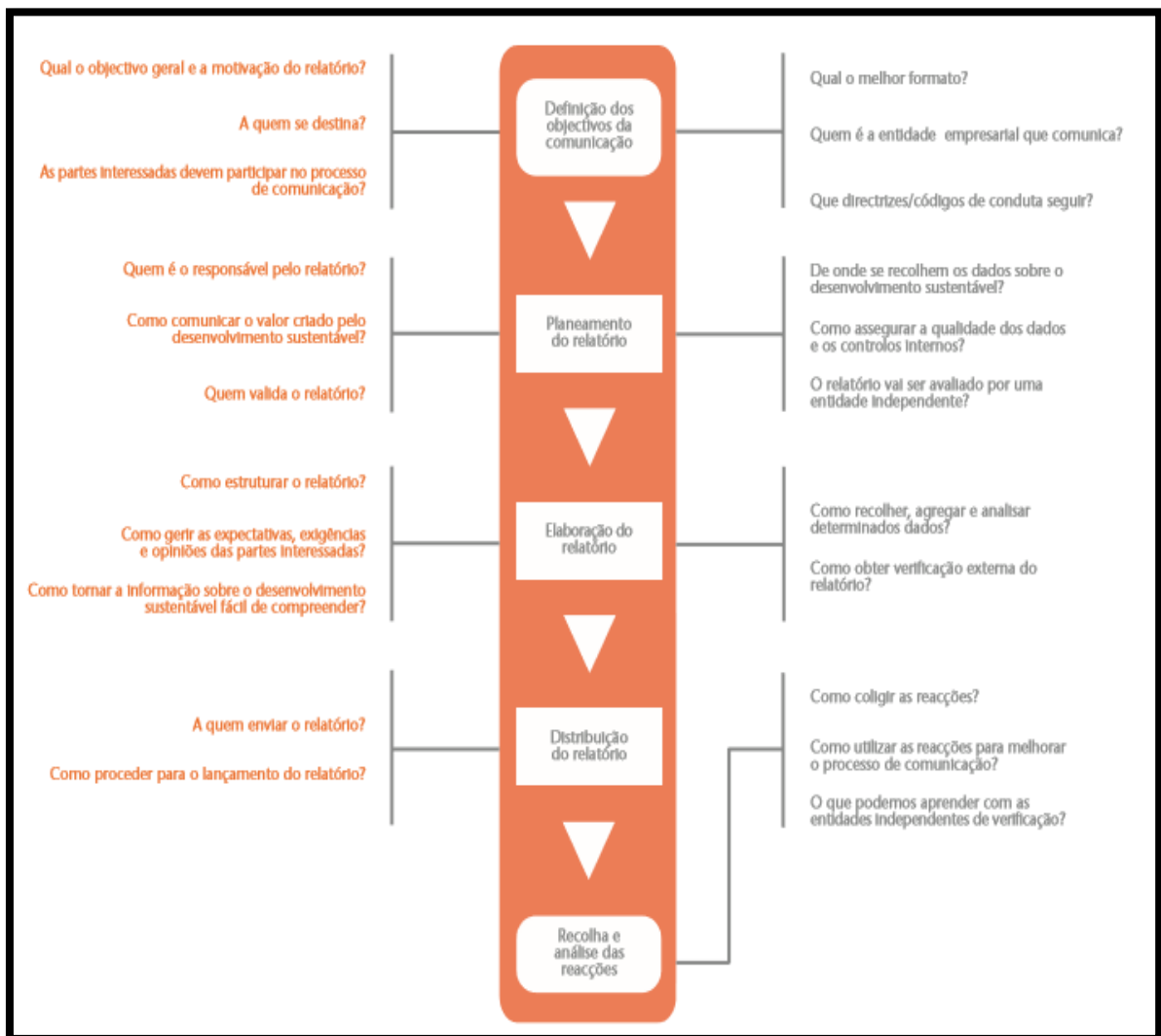
Fonte: Quintela: Comunicação Financeira, (2006) apud Grunig e Hunt, (1984)

Focando-nos agora na comunicação da sustentabilidade através dos relatórios, esta deve ser feita tendo em vista dar conhecimento da sustentabilidade da organização a todos os *stakeholders*, definindo requisitos/normas de comunicação *standard* com o intuito de padronizar os processos.

Desta forma torna-se necessário e essencial a existência de um processo de gestão da comunicação que por exemplo, segundo o WBCSD, é constituído por cinco passos a que se refere o próximo esquema:

- Definir objetivos e comunicação;
- Planear o relatório;
- Elaboração do relatório;
- Distribuição do relatório;
- Recolha e análise das reacções.

**Esquema 2 - Os cinco passos do processo de gestão e de comunicação**



Fonte: WBCSD: Comunicar o desenvolvimento sustentável, (2004)

A dificultar esta comunicação segundo o WBCSD existem cinco dilemas com impacto nos relatórios de sustentabilidade:

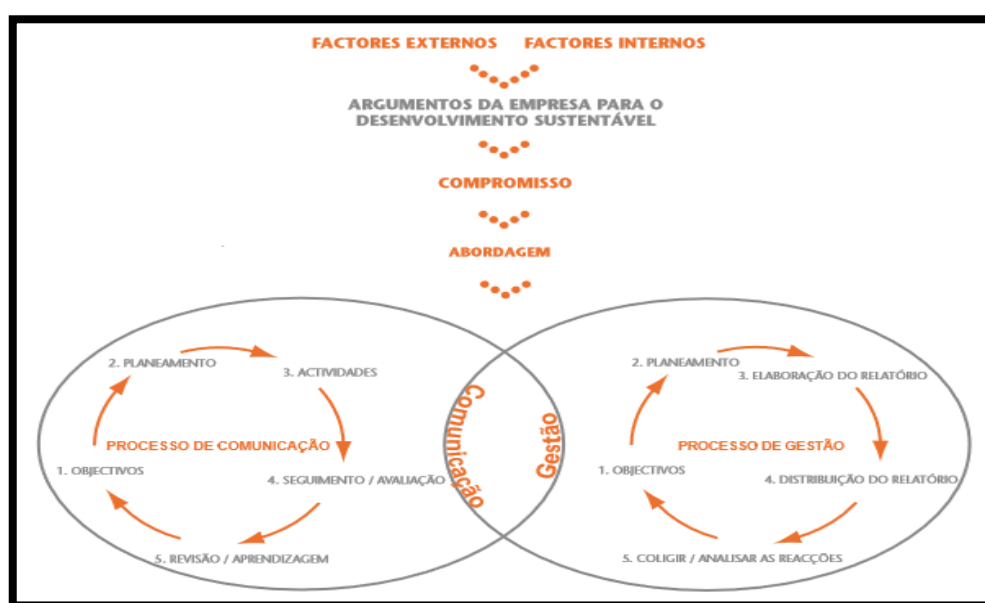
- Não podem ser de todos para todos
- Estão longe de serem perfeitos
- O desenvolvimento sustentável tem significados diferentes consoante os indivíduos
- Existe a necessidade de equilibrar flexibilidade e comparabilidade
- O custo da elaboração face ao benefício.

Desta forma antes de uma organização proceder à comunicação esta tem de assumir o compromisso que se inicia por:

- Avaliar-se a si própria
- Definir a visão e os objetivos estratégicos
- Selecionar os grupos de interesse
- Clarificar a visão e objetivos.

Com estes quatro passos é obtido um processo integrado de gestão e de comunicação, conforme esquema seguinte.

**Esquema 3 - Processo de gestão e de comunicação**



Fonte: WBCSD: Comunicar o desenvolvimento sustentável, (2004)

Neste contexto é cada vez mais importante a ligação às novas tecnologias uma vez que as economias mundiais funcionam interligadas em tempo real, com os mercados interdependentes, sendo o recurso aos meios de divulgação cada vez mais inovadores que vão proporcionar a diferenciação entre as organizações, permitindo a estas a captação de novos investidores, clientes, fornecedores e até mesmo colaboradores.

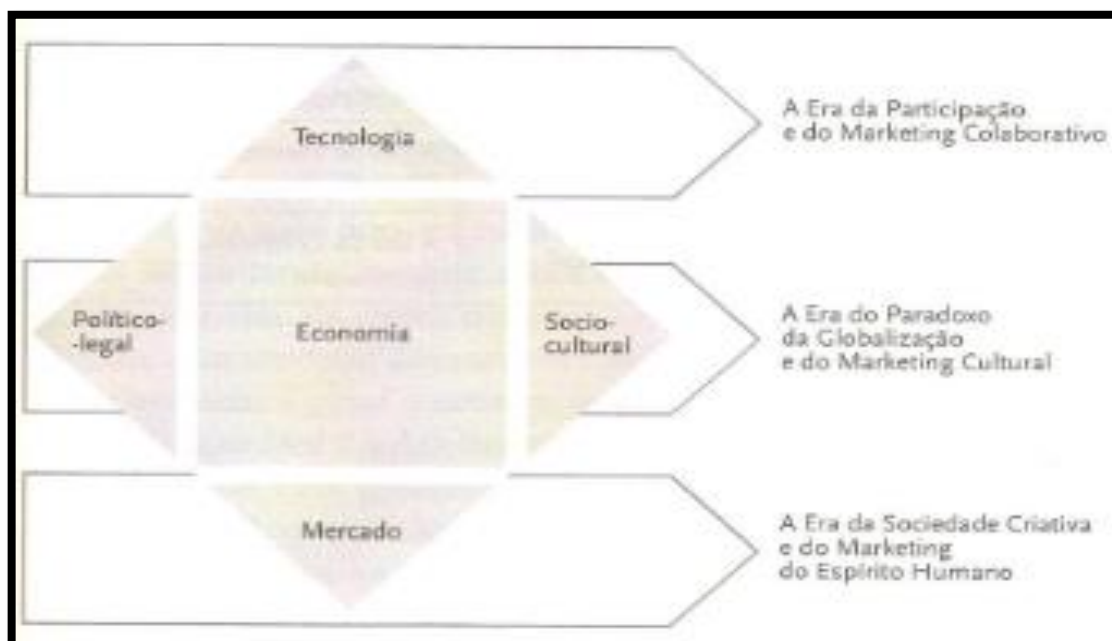
Esta necessidade crescente de difusão atrativa leva a que cada vez mais as organizações necessitem de se reinventarem, pelo que o *marketing* tem atualmente um papel importante no seu seio.

### ***b) Marketing***

O *marketing* enquanto conceito é definido segundo o Dicionário de Português da Porto Editora como o «conjunto de ações e técnicas que tem por objetivo a implantação de uma estratégia comercial nos seus variados aspetos, desde o estudo do mercado e suas tendências até à venda propriamente dita e ao apoio técnico após a venda».

Este conceito tem sido desenvolvido ao longo dos anos tendo absorvido três grandes mudanças, segundo Kotler passam pelo marketing colaborativo, cultural e espírito humano (ver imagem seguinte).

**Imagem 3 - As três mudanças no marketing**

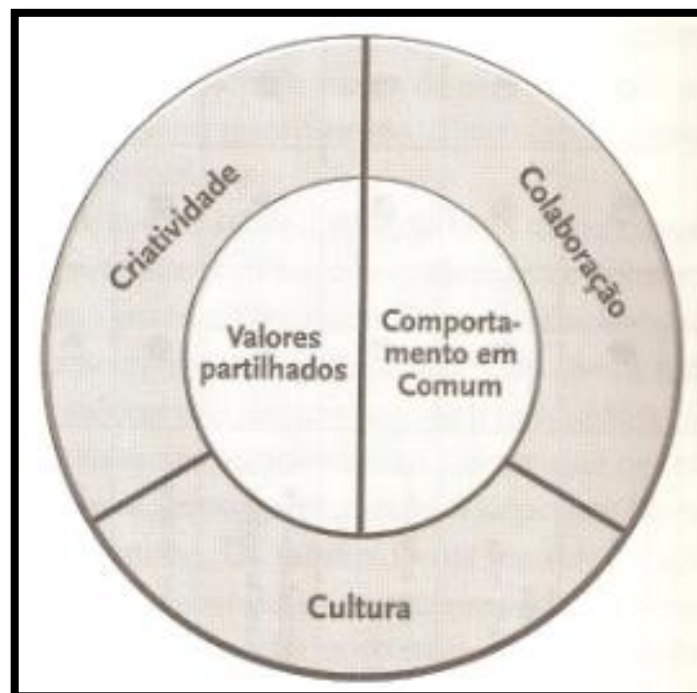


Fonte: Kotler: Marketing 3.0, (2013)

Estas mudanças conduzem a um novo paradigma, alcançando-se o chamado «marketing 3.0» que está assente em três pilares (conforme imagem subsequente):

- Conteúdo
- Contexto
- Oferta.

**Imagem 4 - Estratégia do marketing 3.0**



Fonte: Kotler: Marketing 3.0, (2013)

Este novo marketing destaca-se dos seus antecessores pela sua diferenciação e posicionamento, assentando no modelo dos três I's (conforme pode ser observado na imagem seguinte):

- Integridade
- Imagem
- Identidade.

**Imagem 5 - Modelo dos três I's do marketing 3.0**



Fonte: Kotler: Marketing 3.0, (2013)

### **3.2 - OS RELATÓRIOS: DOS MODELOS AO PRATICADO**

Os relatórios são como já dissemos parte do sistema de comunicação de cada organização. A palavra relatório significa segundo o dicionário de português da Porto Editora: «exposição oral ou escrita, objetiva e minuciosa, de um assunto ou narração escrita e circunstanciada dos fatos ocorridos na administração de uma sociedade, ou dos dados colhidos numa inspeção.»

Daquela definição é possível subentender-se que subsistem diferentes tipos de relatórios adaptados aos diferentes fins que levaram à sua elaboração, existindo assim, por exemplo relatórios de acidentes, auditoria, contas, desenvolvimento, estágio, financeiros, funcionamento, investigação, sustentabilidade, entre outros.

Tendo por base o tema em estudo, os que merecem a nossa atenção são os de auditoria, (que englobam a análise e certificação das demonstrações financeiras) e os de sustentabilidade.

Os relatórios de auditoria na interação mais comum, têm por base dar conhecimento a pessoas internas e externas da situação financeira das organizações assegurando que esta reflete de forma verdadeira e apropriada a informação prestada pela administração.

Desta forma os principais objetivos deste meio de comunicação com os stakeholders são expor conclusões e factos, vendendo ideias, clarificar o ponto de vista dos auditados e permitir que seja feito um acompanhamento regular da organização, (*follow-up*).

Segundo Nunes, (em Comunicação Escrita) existem vários tipos de relatórios em auditoria tais como, orais, escritos, de progresso, finais, normais, especiais, resumidos, detalhados, trimestrais, anuais.

Relativamente aos relatórios de sustentabilidade, e desde já, estes podem ser apresentados de diferentes formas/tipos, (separadamente ou conjuntamente com os relatório de gestão e contas) facilitando ou dificultando mais a sua comparação entre organizações, assim como a validação da informação apresentada.

Quanto aos deveres de comunicação as organizações estão obrigadas à divulgação de informação existindo variadíssima regulamentação - **ver anexo II** - sendo de sublinhar para o que nos interessa:

**Artigo 65º do CSC - Dever de relatar a gestão e apresentar contas:** Refere a obrigatoriedade dos membros da administração das organizações elaborarem o relatório de contas assim como o de gestão, acompanhado dos demais documentos previstos na lei, sendo estes assinados por todos os membros de direção;

**Artigo 66º do CSC - Relatório de Gestão:** Este deve conter «uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta». Este relatório deve referir com especial destaque os aspetos contidos no quadro subsequente.

#### **Quadro 6 - Aspetos que têm de constar no relatório de gestão**

- 
- a) A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu atividade
  - b) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício
  - c) A evolução previsível da sociedade
  - d) O número e o valor nominal ou a falta deste, assim como o valor contabilístico das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas e detidas durante o período
  - e) As autorizações concedidas e negócios entre a sociedade e os seus administradores

- f) Uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada
- g) A existência de sucursais da sociedade
- h) Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros

Fonte: CSC

**Artigo 7º do CVM - Qualidade da informação:** Diz que a informação prestada pelas organizações independentemente do meio de divulgação utilizado deve ser sempre «completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita»;

**Artigo 16º e 17º do CVM - Deveres de comunicação e Divulgação:** Refere-se essencialmente à divulgação das alterações de participação nas organizações por parte dos seus acionistas;

**Artigo 245º do CVM – Relatório e contas anuais:** As organizações têm de no prazo máximo de quatro meses a contar da data de encerramento do exercício apresentar o relatório e contas relatório de gestão, assim como do auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, (CMVM) acompanhado de uma declaração escrita dos órgão da administração onde estes asseguram a veracidade das informações prestadas. Estes documentos têm de estar à disposição de qualquer pessoa durante o prazo mínimo de 5 anos;

**Circular de 24 de Janeiro de 2014 da CMVM:** Define a forma de apresentação, divulgação e aprovação das contas das organizações previstas no Artigo 245º do CVM - **ver anexo III**. Este diz-nos que as contas devem ser divulgadas na sede da sociedade, no seu sítio da internet e no sistema de difusão de informação, devendo conter os seguintes elementos que apresentamos no quadro seguinte.

#### **Quadro 7 - Aspetos que têm de constar no relatório e contas**

- a) Demonstrações financeiras e respetivos anexos, incluindo estes, tanto no caso das contas individuais como consolidadas
- b) Relatório de gestão
- c) Declaração dos responsáveis da sociedade sobre a conformidade da informação

financeira apresentada

- d) Anexos ao relatório de gestão
- e) Listagem de todas as transações realizadas no semestre respeitantes a ações do emitente ou instrumentos financeiros com elas relacionados, efetuadas pelos dirigentes do emitente, de sociedade que domine o emitente e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles
- f) Certificação legal das contas emitida pelo revisor oficial de contas da sociedade que deve incluir, entre outros elementos, parecer sobre a concordância do relatório de gestão com as contas do exercício
- g) Relatório de auditoria elaborado por auditor registado na CMVM
- h) Parecer do órgão de fiscalização que deve incluir, entre outros elementos, a declaração subscrita por cada um dos seus membros sobre a conformidade da informação financeira apresentada e exprimir a sua concordância ou não com o relatório de gestão e com as contas do exercício
- i) Lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes
- j) No caso das sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal e sujeita à lei pessoal portuguesa, relatório do governo societário – **ver anexo IV**

Fonte: CSC

**Regulamento 4/2004 da CMVM:** Enquadra os meios de informação reconhecidos e a respetiva informação obrigatória a ser divulgada, assim como os prazos existentes. Logo no Artigo 1º diz que são considerados meios gerais de divulgação:

- a) Sistema de difusão de informação da CMVM;
- b) Meio eletrónico de divulgação de informação, seguro e de fácil acesso pelos investidores, disponibilizado pela entidade gestora do mercado onde se encontrem admitidos os valores mobiliários ou boletim do mercado regulamentado;

c) Jornal de grande circulação nacional.

Para além das organizações do mundo dos negócios, existe também regulamentação para a apresentação e divulgação de contas no setor empresarial do Estado, sendo a que consta do Decreto de Lei 183/96 assim como a elaborada pelo Tribunal de Contas, (**anexo V**).

Segundo este, as entidades Estatais devem apresentar as suas contas anuais através de um relatório que deve conter os principais aspetos importantes do funcionamento das organizações e dos eventuais riscos que elas podem incorrer de futuro e que por alguma situação possam por em causa a continuidade destas.

A título Ilustrativo apresentamos no **anexo VI** a informação que deve conter um relatório e contas de uma organização do setor empresarial do Estado e no **anexo VII** de uma organização regulada pela CMVM.

Em sumula, com este capítulo constatámos que existem vários normativos que dizem o que devem conter os diferentes tipos de relatórios, mas na prática não existem modelos padrão para elaboração dos mesmos o que dificulta a comparação entre eles.

### **3.3 - RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SEPARADO**

Como já foi referido neste estudo, pode dizer-se que existem duas formas distintas de encarar a sustentabilidade nos relatórios, e neste ponto vamos focar-nos no «separado», sendo este tipo de relatório caracterizado por ser um documento voluntário.

Para uma melhor desenvolvimento do capítulo vamos focar-nos em alguns aspetos presentes no *Global Reporting Initiative* (a) e no WBCSD (b), que são duas propostas distintas para a o relato da sustentabilidade das organizações, terminando com uma breve comparação entre eles (c).

#### **a) *Global Reporting Initiative* - GRI**

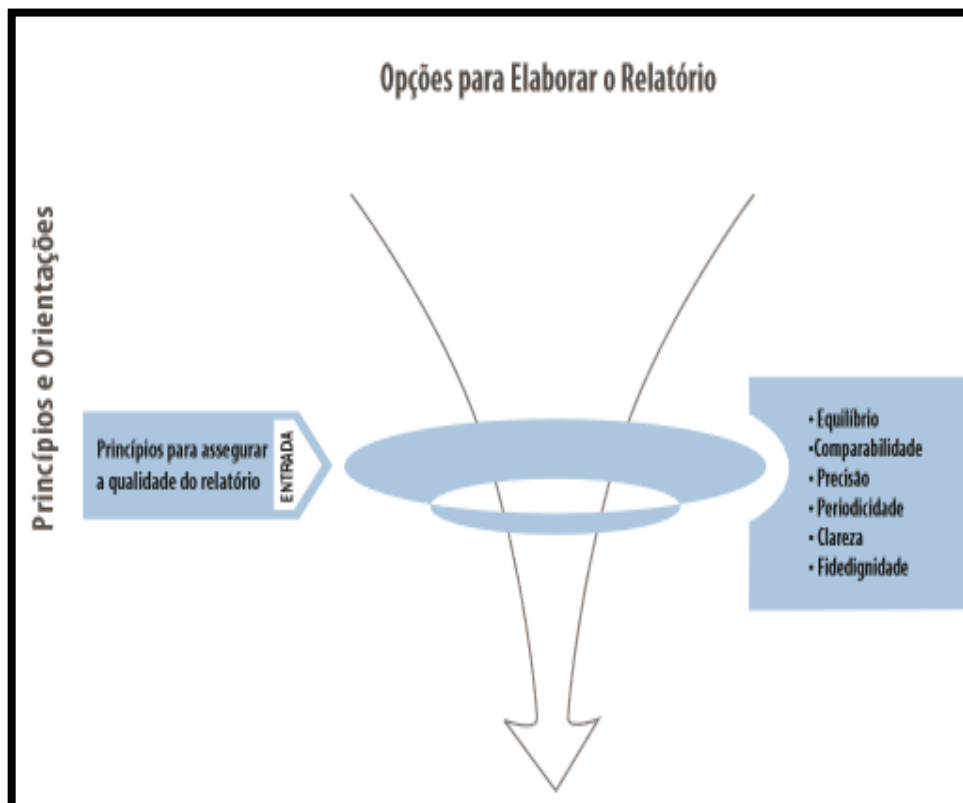
A GRI é uma iniciativa que desenvolveu uma estrutura de relatório através do contributo de cidadãos e organizações, com o objetivo de alcançar uma estrutura padronizada que seja globalmente utilizada, no relato do desempenho ambiental, social e económico das organizações, com o intuito de comparar e demonstrar resultados como também possibilitar o *benchmarking*.

Estes relatórios têm vários princípios a assegurar para garantirem a qualidade, tais como:

- **Equilíbrio** - Aspectos positivos e negativos do desempenho da organização;
- **Comparabilidade** - Permitirem a comparação ao longo dos anos dentro da própria organização e com outras do mesmo setor;
- **Precisão** - A informação prestada deve ser suficiente e apropriada;
- **Periodicidade** - Deve ser divulgada informação atempadamente;
- **Clareza** - Disponível e perceptível para todos, para que seja facilmente entendida;
- **Fidedignidade** - Garantir a qualidade da informação e dos respetivos processos de recolha.

Sobre os princípios a imagem que se segue.

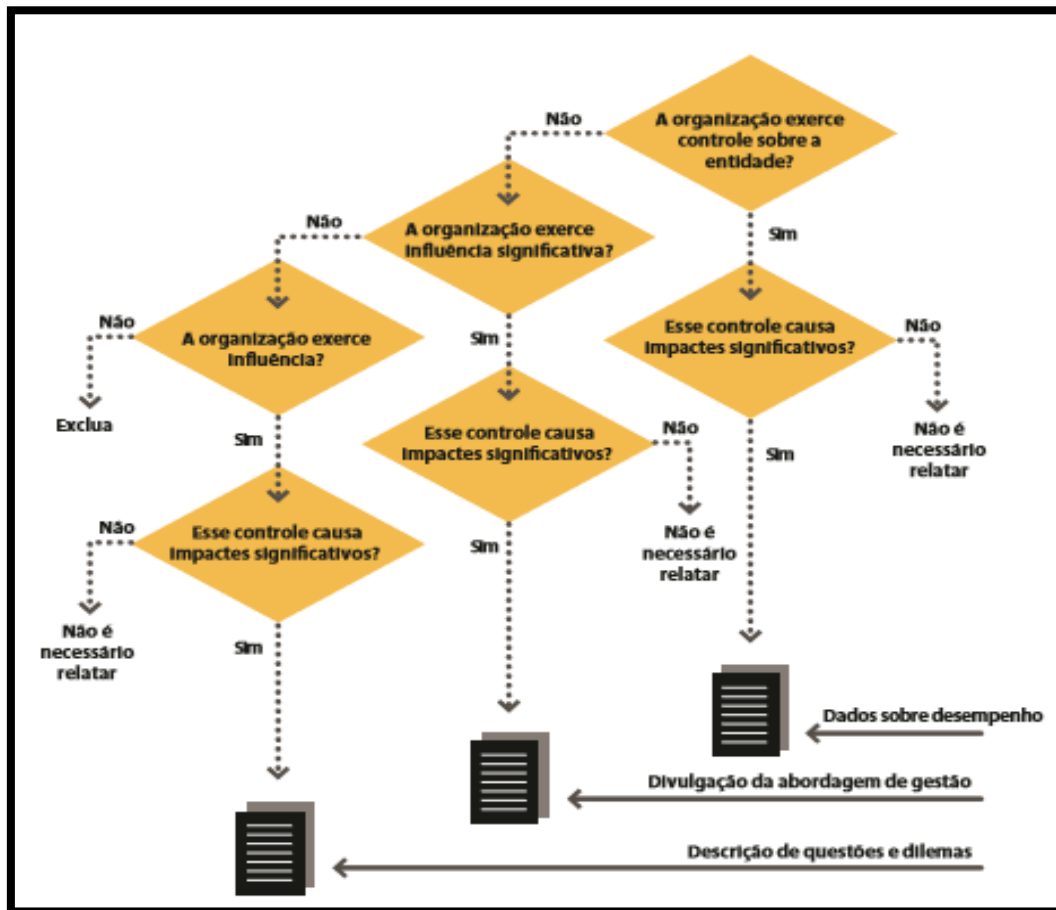
**Imagem 6 - Princípios para elaborar o relatório segundo a GRI**



Fonte: GRI: Diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade estrutura internacional para relato integrado, (2007)

Segundo a GRI existem dois pressupostos para definir o que deve entrar nos relatórios que são o controlo e a influência significativa, e sobre isso o esquema seguinte.

**Esquema 4 - Como definir a informação relevante para os relatórios**



Fonte: GRI: Diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade estrutura internacional para relato integrado, (2007)

A estrutura destes relatórios segundo GRI tradicionalmente deve conter 3 indicadores de desempenho:

- Ambiental:
  - Poluição
  - Destruição de recursos
  - Emissão de gases com efeito estufa.
- Económico:
  - Criação de valor

- Eficácia e eficiência na utilização dos recursos.
- Social:
  - Práticas laborais e trabalho condigno
  - Direitos humanos
  - Sociedade
  - Responsabilidades pelo produto.

### **b) WBCSD**

Relativamente ao WBCSD do que defende, debruçamo-nos sobre os «quatro pilares»:

- **Enquadramento da organização** - Onde deve constar o compromisso da gestão de topo, a descrição da estrutura, impactos ambientais da exploração provindos do desenvolvimento do negócio e justificação dos motivos para a organização divulgar o relatório;
- **Governança** - Apresentação da forma como a organização está dividida e o papel que cada empregado desempenha nesta com as respetivas responsabilidades, divulgação das estratégias seguidas com o objetivo de garantir a sustentabilidade assim como as políticas acolhidas e como se vai processar o sistema de gestão destas;
- **Desempenho** - Relacionar o económico com o contributo para o desenvolvimento sustentável através da análise do desenvolvimento da organização a nível ambiental e social, procurando alcançar uma visão integrada;
- **Verificação** - Estes relatórios devem ser sujeito a avaliações independentes acompanhadas de declarações externas e independentes que garantam/certifiquem a informação apresentada.

### **c) Comparação GRI face ao WBCSD**

Pelo que se escreveu, é possível adiantar-se que para além da aparência da estrutura, a certificação da qualidade destes relatórios recomendada pela GRI e pelo WBCSD é novamente idêntica assentando no investimento das organizações em sistemas de controlo interno, assim como submeter os seus relatórios ao controlo externo feito juntamente com o

relatório e contas, tendo em vista a garantia da fiabilidade da informação onde vai resultar na publicação de conclusões acerca da qualidade do relatório e do que este comunica/divulga.

Desta forma podemos concluir que os diferentes critérios, normativos, requisitos e sistemas não ajudam a simplificação e comparação de toda a informação, pelo que se torna cada vez mais necessário a existência de um modelo que contribua para a padronização e uniformização de todos os referenciais existentes, tendo por base o aproveitamento das melhores práticas de cada um deles não se perspetivando grande oposição por parte das diferentes iniciativas, devido à grande semelhança de estrutura de relato e verificação.

### **3.4 - RELATÓRIO ÚNICO**

Neste ponto é feita uma descrição da situação dos relatórios integrados, focando a situação presente e que emerge, explicando o que se deve entender como relato integrado e quais as propostas existentes para a realização deste com esta ou outra designação.

#### **3.4.1 - A SITUAÇÃO ATUAL**

Atualmente e devido ao carácter voluntário da elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade, o **Relatório Único = Relatório Integrado (RI) = Relatório Unificado**, ou até mesmo a divulgação de um relatório anexo às contas não faz parte ainda das preocupações de muitas organizações, pois entendem tal situação como uma preocupação acessória da qual as administrações não veem retorno do investimento feito na elaboração destes.

Segundo vários especialistas, esta tendência tem vindo a mudar, sendo que é previsível mudanças na mentalidade das organizações em curto espaço de tempo, dando lugar não só ao aparecimento dos relatórios como também à integração destes passando a existir um só que engloba a vertente financeira e a não financeira, facilitando assim uma melhor perceção da organização como um todo e combatendo a complexidade da informação apresentada, pois ainda que seja de uma grande qualidade não é suficiente para que os investidores e demais interessados sejam capazes de a compreender.

Segundo Eccles e Krzus em «One Report», o relatório único vai ser o resultado da integração da sustentabilidade na estratégia da organização, porque os atuais relatório não fornecem a informação necessária para se observar os impactos do funcionamento das organizações:

*Today more and more companies are publishing voluntary corporate social responsibility or sustainability reports to supplement their annual reports, which contain the financial statements that every listed company must file. In most cases, there is very little linkage between the information published in these separate reports. To have a real impact these separate reports need to be integrated with each other, thereby demonstrating that the company has a sustainable strategy based on a commitment to corporate social responsibility that is contributing to a sustainable society that takes into account the needs of all stakeholders, of which shareholders are one type.*

Desta forma a razão para a existência de um relatório único está associada à transparência do negócio, sendo esta só alcançada com a integração de todas as componentes num só documento que permita contribuir para criar valor às organizações.

### **3.4.2 - O RELATÓRIO DO FUTURO: O FINANCEIRO E O NÃO FINANCEIRO**

Conforme foi destacado no ponto anterior as organizações têm tendência a convergir o relatório financeiro e o não financeiro num só, mas atualmente são ainda poucas as que tomaram essa iniciativa, embora vários estudos existentes confirmem que nos próximos anos tal situação vai mudar, sendo a principal causa para a mudança a percepção por parte dos administradores das organizações das vantagens que podem alcançar com a implementação dos RI.

Segundo a *Price Waterhouse Coopers*, (PwC) As organizações ao apresentarem os relatórios de sustentabilidade integrados com os relatórios financeiros conseguem obter os seguintes benefícios:

- Liderança e visão estratégica do seu negócio
- Orientação para o futuro
- Conexão da informação
- Informação concisa, completa e focalizada
- Maior confiança dos stakeholders.

Isto mesmo nos é mostrado no quadro seguinte.

### Quadro 8 - Benefícios dos relatórios integrados para as organizações

<p>1. <b>Liderança e visão estratégica do seu negócio:</b> o relatório proporciona uma visão integrada dos objetivos estratégicos da organização que se relacionam com a capacidade para criar e manter o valor no tempo, e com os recursos financeiros e outros recursos dos quais a organização depende.</p> <p>2. <b>Orientação para o futuro:</b> devido a este enfoque pode-se observar como a organização está a curto, médio e longo prazo, os planos, e os facilitadores e barreiras críticas que pode encontrar no caminho.</p>	<p>3. <b>Conexão da informação:</b> o relatório integrado dará a conhecer de forma simples a relação existente entre os componentes do seu modelo de negócio, os fatores externos que o afetam, e os recursos financeiros e outros aspetos chave da sua empresa.</p> <p>4. <b>Informação concisa, completa e focalizada:</b> o relatório oferece informação clara e fiável que é relevante para avaliar a sua capacidade para criar e manter o valor ao longo do tempo.</p> <p>5. <b>Maior confiança dos stakeholders:</b> num contexto como o atual marcado pela incerteza e acesso restrito a fontes de informação, assume-se mais importante do que nunca gerar confiança para os grupos de interesse da sua empresa.</p>
--	--

Fonte: PwC: O relatório integrado, (2012)

A criação deste novo relatório terá custos, mas esta deve ser feita uma vez que o relatório de sustentabilidade é essencial para analisar as organizações no seu todo, sendo que este deve ser integrado e auditado juntamente com a prestação de contas, (segundo Eccles e Krzus):

*This report should be properly audited to provide the same level of credibility for one report that audited financial statements have in the capital markets. Integrated Reporting requires integrated auditing. Doing this will bring the same benefit the quality and integrity of a company's internal measurement and control systems.*

#### 3.4.3 - O RELATÓRIO INTEGRADO

O relatório integrado «RI» é uma das modalidades de relatórios únicos <sup>1</sup>.

---

1. Maria Augusta Fernandes em Relatório de sustentabilidade e contas: Dos Relatórios Separados ao Relatório Unificado, adota a designação de RELATÓRIO UNIFICADO. Ver também no Bloque O ISCAL É VERDE.

Segundo o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, relatório integrado é definido como sendo «um documento conciso» que relata a informação em seis níveis:

- Governança
- Estratégia
- Desempenho
- Modelo de negócio
- Ambiental
- Perspetivas futuras.

O IIRC diz que para se proceder à preparação de um RI existem sete princípios a ter em conta cuja informação deve ser devidamente apresentada:

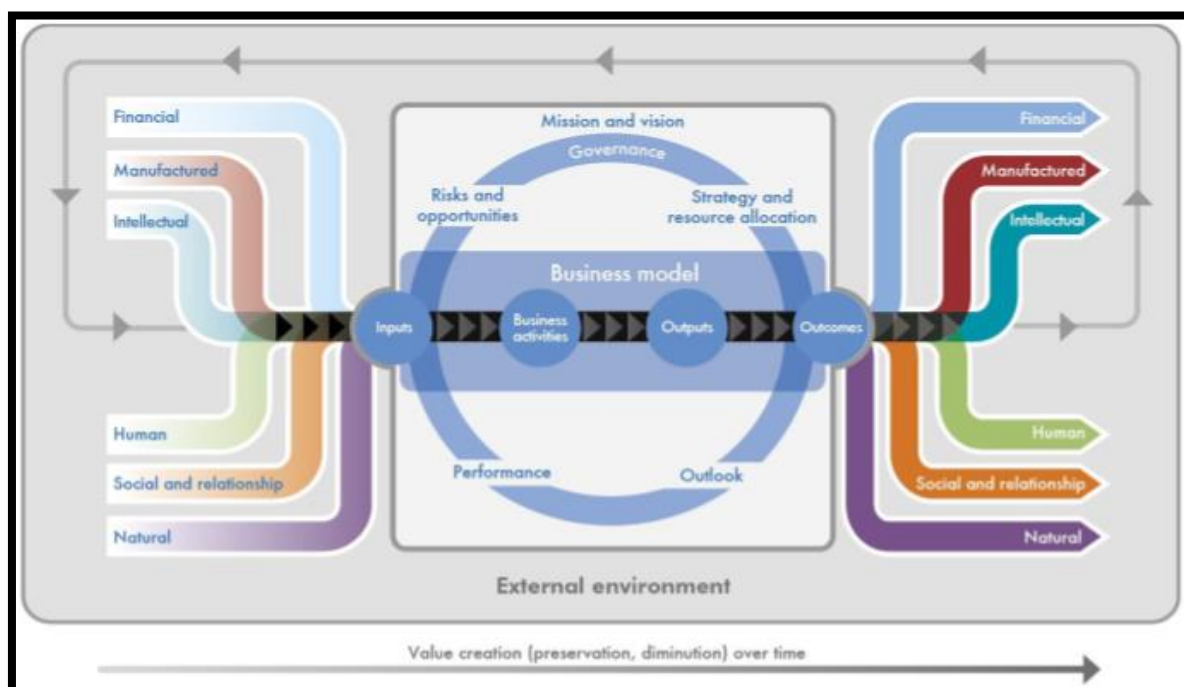
- **Foco estratégico e orientação para o futuro** - Definir como a organização vai gerar valor ao longo dos tempos e como vai afetar os seus recursos;
- **Conetividade da informação** - Relacionar os fatores que podem influenciar a capacidade da organização gerar valor;
- **Relações com partes interessadas** - Mostrar como a organização se relaciona com os seus stakeholders;
- **Materialidade** - Deve ser feita referência a situações que possam por em causa a continuidade do negócio;
- **Concisão** - Todo e qualquer relatório tem de ser exato, preciso, claro e justo;
- **Confiabilidade e completude** - Tem de revelar todos os principais aspetos relevantes para o relato lícito e isento de erros com origem fraudulenta;
- **Coerência e comparabilidade** - Deve ser apresentada a informação tendo em conta um modelo que permita a comparação ao longo dos tempos com outras organizações.

Para além de conter no relatório a informação presente nestes princípios, um RI deve ser acompanhado de uma declaração da administração da organização, devendo esta assegurar a qualidade da informação prestada assim como a sua veracidade, explicando o modelo utilizado para alcançar a informação presente. Caso não exista esta declaração, deve ser mencionado qual o papel desempenhado pelos órgãos da administração e quais as medidas que estão a ser realizadas de forma a o RI passar a ser acompanhado pela declaração da administração.

Este relatório tem como objetivo comunicar como as organizações são afetadas pelo ambiente externo, quais os recursos que estas utilizam para laborarem e como se relaciona o ambiente e os recursos tendo como fim a criação de valor, conforme imagem seguinte, agregando desta forma a componente financeira e a não financeira tendo em vista uma visão integrada da situação, possibilitando a evidenciação de eventuais problemas que necessitem de ser corrigidos de forma a assegurar a continuidade do normal funcionamento das organizações.

A imagem seguinte pretende fazer a síntese do que acabamos de escrever <sup>2</sup>.

**Imagem 7 -** Processo para a criação de valor numa organização



Fonte: IIRC: A estrutura internacional para relato integrado, (2014)

### 3.4.4 - OUTRAS PROPOSTAS DE «GUIAS»

Existem outras propostas de guias sobre o futuro dos relatórios, e só isto atesta a diversidade e que a matéria não está estabilizada.

2. Refira-se que foi adotada pela publicação do IFAC «Accounting for Sustainability» de 29 de julho de 2015 a estrutura internacional para o relato integrado do IIRC.

Nesta linha fazemos aqui referência ao «*The Future of Reporting: From Routine to Strategic*» da *Corporate Citizenship*, onde muito recentemente definem a existência de oito questões chave, respondendo a estas e indicando as implicações decorrentes da existência de uma rotina de reporte - **ver anexo VIII**:

- *Aims*
- *Audience*
- *Materiality*
- *Systems & Processes*
- *Standards & Frameworks*
- *Outputs*
- *Engagement*
- *Frequency.*

## 4. ESTUDO EMPÍRICO

Neste quarto capítulo elaboramos um guia de apoio para a análise do estudo de caso, aplicando-o as empresas cotadas no índice PSI20 e depois à Caixa Geral de Depósitos (CGD).

### 4.1 - METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia a ser seguida para a realização do estudo empírico passa pelo recurso ao estudo de caso sendo este (segundo Azeredo, Pinto e Silva) uma metodologia de investigação científica de caráter empírico que tem como fim a recolha de dados que permitam uma posterior análise através da exploração ou descrição de factos, ideias ou outras fontes de informação.

Estes três autores referidos no parágrafo inicial fazem referência a Bravo, Creswell, Flores, Gomez, Jimenez, Punch e Yin, que para eles um estudo de caso é:

- «A exploração de um sistema limitado, no tempo e em profundidade, através de uma recolha de dados profunda envolvendo fontes múltiplas de informação ricas no contexto» (Creswell);
- «É uma investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas (...) em que múltiplas fontes de evidência são usadas» (Yin);
- «É a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o como e o porquê de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo» (Yin);
- «É uma investigação empírica que se baseia no raciocínio indutivo que depende fortemente do trabalho de campo» (Bravo, Flores, Gomez, Jimenez e Punch).

Este método de investigação, permite assim a recolha e tratamento de dados providos de diferentes variáveis tendo em vista a sintetização e posterior tratamento, podendo ser de três tipos:

- **Intrínseco:** Para se conseguir uma melhor compreensão de um caso específico;
- **Instrumental:** Para se poder refletir sobre determinado assunto ou matéria em concreto;
- **Coletivo:** Semelhante ao estudo de caso instrumental, mas aplica-se a diferentes matérias e não a um único caso em concreto.

Tendo por base este pequeno enquadramento inicial e enquadrando agora no nosso estudo de caso, efetuámos um estudo de tipo instrumental tendo como objetivo verificar o panorama atual das principais sociedades portuguesas, sendo esta verificação importante para o nosso estudo uma vez permitir assim a confirmação dos dados que recolhemos e expusemos nos capítulos anteriores.

Desta forma a metodologia que seguimos passou pela criação de um guia para levantamento dos dados que foi aplicado às empresas cotadas no índice PSI 20 através da análise dos respetivos relatórios de sustentabilidade, relatórios e contas, site e outros documentos de relato de informação disponíveis. Para além da aplicação prática deste guia às cotadas do PSI 20 efetuámos a mesma abordagem também à Caixa Geral de Depósitos, de forma a podermos realizar uma análise mais profunda e que nos permitisse retirar conclusões relativamente à confirmação dos dados científicos recolhidos no capítulo segundo e terceiro do presente estudo.

#### **4.2 - «COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE»: GUIA PARA LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO**

Tendo por base o estudo nomeadamente fixado nos capítulos anteriores, e de forma a criar um ponto de partida com os aspetos mais relevantes a ter em conta na análise do estudo de caso, apresentamos de seguida um guia de trabalho para levantamento da situação.

**Quadro 9 - Guia para análise do estudo de caso**

<b>DIMENSÕES</b>	<b>DA DESCRIÇÃO</b>
<b>O «verde» no ADN</b>	A existência de preocupações nas organizações com o desenvolvimento sustentável
<b>Expressão económica</b>	Criação de valor tendo em conta o aproveitamento eficaz e eficiente dos recursos
<b>Expressão social</b>	Interação da organização internamente com os trabalhadores e externamente com os clientes, fornecedores, investidores e restante população
<b>Expressão ambiente</b>	Existência de preocupações com a poluição ao nível da emissão de gases com efeito estufa, camada de ozono e o meio ambiente

	interno e externo da organização
<b>Expressão cultura</b>	Apoio a atividades culturais e recreativas que dinamizem e incutam conhecimento à população em geral, ou até mesmo o apoio a causas de solidariedade social
<b>Expressão governança</b>	A forma como é feita a comunicação e gestão da organização, assim como a verificação da clareza e transparência da informação
<b>Relatórios estratégicos</b>	Existência de relatórios intermédios ou de apoio ao relatório de sustentabilidade, que visem a criação de valor para a organização
<b>Relatório anual de sustentabilidade</b>	Constatação da existência de um relatório anual de sustentabilidade
<b>Relatório anual unificado</b>	Verificação da existência de um relatório único, onde contempla a parte financeira e o «verde» em conjunto
<b>Relatório anual de sustentabilidade + relatório anual unificado</b>	Confirmação da existência de um relatório único, sendo que acompanhado também por um relatório anual de sustentabilidade
<b>A sustentabilidade no site</b>	Ver como as organizações abordam as questões da sustentabilidade no seu site, se existe ou não a preocupação de manter os stakeholders constantemente informados relativamente a estas matérias
<b>Outros meios de suporte de visibilidade do «verde»</b>	Confirmar se as organizações utilizam param além do site e do relatório de sustentabilidade outros meios de divulgação do «verde»

Fonte: Elaboração própria

#### 4.3 - OS RELATÓRIOS NAS COTADAS DO PSI 20: «BREVE RETRATO»

Para possibilitar uma abordagem do panorama geral da sociedade portuguesa, aplicamos agora o guia apresentado no ponto anterior às empresas cotadas no índice PSI 20.

O PSI 20 é o principal índice do mercado de capitais da *Euronext* Lisboa onde estão cotadas as principais sociedades anónimas (SA) do mercado Português, contando atualmente com dezoito empresas, às quais aplicamos o nosso guia e obtemos os seguintes resultados que passamos a apresentar e analisar focando nos principais conclusões pela positiva (a) e pela negativa (b).

Estes dados resultam de uma primeira observação/análise, efetuada no mês de agosto de 2015, dos sites e relatórios de sustentabilidade das dezoito empresas cotadas no índice PSI 20, sendo que as conclusões retiradas resultam de uma aproximação à realidade, podendo ser alteradas através da disponibilização de novos dados pelas organizações.

**Quadro 10 - A sustentabilidade nas cotadas do PSI20**

<b>DIMENSÕES</b>	<b>NÚMERO DE EMPRESAS</b>	<b>EMPRESAS EM PERCENTAGEM</b>
<b>O «verde» no ADN</b>	17	94%
<b>Expressão económica</b>	16	89%
<b>Expressão social</b>	16	89%
<b>Expressão ambiente</b>	16	89%
<b>Expressão cultura</b>	8	44%
<b>Expressão governança</b>	7	39%
<b>Relatórios estratégicos</b>	8	44%
<b>Relatório anual de sustentabilidade</b>	9	50%
<b>Relatório anual unificado</b>	5	28%
<b>Relatório anual de sustentabilidade + relatório anual unificado</b>	2	11%
<b>A sustentabilidade no site</b>	16	89%
<b>Outros meios de suporte de visibilidade do «verde»</b>	4	22%

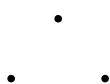
Fonte: Elaboração própria, (com dados recolhidos em agosto de 2015)

#### **a) Pela positiva**

- O «verde» no ADN está presente em todas as cotadas com exceção da Pharol;
- A preocupação com a sustentabilidade (ambiente, economia e social) está enraizada em 89% das empresas;
- 50% das cotadas têm um relatório de sustentabilidade anual;
- Cerca de 89% utiliza o seu site para divulgação da sustentabilidade.

## b) Pela negativa

- A cultura e a governança, não são consideradas como fatores importantes na maioria das organizações;
- Apenas 44% das empresas utilizam relatórios estratégico para as matérias da área da sustentabilidade;
- Quanto aos relatórios integrados apenas cinco das cotadas os utilizam, sendo que duas dessas, mesmo assim mantêm na mesma um relatório de sustentabilidade à parte como complemento de informação;
- Relativamente aos outros meios de divulgação do «verde» para além do site, apenas quatro organizações acham importante investirem nessas difusões, (como por exemplo panfletos).



Focando agora em concreto em cada uma das dezoito empresas cotadas do índice PSI 20 e tendo por base o levantamento efetuado através do guia, evidenciamos aqui as principais conclusões: (ver também **anexo IX**).

**Altri:** Uma empresa do setor da transformação de papel, apresenta preocupações visíveis claramente no seu site relativamente ao económico, social e ambiental. No que toca à vertente cultural, esta não se encontra visível assim como relativamente à governança, pois existem alguns problemas de comunicação como por exemplo a existência de um relatório de sustentabilidade sem que este seja produzido de forma regular (anualmente);

**BPI:** Através da análise feita ao site e aos relatórios estratégicos emitidos por esta sociedade, foi-nos possível verificar que existem preocupações ao nível do desenvolvimento sustentável, ressaltando apenas como aspeto negativo a não existência de relatório de sustentabilidade;

**Banif:** Tendo por base a análise do relatório anual de sustentabilidade existente e o site, verificámos a existência de preocupações relativamente às diferentes expressões presentes no nosso guia, embora a que mais se destaca das cinco existentes seja a ambiental;

**BCP:** Esta instituição financeira apresenta-se como sendo o melhor exemplo de todas as dezoito empresas cotadas no PSI 20. Das doze dimensões do nosso guia apenas não utiliza outros meios de divulgação para além dos relatórios e site assim como não apresenta relatórios estratégicos em matérias do desenvolvimento sustentável, mas elabora anualmente um relatório unificado, sendo que devido à escassa informação que consta neste apresenta ainda

um relatório anual de sustentabilidade em separado tendo em vista uma melhor e mais abrangente prestação de informação;

**CTT:** Apresenta anualmente um relatório de sustentabilidade anual, evidenciando preocupações em todas as expressões do guia. Não utiliza relatórios estratégicos assim como outros meios de difusão e divulgação de informação relativamente à sustentabilidade;

**EDP:** Esta empresa a par da sua congénere EDP Renováveis, consideramos como das melhores empresas a nível de divulgação e preocupação com o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo inúmeros trabalhos nestas matérias e investindo cada vez mais na melhoria das suas atividades tendo em vista a sustentabilidade. Apresenta anualmente um relatório de sustentabilidade, não existindo relatório unificado;

**EDP Renováveis:** Conforme foi dito no parágrafo anterior, apresenta uma grande preocupação com o desenvolvimento sustentável, sendo que a atividade desta empresa é toda ela orientada para o aproveitamento das energias limpas tendo em vista uma menor poluição e menor impacto social e económico para as populações. Ao contrário da EDP esta não apresenta um relatório de sustentabilidade anual, tendo optado pela existência de um relatório unificado;

**GALP:** Através da observação feita foi-nos possível identificar que existe uma clara preocupação e investimento nas questões económicas e ambientais, sendo que nas restantes expressões existe alguma carência de investimento, mas é de referir que a própria GALP identificou esse problema e compromete-se a investir no mesmo. É de salientar a existência de um relatório anual de sustentabilidade assim como de relatórios estratégicos;

**Impresa:** Verificamos que apresenta preocupações ao nível social e cultural, referindo também as outras expressões mas não nos foi possível encontrar evidências da aplicabilidade prática das mesmas. Esta cotada tem assim presente o verde no ADN mas apresenta algumas carências, mas de ressaltar a existência de um relatório unificado;

**Jerónimo Martins:** Empresa do ramo da distribuição que apresenta preocupações claras relativamente à vertente ambiental, económica e social, não investindo muito ao nível cultural e da governança, pois embora tenha como o BCP um relatório anual de sustentabilidade mais o unificado, no seu site não foi possível visionar uma comunicação constante das matérias de sustentabilidade ao nível das ações desenvolvidas anualmente, mas apenas e só a disponibilização anual dos relatórios;

**Mota Engil:** Apresenta preocupações ao nível de todas as expressões existindo uma divulgação assídua de novos dados, apresentando anualmente um relatório de sustentabilidade;

**NOS:** É um caso semelhante ao da Jerónimo Martins só que estamos perante uma empresa de telecomunicações. A única diferença reside na troca da existência de relatórios de sustentabilidade por relatórios estratégicos com medidas de carácter sustentável;

**Pharol:** Empresa recentemente criada devido à venda da Portugal Telecom à Altice, especializada na gestão de participações em sociedades do ramo das telecomunicações. Devido à recente criação, à montagem do novo site e à não existência de relatórios de sustentabilidade só nos foi possível verificar a existência de relatórios estratégicos nesta área não sabendo se ocorreu alguma aplicabilidade dos mesmos;

**Portucel:** É mais uma empresa de transformação de papel, tendo sido constatada uma realidade igual à da Altri, existindo o verde no ADN mas carecendo de melhorias ao nível da governação e cultural, assim como da existência de um relatório de sustentabilidade;

**REN:** Verificou-se a existência de preocupações ambientais, económicas e sociais apresentando anualmente um relatório de sustentabilidade;

**Semapa:** Assim como a Altri e a Portucel, a Semapa apresenta uma estrutura semelhante às outras duas congéneres, pese embora esta esteja em vantagem no que toca à divulgação de dados uma vez que tem um relatório unificado;

**Sonae SGPS:** Foi possível verificar preocupações relativamente ao desenvolvimento sustentável, não tendo sido detetadas carências ao nível cultural e da governança. Apresenta anualmente um relatório de sustentabilidade;

**Teixeira Duarte:** É um caso idêntico ao da Sonae, só que com a diferença que não existe nenhum relatório de sustentabilidade.

#### **4.4 - O CASO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

Para uma análise e aplicação mais detalhada do guia elaborado, escolhemos a Caixa Geral de Depósitos (CGD) onde apresentamos pormenorizadamente como esta se insere em cada uma das dimensões escolhidas, fazendo um pequeno resumo no final do capítulo das conclusões obtidas tendo por base os resultados visíveis no quadro seguinte.

**Quadro 11 - A sustentabilidade na Caixa Geral de Depósitos**

<b>DIMENSÕES</b>	
O «verde» no ADN	
Expressão económica	
Expressão social	
Expressão ambiente	
Expressão cultura	
Expressão governança	
Relatórios estratégicos	
Relatório anual de sustentabilidade	
Relatório anual unificado	
Relatório anual de sustentabilidade + relatório anual unificado	
A sustentabilidade no site	
Outros meios de suporte de visibilidade do «verde»	

Existe		Não existe	
--------	--	------------	--

Fonte: Elaboração própria, (com dados recolhidos em agosto de 2015)

Os resultados obtidos foram retirados segundo a mesma metodologia utilizada no ponto anterior, com o recurso à análise do relatório de sustentabilidade e do site.

Antes de explicarmos mais pormenorizadamente cada uma das dimensões do guia que culminaram na obtenção dos resultados apresentados, fazemos aqui uma breve apresentação do grupo CGD, que é uma instituição financeira portuguesa com 138 anos, cujo a missão e os valores são os presentes na imagem seguinte.

## Imagem 8 - Missão e Valores da Caixa Geral de Depósitos

**Missão:**

O Grupo CGD deve procurar consolidar-se como um Grupo estruturante do sistema financeiro Português, distinto pela relevância e responsabilidade fortes na sua contribuição para:

- O desenvolvimento económico;
- O reforço da competitividade, capacidade de inovação e internacionalização das empresas portuguesas;
- A estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Enquanto líder do mercado, a procura de uma evolução equilibrada entre rentabilidade, crescimento e solidez financeira, sempre no quadro de uma gestão prudente dos riscos.

**Valores:**

- Rigor
- Transparência
- Segurança
- Responsabilidade organizacional e pessoal
- Integridade
- Respeito

Fonte: CGD

**O «verde» no ADN:** A CGD enquanto instituição de crédito portuguesa tem instituído no seu seio uma política de integração e interação entre todos os colaboradores que privilegia a sustentabilidade da organização a todos os seus níveis. Partindo da administração até à base, todos os funcionários são inseridos numa cultura de respeito e desenvolvimento sustentável, assim como fornecedores e outras empresas subcontratadas, de forma a diminuir ao mínimo possível o impacto negativo do normal funcionamento do negócio na sociedade.

**Expressão económica:** Relativamente ao desempenho económico e para análise desta dimensão vamos considerar o produto bancário, os depósitos de clientes e o crédito a clientes, onde é possível constatar que ocorreu uma clara diminuição de valores de 2012 para 2013, (devido à forte crise que se instalou devido ao crédito mal parado no setor financeiro) tendo ocorrido já um significativa melhoria no ano de 2014.

Quadro 12 - Expressão económica na Caixa Geral de Depósitos

	2012	2013	2014
Produto Bancário (milhões de €)	1 713	1 064	1 178
Depósitos de clientes - Quota de mercado (Portugal) - %*	28,1	27,5	29,2
Crédito a clientes - Quota de mercado (Portugal) - %*	21,3	21,6	22,0

Fonte: CGD: Relatório de sustentabilidade do ano de 2014

**Expressão social:** Tem vindo a ocorrer um desinvestimento nos aspetos sociais, diminuindo o número de colaboradores e horas de formação, assim como os investimentos na comunidade, em contra ciclo a CGD tem aumentado o número de visitantes, tentando desenvolver uma política de proximidade para com os seus *stakeholders*.

**Quadro 13 - Expressão social na Caixa Geral de Depósitos**

	2012	2013	2014
N.º Colaboradores	11 002	10 508	10 293
N.º médio de horas de formação por colaborador	36	42	24
N.º estágios concedidos	371	451	370
Investimento na comunidade (em milhares de €)	6 073**	27 703	15 549
N.º Visitantes Saldo Positivo*	454 732	725 552	2 156 461

Fonte: CGD: Relatório de sustentabilidade do ano de 2014

**Expressão ambiente:** Têm vindo a ocorrer uma diminuição generalizada dos custos de funcionamento da CGD ao nível da eletricidade - para que muito têm contribuído a instalação dos painéis existentes no telhado do edifício sede na Avenida João XXI - água, papel e resíduos. Por outro lado, este ano ocorreu um aumento do consumo de combustíveis nos edifícios, assim como uma ligeira dilatação de custos por trabalhador, sendo que este é justificado pela diminuição superior dos trabalhadores face aos custos existentes.

**Quadro 14 - Expressão ambiente na Caixa Geral de Depósitos**

	2012	2013	2014
Consumo de combustíveis nos edifícios (GJ)	3 488	2 388	2 442
Consumo de eletricidade (GJ)	311 854	304 490	280 521
Consumo de água (m <sup>3</sup> )	182 977	172 560	154 337
Consumo de papel branco para fotocópia (t)	466	469	448
Produção total de resíduos (t)*	1007	771	657
Custos com o consumo de energia e água por colaborador (milhares €/FTE)*	1,77	1,68	1,72

Fonte: CGD: Relatório de sustentabilidade do ano de 2014

**Expressão cultura:** Através da fundação CGD, denominada de Culturgest, que é considerada uma instituição de utilidade pública, desenvolve regularmente diferentes programas divulgando o que de melhor existe na área da cultura, direcionados para os diferentes públicos da sociedade e apoiando iniciativas de cariz social que se mostrem merecedoras de apoio, sendo a maioria destas de origem nacional.

**Expressão governança:** Para melhorar a governança, para além da aposta na definição clara da missão e valores da organização, como já apresentamos anteriormente a CGD têm em marcha um programa de gestão da sustentabilidade, que está assente em dois desafios:

- Proteger e reforçar a saúde financeira do grupo, apostando na transparência e clareza da informação prestada;
- Assegurar a sustentabilidade e competitividade a nível organizativo e de modelo de negócio do grupo.

Tendo em vista o alcance destes objetivos está em curso um programa corporativo de sustentabilidade, com enfoque em cinco eixos - negócio responsável, comunidades, ambiente, gestão da sustentabilidade e comunicação/formação - que por sua vez se subdividem em 10 áreas distintas englobado assim a materialização da estratégia de sustentabilidade através de um sistema de gestão ambiental e do constante diálogo com os *stakeholders*, (**anexo X**).

**Relatórios estratégicos:** Para além do relatório anual de sustentabilidade, todos os anos são feitos relatórios intermédios de controlo dos vários departamentos e áreas do grupo CGD, tendo em vista um maior controlo ao nível da sustentabilidade. Paralelamente ao RS todos os anos é emitido também um relatório de compensação de emissões de gases de efeito estufa, uma vez ser considerada como um ponto relevante para a sustentabilidade.

**Relatório anual de sustentabilidade:** Todos os anos é emitido um RS tendo por base as diretrizes do GRI, sendo este elaborado em separado do relatório e contas da CGD. Este relatório é todos os anos alvo de revisão/certificação por parte de uma empresa de auditoria tendo em vista assegurar a fiabilidade do mesmo.

**Relatório anual unificado:** Não existe nenhum relatório deste tipo.

**Relatório anual de sustentabilidade + relatório anual unificado:** Apenas existe o RS anual, não existindo o integrado.

**A sustentabilidade no site:** É bem visível esta, sendo logo uma das primeiras «bandeiras» do site, onde desde início podemos ver a importância que esta organização dá a este tema e como este está inserido na cultura Caixa, (**anexo XI**).

**Outros meios de suporte de visibilidade do «verde»:** Outros meios utilizados são o investimento em marketing, através do aumento da publicidade, com anúncios, cartazes, panfletos, entre outros. Para além destes meios, existem os prémios (ver **anexo XII**) e os patrocínios a grandes eventos onde aposta na divulgação da sustentabilidade.

•  
•     •

Com o levantamento efetuado, podemos concluir que a existência de um relatório de sustentabilidade na CGD é praticamente desnecessária, uma vez que no site podemos observar toda a informação necessária e em tempo oportuno.

Outra conclusão que conseguimos retirar, passa por nos questionarmos do porquê da existência do relatório e contas e do relatório de sustentabilidade em separado, uma vez que o RS existente vai retirar todos os aspetos do outro relatório, interligando assim a vertente financeira e não financeira.

De grosso modo é possível afirmar que se o RS tivesse as demonstrações de resultados nele incluídas, estávamos perante um relatório integrado.

## **IV PARTE - AUDITORIA «VERDE»**

## 5. AUDITORIA «VERDE»

As auditorias podem ser conduzidas de várias formas e com recurso a diferentes métodos dependendo dos diferentes trabalhos em causa.

Recentemente têm surgido uma grande questão de saber se existe mesmo uma diferença entre a auditoria convencional e a praticada nos relatórios de sustentabilidade, ou se no século XXI, ao falarmos devíamos falar apenas da existência sempre de uma única auditoria a «verde».

### 5.1 - AUDITORIA E AUDITORIAS

De acordo com a pesquisa efetuada a auditoria é uma análise geral aprofundada de maneira diferenciada (consoante o tipo de trabalho a desenvolver) dos elementos de uma determinada organização, podendo ser feita internamente ou externamente mas sempre tendo em vista uma observação independente e imparcial da situação da organização.

Esta análise vai por sua vez contribuir para a criação de valor nas organizações como objetivo de oferecer confiança aos investidores e contribuir para a identificação de eventuais inconformidades relativamente à atividade desenvolvida pela organização e todos os processos inerentes a esta, permitindo à administração a correção, mitigação ou até mesmo evitar eventuais riscos.

Independentemente do tipo de auditoria em causa, o auditor depara-se sempre com a questão da materialidade, o que considerar, como calcular e em que aspetos pode esta condicionar o trabalho a ser desenvolvido.

Existem assim vários tipos de auditorias, sem esgotar:

- **Ambiental** - Incidem sobre a verificação do incumprimento da legislação ambiental;
- **Às demonstrações financeiras** - Serve para assegurar que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação da organização;
- **Fiscal** - Relacionada com a verificação do cumprimento das obrigações tributárias;
- **Da segurança da informação** - Verifica a qualidade da informação e a forma como esta é salvaguardada de forma a assegurar a continuidade do negócio;
- **Baseada em riscos** - Têm como objetivo identificar, prevenir, evitar e mitigar eventuais riscos que possam por em causa as organizações;

- **De sistemas** - Assegurar a proteção, segurança, desempenho, integridade, disponibilidade e confidencialidade da informação das organizações;
- **Governamental** - Aplicada no âmbito das entidades públicas, cujo grande objetivo é verificar a aplicação dos recursos e dos resultados obtidos tendo em vista garantir a eficiência, eficácia, economia e continuidade legal;
- **De desempenho** - Focada na análise da estrutura de custos das organizações tendo em vista identificar possíveis desperdícios de recursos;
- **Operacional** - Está relacionada com a revisão e avaliação dos controlos operacionais da organização;
- **Previsional e estratégica** - Passa pela auditoria da informação financeira prospetiva, de forma a antecipar uma visão do futuro no presente, auxiliando na definição da estratégia a ser desenvolvida pela organização;
- **Outras.**

### 5.1.1 - MATERIALIDADE

Como foi referido no capítulo 5.1 a materialidade é um dos aspetos mais importantes, se não o mais importante para a realização de trabalhos de auditoria.

Centrando na esfera financeira materialidade pode ser definida como a deteção de riscos de distorção devido a fraude ou erro ao nível das demonstrações financeiras.

Esta deteção é realizada através do conhecimento da organização e do seu ambiente proporcionando ao auditor a concepção e implementação de respostas aos riscos.

Para ajudar e orientar os ROC existem assim ISA, (*International Standard on Auditing*):

- **ISA 315:** Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente;
- **ISA 320:** Materialidade no planeamento de uma auditoria.

### ISA 315

Esta ISA fala sobre os procedimentos de avaliação do risco e atividades relacionadas, dizendo que estes devem incluir indagações, procedimentos analíticos, observação e inspeção.

Os auditores devem para além dos fatores setoriais estarem a par dos fatores externos que rodeiam a organização:

- Mercado e concorrência
- Riscos específicos do setor em que a organização opera
- Fatores de regulação incluindo ambiente regulador.

Por outro lado e relativamente ao espaço de atuação da organização, os auditores devem ter o conhecimento dos seguintes aspetos:

- Estrutura mais ou menos complexa
- Propriedade e partes relacionadas
- Operações do negócio
- Métodos usados na contabilização de transações pouco usuais
- Conhecer o controlo interno da organização.

### **ISA 320**

Nesta ISA é abordada a forma de aplicação e revisão da materialidade durante o planeamento execução dos trabalhos de auditoria.

Assim sendo o auditor tem de definir a materialidade de execução em relação à materialidade para o todo. Por outras palavras, a materialidade de execução é a quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor inferiores à materialidade estabelecida para as demonstrações financeiras como um todo.

Para ser possível definir estes limites é necessário que o auditor suporte as suas escolhas em documentação e que efetue uma revisão constante à medida que a auditoria progride.

•  
•     •

Em jeito de resumo e tendo em conta o que se escreveu e refletiu, para se diagnosticar a materialidade e de forma a procederem à certificação dos RS os ROC devem implementar os seguintes procedimentos:

- Definirem junto da organização qual o modelo de relatório que esta vai utilizar;
- Verificar a existência de trabalhos anteriores, e quais as conclusões obtidas;
- Exigir a existência de declarações escritas aos órgãos de gestão relativamente à informação prestada;

- Verificar os procedimentos inerentes à recolha da informação prestada, avaliando a eficácia destes;
- Aplicar procedimentos de auditoria adicionais através de inspeções, observações, indagações e confirmações;
- Avaliar os sistemas de controlo interno;
- Proceder à avaliação do processo de gestão;
- Analisar e avaliar os resultados provenientes da informação prestada pela organização e a recolhida;
- Assegurar o cumprimento das normas e procedimentos existentes.

## 5.2 - AUDITORIA «VERDE»: ASPETOS CONCEPTUAIS, INSTITUCIONAIS E PRÁTICOS

É o conceito que alia a auditoria tradicional (a financeira) com a sustentabilidade, tendo assim em conta a conjugação dos dados financeiros com o desenvolvimento sustentável.

A auditoria «verde», não deve ser entendida como sendo um novo tipo de auditoria, mas sim como uma forma de desenvolver os trabalhos tendo em conta o desenvolvimento sustentável das organizações.

Atualmente a preocupação com este desenvolvimento apenas acontece quando estamos perante auditorias focadas nos relatórios de sustentabilidade mas mesmo nestes casos, muitas vezes somente ao nível do cumprimento de normas legais sendo descuidados os restantes fatores, assim como em outros trabalhos de auditoria como por exemplo aos relatórios e contas anuais.

Relativamente à auditoria a estes relatórios centrados no ambiente, importa ainda referir que esta pode ser dividida em sete tipos:

- **Conformidade legal** - Cumprimento das normas ambientais;
- **Avaliação de desempenho** - Avaliar a organização com base nos indicadores ambientais;
- **Riscos** - Verificar eventuais riscos para o ambiente e população;
- **Responsabilidade** - Investigar a ocorrência de passivos ambientais;

- **Cadeia produtiva** - Realizada a determinado produto e serviços relacionados ao longo de todo o processo de produção;
- **Pós-acidente** - Identificar causas e responsáveis;
- **Sistemas de gestão ambiental** - Certificar, verificar e adequar o sistema de gestão ambiental das organizações.

Esta divisão ajuda a levantar a questão se a realização de uma certificação legal de contas sem ter em conta aspetos ao nível da sustentabilidade permite a emissão de uma opinião com um nível de segurança razoável de que a organização é sustentável e comunicou devidamente todos os aspetos materialmente relevantes e que podem por em causa a continuidade do negócio.

A resposta a esta interrogação tem levantado muitas questões aos profissionais da área de auditoria, pois cada vez mais existe um consenso de que apenas não chegam os dados financeiros é preciso conhecer todo o macro sistema que envolve a organização e quais os riscos existentes em matérias de carácter ambiental, económico e social.

### **5.2.1 - A POSIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Organizações como a *International Federation of Accountants*, (IFAC) afirmam que é importante investir nestas matérias devendo caminhar-se para a existência de um relatório integrado que contenha a informação ao nível da sustentabilidade e das demonstrações financeiras.

O *International Integrated Reporting Council*, (IIRC) afirma que deve ser uma preocupação dos profissionais de auditoria e contabilidade a convergência da informação num relatório único, acabando com a separação entre a componente financeira e ambiental.

Para além destas o *Auditing Practices Board*, (APB) e o *Public Company Accounting Oversight Board*, (PCAOB) dizem que é importante ser dada uma resposta conjunta e integrada às necessidades destas matérias de cariz ambiental.

Parte destas respostas existem em normas criadas que regulam as práticas de auditoria e contabilidade, visando ajudar e uniformizar o tratamento e controlo das matérias ao nível da sustentabilidade tais como:

**AA1000AS:** É uma norma mundial desenvolvida com o intuito de conjugar os relatórios financeiros e as suas respetivas certificações com as componentes não financeiras da sustentabilidade. Apareceu através da Comissão Técnica de Normas da *AccountAbility* e de um

vasto estudo elaborado por estes, culminando na AA1000AS em substituição da norma AA1000 *Framework Standard*, (AA1000FS).

Este é um processo de *assurance*, onde vai existir uma entidade responsável por garantir a fiabilidade da informação ao nível da sustentabilidade prenunciando-se à posterior através da emissão de uma declaração.

**Quadro 15** - Resumo da aplicabilidade de *assurance*

<b>Características de Assurance Elevado ou Moderado</b>		
	<b>Garantia de assurance elevado</b>	<b>Garantia de assurance moderado</b>
<b>Objectivo</b>	<p>A entidade responsável pelo <i>assurance</i> alcança um nível de <i>assurance</i> elevado quando obtiver evidências suficientes para fundamentar a sua declaração, sendo a margem de erro da sua conclusão muito reduzida, mas não zero.</p> <p>Um <i>assurance</i> de nível elevado permite que os utilizadores tenham um elevado nível de confiança nas informações divulgadas por uma organização relativamente ao assunto a que aquela se refere.</p>	<p>A entidade responsável pelo <i>assurance</i> alcança um nível de <i>assurance</i> moderado quando obtiver evidências suficientes para fundamentar a sua declaração, sendo a margem de erro da sua conclusão pouco reduzida, mas não muito reduzida ou zero.</p> <p>Um nível de <i>assurance</i> moderado permite aumentar o nível de confiança que os utilizadores tenham em relação às informações divulgadas por uma organização relativamente ao assunto a que aquela se refere.</p>
<b>Características das evidências</b>	<p><b>Não restritas</b></p> <p><b>Quanto aos princípios</b></p> <p>Evidências de fontes e grupos internos e externos, incluindo as partes interessadas; evidências recolhidas em todos os níveis da organização.</p> <p><b>Quanto à informação específica de desempenho</b></p> <p>Recolha aprofundada e abrangente de evidências, incluindo a obtenção de elementos comprovativos com amostras satisfatórias nos níveis mais baixos da organização. A ênfase está na fiabilidade da informação.</p>	<p><b>Menos abrangentes</b></p> <p><b>Quanto aos princípios</b></p> <p>Evidências de fontes e grupos internos; evidências recolhidas sobretudo ao nível dos órgãos de gestão da organização.</p> <p><b>Quanto à informação específica de desempenho</b></p> <p>Recolha limitadamente aprofundada de evidências, incluindo inquérito e procedimentos analíticos com amostras limitadas nos níveis mais baixos da organização, quando necessário. A ênfase está na plausibilidade da informação.</p>
<b>Declaração</b>	<p><b>Quanto aos princípios</b></p> <p>Conclusão relativa à natureza e nível de adesão baseada nas informações divulgadas pela organização.</p> <p><b>Quanto à informação específica de desempenho</b></p> <p>Conclusão relativa à fiabilidade.</p>	<p><b>Quanto aos princípios</b></p> <p>Conclusão relativa à natureza e nível de adesão baseada nas informações divulgadas pela organização, nos procedimentos adoptados e no trabalho desenvolvido.</p> <p><b>Quanto à informação específica de desempenho</b></p> <p>Conclusão relativa à fiabilidade baseada nos procedimentos adoptados.</p>

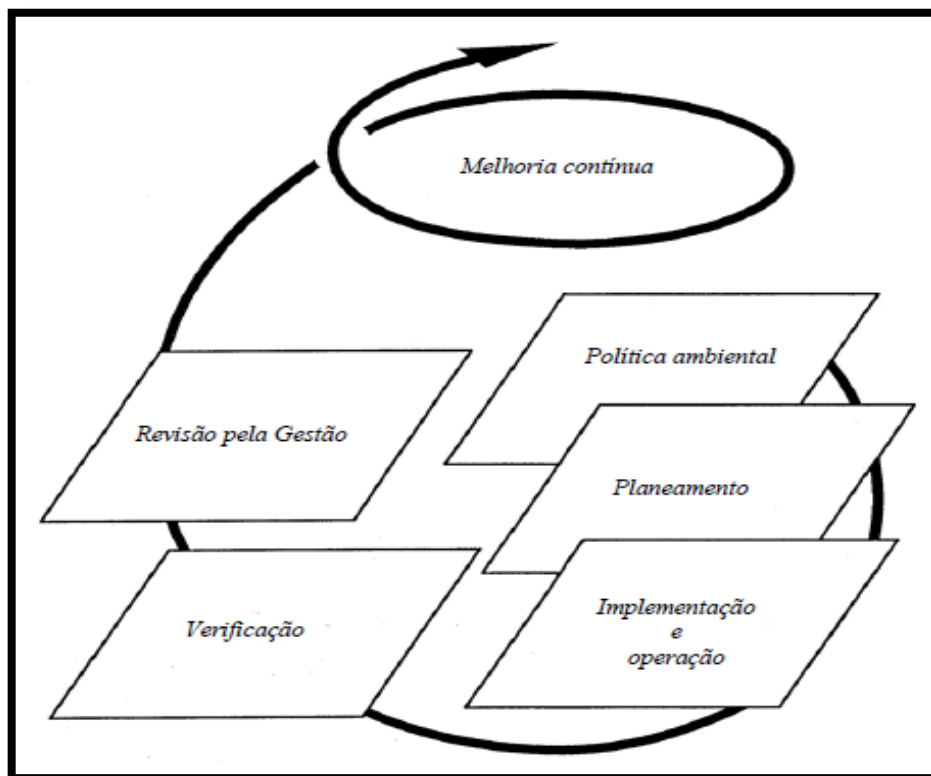
Fonte: AA1000AS.

Esta declaração deve incluir segundo AA1000AS:

- Os possíveis utilizadores da informação
- Responsabilidades da organização e da entidade que garante o *assurance*
- Normas utilizadas
- Descrição do tipo de *assurance*
- Descrição das informações divulgadas
- Descrição da metodologia
- Limitações existentes.

**ISO 14001:** Esta norma internacional tem como objetivo certificar as organizações em determinados requisitos que contribuem para um sistema de gestão ambiental. Surge da necessidade das organizações demonstrarem aos seus stakeholders que têm um desempenho ambiental sólido, sendo uma norma baseada na metodologia PDCA, (planear, executar, verificar e atuar) com o objetivo de alcançar a melhoria contínua.

**Esquema 5 - Modelo resumo da função da ISO 14001**



Fonte: ISO 14001

Para garantir a qualidade do sistema de gestão ambiental este deve ser alvo de auditorias internas periódicas que garantam a conformidade com o planeado em matéria de sustentabilidade e se foi feita uma adequada implementação e manutenção do sistema.

**ISO 26000:** É uma norma relacionada com a responsabilização ambiental, caracterizada por incorporar nas organizações a obrigação de assumirem o impacto das decisões tomadas e as respetivas consequências ambientais tendo em vista um melhor desenvolvimento sustentável.

Segundo o próprio normativo este oferece orientações sociais nos seguintes pontos:

- Noções e definições;
- Histórico e tendências;
- Princípios e práticas;
- Incorporação, implementação e promoção de comportamentos;
- Comunicação de compromissos.

### **5.3 - DA SITUAÇÃO EUROPEIA E EM PORTUGAL**

Neste ponto vamos fazer uma abordagem geral da situação na Europa e em Portugal (a) seguido depois para uma análise mais pormenorizada através de um estudo elaborado por Eugénio e Gomes (b) a 68 Revisores Oficiais de Contas (ROC) onde foi feito um diagnóstico de situação.

#### **a) Situação na Europa e em Portugal**

Na Europa cada vez mais existe a preocupação com as matérias de sustentabilidade, tendo vindo a aparecer muita legislação assim como organizações e organismos que atuam nesta área tais como a Agência Europeia do Ambiente, (AEA) ou a realização de fóruns como o caso do *European Multi-Stakeholder Fórum*.

Estes novos movimentos nascem das necessidades dos *stakeholders* obterem mais informações sobre a forma como as organizações produzem e de que maneira racionalizam os seus recursos assim como qual a pegada ecológica que deixam.

Relativamente a Portugal, o país e os seus governantes têm vindo a produzir estratégias que permitem conciliar a competitividade das organizações com a sustentabilidade.

Um exemplo é a reforma sobre a fiscalidade verde onde o Governo apresentou propostas para a criação de taxas ambientais para os mais poluidores e de incentivos fiscais para os que cumprem as metas estabelecidas de forma a incentivar um uso responsável dos recursos.

Desta reforma resultou recentemente a taxa sobre os sacos de plástico para desincentivar o consumo destes e incentivar o seu reaproveitamento.

O Ministro Jorge Moreira da Silva em representação do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e o Primeiro-ministro o Dr. Pedro Passos Coelho apresentaram durante o ano de 2014 um plano denominado «Coligação para o Crescimento Verde» que passa pela definição de metas quantificadas de crescimento sustentável para os próximos anos tendo em vista sermos competitivos face aos novos desafios globais, política climática e economia verde.

Portugal nestes três campos apresenta pontos fortes nos dois últimos sendo o terceiro país a nível mundial em políticas climáticas e apresenta um crescimento de 7,3% do emprego verde, ou seja emprego em organizações que laboram segundo boas práticas de sustentabilidade e afetação de recursos, (dados relativos ao ano de 2014).

Relativamente aos desafios globais Portugal mostra várias dependências face ao exterior, não sendo auto sustentável, (uma das principais dependências é ao nível energético onde dependia em 72% da energia consumida em 2014).

Deve desta forma ser encarado o crescimento verde como uma boa oportunidade económica uma vez ter sido um setor que cresceu 4% em 2014 e já representa 2,5% do Produto Interno Bruto, (PIB) europeu.

De forma a contribuir para este crescimento verde o Governo lançou cinco medidas:

- Um fundo para fomentar o crescimento
- A reforma fiscal
- O investimento em inovação
- A aposta na informação e formação aos cidadãos
- As compras públicas passarem a levar em conta questões ecológicas.

Para além das medidas e projetos estatais em Portugal muitas outras organizações e entidades estão envolvidas em planos que contribuam para a sustentabilidade e desenvolvendo a «governança», sendo um bom exemplo o do Instituto Português de *Corporate Governance*, (IPCG) que com o código de governo das sociedades cria um compromisso de alternativa

como instrumento de promoção de boas práticas de governação das organizações, ou a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, (OROC) e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, (OTOC) que têm vindo a desenvolver formações para com os seus membros de forma a darem esclarecimentos e apoio nesta área tendo em vista a conversão dos profissionais a uma prática de trabalho que permita a apresentação integrada da informação aos stakeholders.

Esta posição das duas ordens portuguesas vai ao encontro da posição assumida pelas suas congéneres internacionais.

### b) Estudo elaborado por duas autoras - Eugénio e Gomes

Atualmente, em Portugal o papel do Revisor Oficial de Contas, (ROC) ainda não está bem explícito relativamente à sua intervenção nos RS, embora exista um claro entendimento sobre este assunto. Os ROC afirmam que o objetivo do relato da sustentabilidade passa por «transmitir de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização». Ilustrando, vejamos o panorama atual da auditoria.

**Quadro 16 - Panorama atual da auditoria**

Indique qual o seu nível de concordância das seguintes afirmações.		Não concordo	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Muito	Concordo Plenamente
1	A Ordem de Revisores Oficiais de Contas tem tido um papel ativo nesta matéria.	4	12	37	11	4
2	A verificação aos Relatórios de Sustentabilidade é importante	1	2	18	32	15
3	A verificação aos Relatórios de Sustentabilidade deve ser efetuada por um ROC e não por outras entidades ou organismos	5	10	18	22	13
4	Têm sido suficientes as formações que abordam a temática da verificação aos Relatórios de Sustentabilidade, destinadas aos Revisores	17	24	23	4	0
5	Este é um tema suficientemente desenvolvido em Portugal	23	37	7	1	0
6	Este tema merecia um maior aprofundamento nos currículos do ensino superior	2	2	26	27	11
7	Deveria existir um modelo <i>standard</i> de parecer para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade	2	3	14	30	19
8	Seria útil a existência de mais normativos nesta área.	2	5	11	33	17
9	Já li vários documentos sobre o tema	7	16	26	14	5
10	A maioria dos meus clientes questiona-me sobre esta temática	36	18	11	3	0

Fonte: Eugénio e Gomes: Estudo feito a 68 ROC (2012)

Depois deste breve enquadramento da situação, passamos para a análise do estudo, onde logo de início refere que com a divulgação da sustentabilidade os ROC consideram que se conseguem assegurar a confiança dos *stakeholders*, sendo que esta vai estar diretamente ligada à elaboração dos objetivos e políticas das organizações tendo em vista o alcance de uma boa reputação que pretende assegurar a conformidade com as normas e regulamentos existentes.

Desta forma, e segundo Eugénio e Gomes existe uma «falta de credibilidade face à não obrigatoriedade de verificação dos relatórios de sustentabilidade e à ausência de investigação profunda na análise dos processos pelos quais os relatórios de sustentabilidade são gerados».

Para além da descredibilização existente em torno destes, não é possível encontrar um modelo único e inequívoco para execução dos RS, (embora o mais comum seja o chamado *triple bottom line* que contempla as áreas do ambiente, económico e social) sendo a grande e atual discussão a inclusão ou não deste no relatório e contas das organizações.

Para além disto, quando questionados os ROC, 65% respondeu que a publicação do RS não deve ser obrigatória e apenas 35% que devia ser, sendo que destes a maioria diz que a obrigatoriedade devia incidir essencialmente sobre as empresas cotadas e depois sobre as Sociedades Anónimas, (SA).

Já relativamente à elaboração do relatório, a grande maioria (75%) diz que este deve ser da responsabilidade da administração, e que deve conter principalmente os seguintes pontos:

- Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades da empresa; Missão valores, códigos de conduta e princípios;
- Aludir se existe um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas de resposta à situação;
- Referir a formação de colaboradores na área da anticorrupção e qual a percentagem no todo da organização;
- Cartas, princípios e outras iniciativas desenvolvidas de carácter ambiental, económico e social;
- Identificação dos principais impactos económicos que indiretamente ou diretamente possam influenciar a organização.

Outro aspeto importante que é abordado no estudo passa pelo diagnóstico da materialidade numa auditoria, onde os auditores têm de compreender em primeiro lugar o que devem assegurar que têm obrigatoriamente de constar nos RS, tendo de seguida definir procedimentos específicos para a natureza destes trabalhos.

No que toca aos procedimentos e segundo o estudo, não existem requisitos para os auditores que fazem os trabalhos de certificação dos RS, embora existam cinco que são considerados por estes como os mais consensuais:

- Independência  
Capacidade de relacionamento entre as partes envolvidas
- Não ter auxiliado nos controlos internos e na elaboração do RS
- Competência
- Experiência profissional.

Acompanhando estes escassos requisitos, o estudo realizado pelas duas autoras atrás mencionadas, refere ainda que relativamente a normativos os ROC quando estão perante trabalhos na área da sustentabilidade utilizam normalmente o GRI, a ISAE 3000 ou na AA1000 *Assurance Standard*, por acharem que são as mais completas dentro da grande variedade existente e porque o cumprimento destes assegura em qualquer um dos casos os principais pontos que os ROC inquiridos acham que devem constar nos RS: «Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades da empresa (...) missão, valores, códigos de conduta e princípios».

Por outro lado os ROC entendem que a existência de mais normativos seria benéfica tendo em vista a melhoria dos existentes e a padronização dos mesmos num modelo, sendo que seria necessário também o aumento da formação nesta área para os profissionais, afirmando mesmo que esta deveria iniciar-se no ensino superior.

Também deve existir um maior envolvimento da própria ordem de ROC de forma a incrementar nos seus programas formativos os temas da sustentabilidade, criando/gerando discussões com os seus parceiros internacionais tendo em vista a regulamentação da prática de análise e certificação uniforme dos RS.

Importa ainda focar que do estudo realizado por Eugénio e Gomes, apenas três auditores do total de 68 inquiridos realizaram trabalhos de certificação a RS, sendo que os pontos analisados por estes para a emissão da opinião quanto à fiabilidade e clareza do relato foram:

- Verificar procedimentos e sistemas de controlo de gestão;
- Confirmar a informação através de declarações escritas e entrevistas com os responsáveis pelo relato;
- Avaliar o processo de gestão;
- Avaliação da eficácia dos processos de tratamento e recolha de dados;

- Certificação do cumprimento das normas e regulamentos;
- Comparação da informação dos relatórios financeiros com a relatada;
- Confirmação dos indicadores apresentados, comparativamente com as normas e informação utilizada na sua elaboração.

**Quadro 17** - Procedimentos para a verificação dos relatórios de sustentabilidade

Indique o nível de importância aos procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade.		Sem Importância	Pouco Importante	Importância Moderada	Importante	Muita Importância
1	Verificação dos procedimentos ou da implementação de sistemas de controlo de gestão	0	1	1	0	1
2	Verificação dos dados, gráficos e declarações que acompanham o relatório, através de entrevistas a gestores responsáveis pela informação relatada e análise de evidências	0	0	0	1	2
3	Avaliação dos processos de gestão conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social.	0	0	0	2	1
4	Avaliação da eficácia dos processos de recolha, agregação, tratamento, validação e declaração da informação relatada.	0	0	0	0	3
5	Verificação da aplicação dos princípios das normas na informação relatada.	0	0	0	1	2
6	Comparação da informação financeira relatada com a informação que consta dos relatórios financeiros da organização.	0	0	1	0	2
7	Verificação dos indicadores apresentados de acordo com as normas e da informação utilizada na sua elaboração.	0	0	0	1	2

Fonte: Eugénio e Gomes: Estudo feito a 68 ROC dos quais 3 já certificarão relatórios de sustentabilidade (2012)

## **5.4 - TRANSFORMAÇÃO «VERDE»**

A «auditoria verde» só faz sentido nas organizações que de forma planeada queiram aderir ao desenvolvimento sustentável e é isto que se quer tratar neste ponto sob diferentes ângulos.

### **5.4.1 – REFERÊNCIAS GLOBAIS NA ESFERA DO «VERDE»**

Para a «transformação verde» há práticas e cada vez mais teorias/técnicas que merecem ser conhecidas no âmbito da auditoria. Deixamos aqui alguns exemplos:

#### **Bellagio STAMP**

É um conjunto de oito princípios resultantes de ideias iniciais que foram trabalhadas pelo International Institute for Sustainable Development:

1. Guiding Vision
2. Essential Considerations
3. Adequate Scope
4. Framework and Indicators
5. Transparency
6. Effective Communication
7. Broad Participation
8. Continuity and Capacity.

#### **BM & FBOVESPA**

A bolsa de valores do Brasil adotou um modelo assente em 13 princípios, desenvolvido pela University of Cambridge Programme for Industry:

1. Envolver a direção da empresa
2. Descobrir o que precisa de ser mudado
3. Estabelecer prioridades
4. Assumir compromissos públicos
5. Estabelecer a governança e a sustentabilidade
6. Cheque a entidades

7. Engaje aos *stakeholders*
8. Elaborar uma política de sustentabilidade
9. Envolver o público interno
10. Ajustar sistema de gestão
11. Definir e acompanhar indicadores
12. Estabelecer metas
13. Relatar as conquistas e seus desafios.

### **CORP – Corporation 2020**

Apresenta um novo modelo empresarial, cujo a base assenta em três pilares:

- As organizações devem mensurar e divulgar os seus impactos ambientais;
- Devem existir a taxação de recursos naturais não renováveis;
- Introdução do limite ao endividamento nas organizações.

### **The Natural Step**

Tendo por base a publicação da Natural Step, uma organização cobre os seguintes quatro passos:

- *Awareness*
- *Baseline Analysis*
- *Compelling Vision*
- *Down to Action.*

### **Modelo V4P**

Este foi desenvolvido por Maria Augusta Fernandes através de uma vasta pesquisa, que resultou na concretização deste modelo que consta do manual de Relatórios de Sustentabilidade e Contas da OTOC, assentando num ciclo de três momentos **A**ssumir, **A**gir e **A**companhar (3A).

Do desenvolvimento deste ciclo resultam os alicerces do modelo:

- **Conceito de sustentabilidade** - Pessoas, (social); Planeta, (ambiente); Profit (economia);

- **Visibilidade** - Disponibilizar e tornar acessível a informação aos stakeholders;
- **Processo** - A criação de valor do relatório parte do processo que está subjacente à elaboração deste.

#### 5.4.2 - PERFIL DO «AUDITOR VERDE» E A FORMAÇÃO

O perfil do auditor, são as características que o profissional deve possuir para elaborarem trabalhos a RS, não devendo este ser diferente do perfil tradicional do auditor financeiro pelo que deve seguir os seguintes princípios:

- **Competência:** Estar munido dos conhecimentos, experiência e capacidades necessárias para desenvolver os trabalhos;
- **Confidencialidade:** Estar sujeito à descrição e sigilo profissional, não divulgando a informação que possui sem a existência de devida autorização;
- **Integridade:** Possuir a ética e retidão necessária para gerar confiança, de forma a proporcionar a devida segurança no julgamento que vai emitir;
- **Objetividade:** Fazer uma avaliação independente e equilibrada, avaliando e comunicando toda a informação relevante de forma clara e precisa.

Ora estes princípios exigem que todos os auditores obtenham conhecimento sustentável no âmbito do ensino formal e através de formações profissionais. Através de uma pequena análise do que se passa no ISCAL, na OTOC e na OROC – referências por excelência no nosso país - principalmente se concluirá que há défice, (segundo Fernandes - O Iscal é verde; Fernandes - Relatórios de sustentabilidade e Contas; Eugénio e Gomes - Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade). O mesmo parece poder adivinhar-se para organizações congéneres de carácter internacional.

#### 5.5 - A CERTIFICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COTADAS DO PSI 20

Centrando-nos agora na realidade das empresas cotadas no Índice PSI 20, e nas doze empresas (dum total de dezoito) que apresentam relatórios de sustentabilidade, cinco destas não têm relatórios de sustentabilidade auditados.

Desta forma temos cinco empresas com relatório unificado auditado, BCP (PwC), EDP Renováveis (KPMG), Impresa (Deloitte), Jerónimo Martins (PwC) e Semapa (PwC).

Já relativamente às empresas com relatório de sustentabilidade separado, temos os CTT e a Sonae SGPS auditados pela PwC, não tendo sido possível verificar se o Banif, EDP, GALP, Mota Engil e REN têm relatórios certificados.

## **V PARTE - REFLEXÕES E CONCLUSÕES**

## 6. REFLEXÕES PARA UMA AUDITORIA «VERDE»

Aqui chegados impõem-se olhar para tudo o que foi realizado e tentar fazer reflexões de síntese. Assim, sem qualquer hierarquia:

- Atualmente a prática de divulgação da sustentabilidade já está presente na maioria das organizações, principalmente através do site de cada entidade, mas ainda não existe uma total transparência da informação prestada, nem existe a preocupação da divulgação na divulgação anual de um relatório de sustentabilidade onde iria permitir um olhar detalhado sobre o panorama geral de toda a organização, embora esta prática tenha vindo a ganhar expressão ao longo dos últimos anos. Assim sendo e tendo por base este aumento da apresentação da sustentabilidade das organizações através de relatórios, (mais concretamente RS) torna-se imperativo a verificação destes tendo em vista a certificação da informação prestada da mesma forma que é realizada ao relatório e contas apresentado anualmente;
- Desta forma surge uma nova necessidade para a qual os ROC não estão devidamente preparados, pois estes afirmam (conforme já apresentamos nos capítulos anteriores) que existe falta de formação para os profissionais nestas matérias, assim como alguma falta de envolvimento nesta situação por parte da ordem dos revisores oficiais de contas (OROC);
- Relativamente à formação profissional, este é um aspeto que carece de maior atenção e de uma rápida ação por parte dos ROC, pois estamos a falar dos conhecimentos que os auditores devem possuir e a forma como estes devem ser adquiridos. Atualmente e como já apresentamos aqui neste estudo, não existe formação adequada para os profissionais de auditoria, sendo então necessário a existência de um grande investimento nesta área começando logo pelo próprio ensino superior, onde a auditoria a relatórios de sustentabilidade deve ser uma das matérias obrigatórias a lecionar em cursos como o de auditoria, tendo em vista melhorar os conhecimentos dos futuros auditores. Para além do ensino superior a própria OROC deve criar formações, congressos e outras atividades tendo em vista discutir ideias e convergir opiniões das melhores práticas, de forma a serem ultrapassados problemas e a munir os ROC de meios que permitam um correto e apropriado conhecimento para desenvolverem trabalhos de qualidade.

- Ainda relativamente à formação não se deve restringir apenas ao nível nacional, deve ser mundial pelo que se torna imperativo o envolvimento das várias ordens representantes dos ROC dos diferentes países, tendo em vista uma formação universal que contribua para melhorar a prática da auditoria.
- Para além da questão da formação, os auditores são constantemente confrontados com uma variadíssima panóplia de normativos que são mais ou menos semelhante, mas em termos práticos apresentam depois abordagens bastante diferentes. Esta situação traduz-se depois numa grande divergência entre os profissionais, na forma como cada um aborda os trabalhos de auditoria a RS, utilizando normativos diferentes que por sua vez podem conduzir a conclusões distintas devido à grande dificuldade existente na definição da materialidade, não permitindo desta forma a comparabilidade entre organizações, nem o fornecimento adequado de informações aos *stakeholders*.
- Torna-se assim necessário a padronização do relato e certificação da sustentabilidade nas organizações, através da definição de um modelo único e consensual que pondere dois níveis:
  - 1º A opção pela existência de um relatório separado ou integrado;
  - 2º A definição da abordagem dos ROC aos RS tendo em vista a certificação destes.

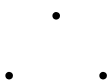
### **1º Nível**

Quanto ao primeiro nível, e tendo por base o levantamento efetuado no decurso deste estudo e em especial o apresentado no capítulo três, concluímos que a opção que melhor serve a necessidade das organizações e dos seus *stakeholders* passa pela existência de um relatório único, que permita assim a integração do desenvolvimento sustentável das organizações conjuntamente com o relatório e contas.

Desta forma é possível observar-se um panorama geral e completo da organização, não sendo deixado ao acaso nenhum aspeto relevante que possa por em causa a continuidade da organização, pois a certificação apenas do relatório e contas com posterior interligação com a certificação do relatório separado não é suficiente por si só para garantir a saúde desta, pois estamos a descurar a interligação dos aspetos financeiros com os não financeiros dando espaço à existência de riscos não detetáveis numa análise em separado.

## 2º Nível

Relativamente ao segundo nível, é imprescindível a definição de uma proposta de modelo para os ROC procederem a este tipo de certificações, de forma a colmatarem a panóplia de normativos existentes.



Em jeito de resumo e tendo em vista interligar as reflexões feitas:

A sustentabilidade nas organizações tem ganho cada vez mais importância, embora ainda seja escasso o investimento na formação dos profissionais para a realização deste tipo de trabalhos de certificação.

Este facto conjugado com a existência de uma variadíssima panóplia de normativos, culmina numa abordagem por vezes diferente ao nível da forma como os ROC abordam os trabalhos, não existindo assim um modelo base como por exemplo para a certificação do relatório e contas anual das organizações.

Desta forma cada ROC elabora o seu trabalho tendo por base modelos diferentes, pelo que auditores diferentes podem não chegar às mesmas conclusões relativamente à análise da mesma organização devido à utilização de normativos distintos.

Nos dias de hoje esta situação é inaceitável, pois com o aumento da exigência por parte dos *stakeholders*, não é possível existir dúvidas, incógnitas ou incoerências na comunicação da opinião sobre os RS por parte dos auditores.

Para mitigar estes riscos, muitas organizações reconhecem a necessidade de caminharem para a existência do relato integrado, como é o caso do IFAC, IIRC, PCAOB mas estas não concretizam as suas intenções num modelo único que proporcione um real e produtivo contributo para a sociedade, permitindo assim a convergência dos normativos e proporcionando uma adequada base de trabalhos para os profissionais de auditoria, assim como para as organizações.

Em Portugal, conforme apresentamos no capítulo cinco os ROC não desconhecem estes assuntos, tendo uma clara definição do conceito de sustentabilidade na sua concepção clássica (ambiente, economia e social) mas mostram opiniões bastante diferentes relativamente à abordagem dos trabalhos aos RS assim como ao que estes devem conter.

Do estudo analisado foi possível concluir que a maioria dos ROC inquiridos, afirma que a ordem tem de ter um papel mais ativo nestas matérias, e que existe insuficiência de formação, mas consideram importante a verificação destes relatórios assim como a existência de um modelo *standard* para procederem às verificações.

Para além do modelo estes dizem que este tema merece mais importância no ensino superior e que não é adequadamente desenvolvido em Portugal, pois muitas das organizações nacionais não abordam este tema, sendo principalmente desenvolvido apenas pelas sociedades anónimas.

Estas conforme apresentamos no capítulo quatro ponto dois, na sua grande maioria têm o «verde» no seu ADN, mas depois têm uma grande dificuldade em ter uma comunicação constante da sustentabilidade para com os *stakeholders*.

A maioria destas organizações acaba mesmo por comunicar apenas anualmente através do RS, sendo que depois este não apresenta sequer todos os factos relevantes criando problemas ao nível da transparência da informação.

Tendo em conta o guia seguido é possível verificar que a expressão ambiente, económica e social têm uma grande presença nas organizações, mas a expressão cultura e governança pecam em relação às outras, sendo mesmo descuradas na totalidade na maioria dos casos estudados.

Outro facto importante que conseguimos apurar foi a inexistência, na maioria das organizações, do relato integrado da sustentabilidade, sendo que na maioria dos casos existe pelo menos um RS, embora algumas organizações não considerem tal divulgação como importante e emitam apenas relatórios estratégicos onde abordam entre outros temas destintos a sustentabilidade na organização.

Uma nota importante a retirar deste estudo realizado é que a grande maioria das organizações investe na divulgação através das novas tecnologias, neste caso mais concretamente do site de cada entidade, onde quase todas têm mesmo uma ligação visível logo na página inicial que remete para os temas da sustentabilidade.

Por outro lado é de ressaltar que na maioria dos casos a informação que consta nessa página já é antiga pelo que os dados apresentados não permitem saber adequadamente qual a real situação da organização.

Em contra ciclo e tendo em vista demonstrar uma boa prática de divulgação constante e atualizada, encontramos o exemplo da CGD, onde constantemente é atualizado no seu site

dados referentes ao desempenho ao nível da sustentabilidade da organização conjugados com o progresso financeiro desta, assim como novas certificações e prémios recebidos pelo desempenho obtido no que toca ao desenvolvimento sustentável.

Desta forma constatamos realidades distintas, que nos permitem concluir que é necessário a adoção de um modelo comum de divulgação, que permita que as organizações divulguem adequadamente a informação imprescindível para os *stakeholders*, ao mesmo tempo que permite aos ROC a existência de uma base de trabalho uniforme, para a qual podem definir procedimentos a aplicar.

## 7. AUDITORIA À SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DOS RELATÓRIOS

Dando continuidade às reflexões expandidas no capítulo 6 estamos em condições de desenhar nós um contributo com vista à existência de um modelo a seguir pelos auditores na «auditoria verde» centrada nos suportes de informação e comunicação nomeadamente os relatórios.

Este modelo assenta em duas componentes:

- Uma referenciada a uma formulação de desenvolvimento sustentável;
- Outra no processo de trabalho.

E estas partes devem ser abordadas de forma sistemática, sendo a designação do nosso contributo:

### Modelo 2i2r

De seguida o 2i2r através de esquemas.

**Esquema 6 - Modelo 2i2r centrado numa formulação de sustentabilidade**



Fonte: Elaboração própria

Esta estrutura mostrou-se particularmente ajustada quando ensaiamos no estudo de caso CGD.

**Esquema 7 - Modelo 2i2r: processo de trabalho**



Fonte: Elaboração própria

- **Indagação:** Questionar-se e identificar os problemas dentro da organização;
- **Reflexão:** Ponderar sobre quais as causas e possíveis soluções;
- **Interiorização:** Tomar consciência que é necessário agir contra os problemas implementando soluções;
- **Resposta:** Implementar soluções eliminando ou reduzindo o risco da ocorrência de problemas.

Em boa verdade foi também esta aproximação que se seguiu neste trabalho.

## **8. CONCLUSÃO: «RELATÓRIO INTEGRADO, AUDITORIA INTEGRADA»**

Na lógica da investigação chegou o momento de se retirar uma conclusão às coordenadas nucleares do estudo, e saber:

Pergunta de partida: *«Estão os auditores preparados para fazerem auditorias «verdes» aos relatórios de sustentabilidade?»*

Problemática – A progressão da sustentabilidade nas organizações exige mudanças na auditoria e na formação dos auditores, e para isso é necessário e possível encontrar-se um modelo que agilize a auditoria na ótica da sustentabilidade aos relatórios anuais, nomeadamente na esfera de uma auditoria integrada em linha com o relatório único, com vista a um mecanismo de aprendizagem massificado, em particular nas escolas superiores de contabilidade e auditoria.

Ora, como pensamos ter deixado demonstrado ao longo deste relatório a pergunta de partida reflete uma necessidade da sociedade a que em particular auditoria e auditores devem estar atentos, bem como as escolas de ensino superior, investido cada vez mais na formação dos profissionais e melhorando os meios de trabalho que estes dispõem tendo em vista uma melhoria contínua dos serviços prestado em busca da excelência.

Por outro lado a problemática apresenta-se ajustada e dá uma resposta à pergunta de partida como julgamos mostrar o estudo realizado, nomeadamente quando se adianta o contributo 2i2r o modelo em vista, e a síntese «Relatório Integrado, Auditoria Integrado» tantas vezes com estas ou outras palavras em diversos momentos deste relatório não só está contemplada na problemática como incluída e a dar suporte ao título da dissertação:

**A sustentabilidade nas organizações: o papel e a importância da auditoria  
«verde» aos relatórios**

**Para uma auditoria integrada em linha com o relatório único**

Ao fim deste trabalho o nosso interesse pela temática investigada é manifestamente muito maior do que à partida, pelo que nesta linha vemos como temas para aprofundar os nossos estudos:

- A integração do relatório de sustentabilidade no relatório único;
- O relatório único deve ser o principal meio de comunicação da sustentabilidade;
- A sustentabilidade como ponto de partida da gestão das organizações;
- Os auditores e a necessidade de formação para a certificação de RS;
- O relatório de sustentabilidade enquanto relato facultativo.

E a terminar queremos sublinhar que não será em vão que se anda a glorificar contabilistas e auditores dizendo que se espera que «salvem o mundo».

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS:

**ALMEIDA**, Fernando - Desenvolvimento Sustentável 2012-2050. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012. ISBN 978-85-352-5959-9.

**BELLEN**, Hans - Indicadores de Sustentabilidade: Análise Comparativa. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. ISBN 85-225-0506-3.

**ECCLES**, Robert; **KRZUS**, Michael - One Report: Integrated Reporting for a Sustainable Strategy. 1ª Edição. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010. ISBN 978-0-470-58751-5.

**GORE**, Al - O Futuro: Seis Forças que Irão Mudar o Mundo. 1ª Edição. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2013. ISBN 978-989-694-058-4.

**KOTLER**, Philip - Marketing 3.0. 1ª Edição. Lisboa: Actual Editora, 2013. ISBN 978-989-694-004-1.

**MENDES**, André; **SARDINHA**, Idalina - Eficácia dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Portuguesas. 1ª Edição. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2009. ISBN: 978-972-704-318-7.

**NASCIMENTO**, Atônio; **FIALHO**, Nadia; **HETKOWSKI**, Tânia - Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias da Informação e Comunicação. 1ª Edição. Salvador: EDUFA, 2007. ISBN 978-85-232-1179-0.

**QUINTEL**, José - Comunicação Financeira: Transparência nos Sites das Empresas Cotadas. 1ª Edição. Lisboa: PresseLivre, 2006. ISBN 978-972-8996-09-3.

**QUIVY**, Raymond; **CAMPENHOUDT**, LucVan – Manual de Investigação em Ciências Sociais. Ed. 2008. Gradiva. ISBN: 9789726622758.

**ROCHA**, Marcelo; **DORRESTEIJN**, Hans; **GONTIJO**, Maria - Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis: Plano de Negócios como Ferramenta do Desenvolvimento. 1ª Edição. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. ISBN 85-7596-059-8.

**SALVIANI**, Roberto - Participação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 1ª Edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. ISBN 978-85-7650-365-1.

**SUKHDEV**, Pavan - Corporation 2020: Transforming Business for Tomorrow's World. 1ª Edição. Washington: IslandPress, 2009. ISBN 978-1-61091-238-9.

**TINOCO**, João - Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 978-852-246-036-6.

### **PUBLICAÇÕES:**

**AZEREDO**, Joana; **PINTO**, Vitória; **SILVA**, Graça – Análise de um Estudo de Caso. Porto, 2006.

**ALLEDI**, Cid; **QUELHAS**, Osvaldo - A Sustentabilidade das Organizações e a gestão da Ética, Transparência e Responsabilidade Social Corporativa. [Texto policopiado] Rio de Janeiro: Universidade Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

**ALMEIDA**, Patrícia; **GOVATTO**, Ana - Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo, 2002.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TÉCNICOS DE CONTABILIDADE** - Contabilidade Ambiental: Jornal de Contabilidade. ISBN 0870-8789, N° 367. Outubro 2007.

**BEJA**, Rui - Relatório de sustentabilidade: uma postura empresarial socialmente responsável. In Revista de Revisores & Empresas, n° 28 de Janeiro/Março 2005. pp. 27-30, Lisboa.

**BIDWELL**, Robin; **VERFAILLIE**, Hendrik - Medir a Eco-Eficiência: Um Guia para Comunicar o Desempenho da Empresa. WBCSD, 2000.

**COMISSÃO EUROPEIA** - Política de Auditoria: As lições da Crise. Livro Verde. Bruxelas, 2010.

**CORPORATE CITIZENSHIP** - The future of Reporting: From Routine to Strategic. 2015.

**CORTINHAS**, Ana - Os relatórios de sustentabilidade e os auditores: Estudo às empresas cotadas na Euronext Lisboa. [Texto policopiado] Minho: Universidade do Minho, 2013. Dissertação de Mestrado.

**EUGÉNIO**, Teresa; **GOMES**, Sónia - Os Relatórios de Sustentabilidade e a Auditoria em Portugal: Perceção dos Revisores Oficiais de Contas. [Texto policopiado] Leiria: Instituto Politécnico, 2012. Estudo.

**EXPRESSO**, Dossiê Especial - Reforma Europeia de Auditoria. Paço de Arcos, 2015.

**EUGÉNIO**, Teresa; **GOMES**, Sónia - Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade: Um Desafio para os Revisores Oficiais de Contas. Revisores e Auditores. Junho 2013, pp. 36-45.

**FERNANDES**, Maria - Relatório de sustentabilidade e contas: Dos Relatórios Separados ao Relatório Unificado. Lisboa: Departamento de Comunicação e Imagem da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, 2013.

**GOMES**, Daniela – Revista Eletrónica do Mestrado em Educação Ambiental: Educação para o Consumo Ético e Sustentável. Rio Grande. Volume 16, 2006.

**GOMES**, Sónia - Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas Portuguesas: Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas. [Texto policopiado] Leiria: Instituto Politécnico, 2012. Dissertação de Mestrado.

**G3** - Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. GRI, 2007.

**HEEMSKERK**, Bert; **PISTOTIO**, Pasquale; **SCICLUNA**, Martin – Comunicar o Desenvolvimento Sustentável: Encontrar o Equilíbrio. WBCSD, 2004.

**IFAC** - Accounting for Sustainability. ISBN 978-1-60815-241-4. Julho 2015

**INTEGRATED REPORTING** - A Estrutura Internacional para o Relato Integrado. IIRC, 2013.

**JACOBI**, Pedro - Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade: Caderno de Pesquisa. Nº 118. Março 2003, pp. 189-205.

**MATOS**, Sílvia - O papel da auditoria no relato financeiro de matérias ambientais. [Texto policopiado] Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado.

**NUNES**, António da Trindade – Slides de Auditoria Interna e Operacional: Aulas do 3º Semestre de 2014/2015.

**PwC** - O Relatório Integrado: A Melhor Informação para uma Maior Vantagem Competitiva. 2012.

**PwC** - Responsabilidade Social Corporativa em Portugal. 2012.

**COMISSÕES TÉCNICAS** - Os Revisores e a Sustentabilidade. Revisores e Auditores. Dezembro 2009, pp. 59-68.

**TEIXEIRA**, Carla - Relatórios de Sustentabilidade: Que futuro? [Texto policopiado] Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado.

**VERÍSSIMO**, Cristina - Auditoria e relatórios de sustentabilidade. [Texto policopiado] Coimbra: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2010. Estudo.

**WSBI/ESBG** - Carta para o Negócio Responsável. Bruxelas, 2008.

#### **FONTES ELETRÓNICAS:**

**FERNANDES**, Maria - O ISCAL é Verde, [em linha], [Consult. 30 de Dezembro de 2013]. Disponível em: <http://oiscaleverde.blogspot.pt/>

Formação de Auditores Internos da Qualidade: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável, [em linha], [Consult. 24 de novembro de 2014]. Disponível em: <http://www.grupodiretiva.com.br/noticia.php?id=9>

Responsabilidade Social, [em linha], [Consult. 24 de novembro de 2014]. Disponível em: <http://www.significados.com.br/responsabilidade-social/>

Relatório de Sustentabilidade 2014: Caixa Geral de Depósitos, [em linha], [Consult. 03 de agosto de 2015]. Disponível em: <https://www.cgd.pt/institucional/sustentabilidade>

**Para recolha de alguma informação genérica**, [em linha], [Consult. 1 de fevereiro de 2015]. Disponível em:

<http://www.bcsdportugal.org>

<https://www.globalreporting.org>

<https://www.ifac.org>

<http://www.oroc.pt>

<http://www.otoc.pt>

<http://www.tcontas.pt/>

<http://www.un.org>

<http://www.wbcsd.org/home.aspx>

**Para elaboração do caso prático, [em linha], [Consult. 4 de junho de 2015]. Disponível em:**

<http://www.altri.pt>

<http://www.bancobpi.pt>

<http://www.banif.pt/home.htm>

<http://ind.millenniumbcp.pt>

<https://www.cgd.pt>

<https://www.ctt.pt>

<http://www.edp.pt/pt>

<http://www.edpr.com/pt-pt>

<http://www.galpenergia.com/PT>

<http://www.impresa.pt>

<http://www.jeronimomartins.pt>

<http://www.mota-engil.pt>

<http://www.nos.pt>

<http://www.ptsgps.pt/pt-pt>

<http://www.portucelsoporcel.com>

<http://www.ren.pt>

<http://www.semapa.pt/pt-pt>

<http://www.sonae.pt/pt>

<http://www.teixeiraduarte.pt>

### **NORMATIVOS:**

**AA1000** Assurance Standard.

**AA1000** *Framework Standard*.

**CSC** - Código das Sociedades Comerciais.

**CVM** - Código de Valores Mobiliários.

**ISA 315**.

**ISA 320**.

**ISAE 3000**.

**ISO 14000**.

**ISO 14001**.

**NCRF 26**.

Restante legislação constante no Anexo I.

## **ANEXOS**

## ÍNDICE DE ANEXOS

<b>Anexo I:</b> Legislação.....	99
<b>Anexo II:</b> Código das Sociedades Comerciais e Código de Valores Mobiliários .....	110
<b>Anexo III:</b> Circular de 24 de Janeiro de 2014 da CMVM.....	112
<b>Anexo IV:</b> Relatório anual sobre governo das sociedades.....	113
<b>Anexo V:</b> Instruções do Tribunal de Contas para prestação de contas das entidades do setor empresarial do Estado.....	115
<b>Anexo VI:</b> Estrutura do Relatório e Contas setor empresarial do Estado .....	119
<b>Anexo VII:</b> Estrutura do Relatório e Contas Caixa Geral de Depósitos 2014.....	121
<b>Anexo VIII:</b> <i>The Future of Reporting: From Routine to Strategic</i> .....	125
<b>Anexo IX:</b> Estudo de caso às empresas cotadas no índice PSI20 .....	127
<b>Anexo X:</b> Programa Corporativo de Sustentabilidade .....	128
<b>Anexo XI:</b> A sustentabilidade no site.....	129
<b>Anexo XII:</b> Prémios e distinções.....	130

## **ANEXO I: LEGISLAÇÃO (Pg. 20)**

CRP - Constituição da Republica Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 58/82 de 26 de Fevereiro:

Estabelece normas sobre gestão de energia;

Portaria n.º 359/82 de 7 de Abril:

Regulamento da Gestão do Consumo de Energia;

Portaria n.º 457/83 de 19 de Abril:

Aprova a avaliação da influência em construções de vibrações provocadas por explosões ou solicitações similares;

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril:

Lei de Bases do Ambiente;

Decreto de Lei 183/96:

Reforça a necessidade da existência de um plano e relatório de atividades de todos os serviços públicos, definindo mesmo algumas orientações;

Decreto-Lei n.º 239/97 de 9 de Setembro:

Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos;

Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto:

Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março;

Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio:

Avaliação de Impacte Ambiental;

Decreto-Lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro - (alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002):

Aprova o Regulamento Geral do Ruído;

Decreto-Lei n.º 164/2001 de 23 de Maio - (modificado pelo Decreto-Lei n.º 69/2003):

Aprova o regime jurídico da prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 243/2001 de 5 de Setembro:

Aprova normas relativas à qualidade da água destinada ao consumo humano transpondo para o direito interno a Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano;

Decreto-Lei n.º 111/2002 de 16 de Abril:

Estabelece os valores limite das concentrações no ar ambiente do dióxido de enxofre, dióxido de azoto e óxidos de azoto, partículas de suspensão, chumbo, benzeno e monóxido de carbono, bem como as regras de gestão da qualidade do ar aplicáveis a esses poluentes, em execução do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, transpondo para a ordem interna as Diretivas Comunitárias n.º 1999/30/CE, do Conselho, de 22 de Abril, e n.º 2000/69/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 259/2002 de 23 de Novembro:

Altera o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído;

Decreto-Lei n.º 69/2003 de 10 de Abril:

Estabelece as normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial;

Decreto-Lei n.º 72/2003 de 10 de Abril:

Regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março;

Decreto-Lei n.º 178/2003 de 5 de Agosto:

A limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de grandes instalações de combustão foi regulada, pela primeira vez, através do Decreto-Lei n.º 352/90, de 9 de Novembro. Este diploma, complementado pela Portaria n.º 286/93, de 12 de Março, veio estabelecer, designadamente, limitações às emissões de dióxido de enxofre, óxidos de azoto e partículas das instalações de combustão, e fixar obrigações de redução das emissões de tais poluentes, por parte dessas fontes fixas, através do estabelecimento de um programa nacional. Concomitantemente, operava-se a transposição para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º , do Conselho, de 24 de Novembro;

Decreto-Lei n.º 320/2003 de 20 de Dezembro:

Estabelece objetivos a longo prazo, valores alvo, um limiar de alerta e um limiar de informação ao público para as concentrações do ozono no ar ambiente, bem como as regras de gestão da qualidade do ar aplicáveis a esse poluente, em execução do disposto nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/3/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Fevereiro, relativa ao ozono no ar;

Lei n.º 26/2004 de 8 de Julho:

Aprova o Estatuto do Mecenato Científico e procede à nona alteração do Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março (Estatuto do Mecenato);

Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro:

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeito o licenciamento da instalação e da exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos;

Decreto-Lei n.º 78/2004 de 3 de Abril:

Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objetivos e instrumentos apropriados à garantia da proteção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações

abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações;

Decreto-Lei n.º 136/2004 de 3 de Junho:

Altera o Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, que cria o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável;

Decreto-Lei n.º 149/2004 de 22 de Junho:

Altera o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas;

Decreto-Lei n.º 164/2004 de 3 de Julho:

Altera o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, que regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, de acordo com os Regulamentos (CE) n.º 1829/2003 e n.º 1830/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro;

Decreto-Lei n.º 168/2004 de 7 de Julho:

Estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1830/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro, relativo à rastreabilidade e rotulagem de organismos geneticamente modificados e à rastreabilidade dos géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos a partir de organismos geneticamente modificados;

Decreto-Lei n.º 190/2004 de 17 de Julho:

Estabelece regras relativas à colocação no mercado de adubos e corretivos agrícolas;

Decreto-Lei n.º 217-A/2004 de 8 de Outubro:

Prorroga, até 31 de Dezembro de 2005, o prazo de elaboração dos planos de ordenamento das áreas protegidas estabelecido no Decreto-Lei n.º 204/2002, de 1 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 230/2004 10 de Dezembro:

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, e a Diretiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003;

Decreto-Lei n.º 233/2004 de 14 de Dezembro:

Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, transpondo para a ordem interna a Diretiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 243-A/2004 de 14 de Dezembro:

Altera o regime do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade Europeia, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro;

Decreto n.º 19/2004 de 10 de Janeiro:

Aprova o Acordo sobre a Conservação de Cetáceos no Mar Negro, Mar Mediterrâneo e Área Atlântica Adjacente, assinado no Mónaco em 24 de Novembro de 1996;

Decreto n.º 20/2004 de 20 de Maio:

Aprova o Protocolo à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância Relativo à Redução da Acidificação, Eutrofização e Ozono Troposférico, assinado em Gotemburgo em 1 de Dezembro de 1999;

Decreto n.º 33/2004 de 29 de Outubro:

Aprova a Convenção de Roterdão Relativa ao Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional, assinada em 11 de Setembro de 1998 em Roterdão;

Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2004/A de 1 de Julho:

Estabelece o regime de apoios a conceder pela administração regional para a manutenção da paisagem da cultura tradicional da vinha em currais na ilha do Pico no interior da área candidata a património mundial;

Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2004/A de 1 de Julho:

Classifica as zonas de proteção especial da Região Autónoma dos Açores, a que se refere o artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2002/A, de 16 de Maio;

Decreto Legislativo Regional n.º 28/2004/M de 24 de Agosto:

Cria o sistema de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos da Região Autónoma da Madeira, constitui a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos denominada «Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S. A.» e autoriza a atribuição da concessão da exploração e manutenção do sistema de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos da Região Autónoma da Madeira, em regime de serviço público e de exclusividade;

Decreto Legislativo Regional n.º 34/2004/A de 27 de Agosto:

Adapta a aplicação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março, que regula o turismo de natureza;

Despacho Normativo n.º 1/2004 de 8 de Janeiro:

Determina a composição da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional;

Despacho Normativo n.º 47/2004 de 28 de Outubro:

Estabelece as regras de atribuição de um lote de direitos ao prémio à vaca em aleitamento, a partir da reserva nacional, para o ano de 2005;

Portaria n.º 924/2004 de 26 de Julho:

Estabelece, para os produtos embalados no território nacional, as regras complementares de aplicação da regulamentação comunitária relativas à designação, apresentação e rotulagem da generalidade dos produtos abrangidos pela Organização Comum do Mercado Vitivinícola (OCM). Revoga a Portaria n.º 1070/98, de 30 de Dezembro;

Portaria n.º 944/2004 de 27 de Julho:

Aprova as taxas devidas pelos serviços prestados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional;

Portaria n.º 1100/2004 de 3 de Setembro:

Aprova a lista das zonas vulneráveis e as cartas das zonas vulneráveis do território português;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2004 de 31 de Julho:

Aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2004 de 14 de Setembro:

Cria um grupo de trabalho para a elaboração do Plano Nacional de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2004 de 11 de Novembro:

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, que determinou a elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004 de 22 de Dezembro:

Aprova os objetivos e vetores estratégicos da proposta da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 e define o processo de elaboração da versão final e das respetivas fichas estratégicas;

Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro:

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats);

Decreto-Lei n.º 130/2005 de 16 de Agosto:

Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de Agosto, que aprova o regime jurídico do licenciamento ambiental, na parte respeitante à participação do público, transpondo para a

ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio;

Decreto-Lei n.º 133/2005 de 16 de Agosto:

Aprova o regime de licenciamento da atividade das entidades que operam no sector da pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extração de água subterrânea;

Decreto-Lei n.º 152/2005 de 31 de Agosto:

Regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono;

Decreto-Lei n.º 154/2005 de 6 de Setembro:

Atualiza o regime fitossanitário que cria e define as medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2002/89/CE, do Conselho, de 28 de Novembro, n.º 2004/102/CE, da Comissão, de 5 de Outubro, n.º 2004/103/CE, da Comissão, de 7 de Outubro, n.º 2004/105/CE, da Comissão, de 15 de Outubro, n.º 2005/15/CE, do Conselho, de 28 de Fevereiro, n.º 2005/16/CE, da Comissão, de 2 de Março, n.º 2005/17/CE, da Comissão, de 2 de Março, e 2005/18/CE, da Comissão, de 2 de Março;

Despacho Normativo n.º 7/2005 de 1 de Fevereiro:

Estabelece os requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, no Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de Abril, e no n.º 2.º da Portaria n.º 36/2005, de 17 de Janeiro;

Portaria n.º 50/2005 de 20 de Janeiro:

Aprova os programas de redução e controlo de determinadas substâncias perigosas presentes no meio aquático;

Portaria n.º 118/2005 de 31 de Janeiro:

Fixa os emolumentos a cobrar pelo Instituto do Ambiente no âmbito do processo de atribuição de títulos de emissão de gases com efeito de estufa e respetiva atualização;

Portaria n.º 120/2005 de 31 de Janeiro:

Aprova o modelo do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa;

Portaria n.º 121/2005 de 31 de Janeiro:

Fixa as metodologias de monitorização que serão aprovadas pelo Instituto do Ambiente;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2005 de 3 de Março:

Aprova o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão gases com efeitos de estufa relativo ao período de 2005 a 2007;

Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto:

Lei-quadro das contra ordenações ambientais;

Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho:

Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio;

Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de Julho:

Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor -pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Diretiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa;

Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto:

Procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra ordenações ambientais;

Decreto-Lei n.º 103/2010 de 24 de Setembro:

Estabelece normas de qualidade ambiental (NQA) para as substâncias prioritárias e para outros poluentes, identificados, respetivamente, nos anexos I e II do presente decreto -lei, do qual fazem parte integrante, tendo em vista assegurar a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e alcançar o bom estado das águas superficiais, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, doravante designada por Lei da Água, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa a normas de qualidade ambiental no domínio da política da água;

Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A de 15 de Novembro:

Regime jurídico da avaliação do choque e do licenciamento ambiental;

Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de Maio:

Alteração ao Decreto -Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho;

Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho:

O presente decreto -lei altera o regime geral da gestão de resíduos e transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos;

Decreto-Lei n.º 60/2012 de 14 de Março:

Estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de CO<sub>2</sub>;

Decreto-Lei n.º 127/2013 de 30 de Agosto:

Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente no seu todo, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento

Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição);

Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de Outubro:

Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril:

Lei de bases do ambiente;

Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de Março:

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro;

Portaria n.º 172/2014, de 5 de Setembro:

Revê a figura do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental, enquanto fórum privilegiado para articulação entre as partes envolvidas na aplicação deste regime;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015 de 7 de Julho de 2015:

Aprova a definição de uma política nacional de arquitetura e paisagem, tendo em conta o cumprimento dos deveres previstos na constituição da República Portuguesa ao nível do ambiente, ordenamento do território, conservação da natureza e património cultural.

## **ANEXO II: CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS E CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Pg. 38)**

### Código das Sociedades Comerciais: (CSC)

- Artigo 65º - Dever de relatar a gestão e apresentar contas ;
- Artigo 66º - Relatório de gestão;
- Artigo 288º - Direito mínimo à informação;
- Artigo 289º - Informações preparatórias da assembleia geral;
- Artigo 447º - Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização ;
- Artigo 448º - Publicidade de participações de acionistas;
- Artigo 451º - Exame das contas nas sociedades com conselho fiscal e com comissão de auditoria;
- Artigo 452º - Apreciação pelo conselho fiscal e pela comissão de auditoria;
- Artigo 453º - Exame das contas nas sociedades com conselho geral e de supervisão;
- Artigo 455º - Apreciação geral da administração e da fiscalização.

### Código de Valores Mobiliários: (CVM)

- Artigo 7º - Qualidade da informação;
- Artigo 16º - Deveres de comunicação;
- Artigo 17º - Divulgação;
- Artigo 18º - Dias de negociação;
- Artigo 19º - Acordos parassociais;
- Artigo 20º - Imputação de direitos de voto;
- Artigo 244º - Regras gerais;
- Artigo 245º - Relatório e contas anuais;
- Artigo 246º - Informação semestral;
- Artigo 247º - Regulamentação;

- Artigo 248º - Informação privilegiada relativa a emitentes;
- Artigo 249º - Outras informações.

Regulamento 4/2004 da CMVM: Fala essencialmente sobre a forma e meios de divulgação da informação.

Circular de 24 de Janeiro de 2014 da CMVM: Forma de apresentação, divulgação e aprovação do relatório de contas das organizações previsto no Artigo 245º do CVM.

## **ANEXO III: CIRCULAR DE 24 DE JANEIRO DE 2014 DA CMVM (Pg. 39)**

### 1. Aspetos gerais:

- 1.1. Legislação aplicável
- 1.2. Divulgação dos documentos de prestação de contas
- 1.3. Assembleia geral anual
- 1.4. Divulgação dos resultados e informação privilegiada

### 2. Aspetos específicos:

- 2.1. Data de pagamento dos dividendos
- 2.2. Informação sobre ações próprias
- 2.3. Participações qualificadas
- 2.4. Posições económicas longas
- 2.5. Transações de dirigentes
- 2.6. Relatório de auditoria elaborado por auditor registado na CMVM e certificação legal das contas
- 2.7. Fiscalização do cumprimento das normas contabilísticas
- 2.8. Normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS)
- 2.9. Governo das sociedades

## **ANEXO IV: RELATÓRIO ANUAL SOBRE GOVERNO DAS SOCIEDADES (Pg. 40)**

Relatório anual sobre governo das sociedades previsto no Artigo 245º - A do CVM deve conter os seguintes elementos:

- a) Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa;
- b) Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações;
- c) Participações qualificadas no capital social da sociedade;
- d) Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos;
- e) Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes;
- f) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial;
- g) Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto;
- h) Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade;
- i) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital;
- j) Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto

se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais;

- k) Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indenizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição;
- l) Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira;
- m) Declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se encontre sujeito por força de disposição legal ou regulamentar, especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência;
- n) Declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente voluntariamente se sujeite, especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência;
- o) Local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito nos termos das alíneas anteriores;
- p) Composição e descrição do modo de funcionamento dos órgãos sociais do emitente, bem como das comissões que sejam criadas no seu seio.

# ANEXO V: INSTRUÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (Pg. 41)



Tribunal de Contas

## Instruções nº 2/2013 - 2ª Secção

**Objeto:** Prestação de contas das entidades do setor empresarial do Estado

A evolução legislativa da Lei nº. 98/97, de 26 de agosto, que aprovou a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), verificada com as alterações introduzidas pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, e alterações subsequentes, alargou o âmbito da jurisdição e dos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas.

Nos termos do artigo 51.º, nº 1, alínea o), as entidades referidas no artigo 2.º, nº 2, da LOPTC estão também sujeitas à prestação de contas, as quais devem ser elaboradas e documentadas, de acordo com as instruções aprovadas pelo Tribunal, como se dispõe no artigo 52º, nº 6, do mesmo diploma. Das entidades previstas no artigo 2.º, nº 2, fazem parte as entidades mencionadas nas alíneas b) e f) que integram o setor empresarial do Estado.

Nestes termos, o Tribunal de Contas deliberou, ao abrigo do artigo 6.º, alínea b), e do artigo 78.º, nº 1, alínea e), da LOPTC, em sessão plenária da 2ª. Secção, de 4 de dezembro de 2013, aprovar as seguintes instruções para a prestação de contas das entidades do setor empresarial do Estado:

### 1. Objeto e âmbito

1.1. As presentes instruções estabelecem o modo de organização, de documentação e de remessa das contas por parte das seguintes entidades, sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, nos termos previstos no artigo 2.º, nº 2 alíneas b) e f), da LOPTC:

1.1.1. Empresas Públicas, incluindo as Entidades Públicas Empresariais (EPE);

1.1.2. Sociedades de economia mista controladas;

1.1.3. Empresas concessionárias e subconcessionárias:

- a) da gestão de empresas públicas, de sociedades de capitais públicos e de sociedades de economia mista controladas;
- b) de obras públicas;
- c) de serviços públicos;

1.1.4. Empresas gestoras de serviços públicos;

1.1.5. Quaisquer outras entidades, situadas em território nacional, incluindo os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) e os Agrupamentos Europeus de Interesse Económico (AEIE), que sejam empresas concessionárias, gestoras de serviços públicos ou empresas públicas, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.

1.2. As empresas que sejam, em cada ano, objeto de reclassificação no perímetro das administrações e integradas no Orçamento do Estado, serão ainda abrangidas por instruções adicionais ou complementares, a aprovar pelo Plenário da 2ª Secção.



## Tribunal de Contas

1.3. As presentes Instruções não se aplicam:

- a) Às entidades abrangidas pela atividade empresarial local;
- b) Nas regiões autónomas, sem prejuízo da sua aplicação ser determinada pelo Juiz da secção regional respetiva, nos termos do artigo 104.º alínea a) da LOPTC.

## 2. Documentação a remeter

2.1. A documentação a remeter ao Tribunal de Contas, pelas entidades abrangidas por estas Instruções, é a seguinte:

- a) Ata de aprovação das contas, da qual conste a deliberação de aplicação de resultados;
- b) Relatório de gestão;
- c) Documentos de prestação de contas previstos na lei;
- d) Relatório e parecer do órgão de fiscalização e cópia da certificação legal de contas, quando exigidos;
- e) Relação nominal dos responsáveis, relativa ao período a que se reporta a prestação de contas e respetivas moradas, com indicação dos respetivos períodos de exercício de funções.
- f) Lista de participações sociais detidas no capital de outras empresas (percentagem e valor), quer por via direta, quer indireta.

2.2. No caso das EPE, a ata de deliberação de aprovação de contas é substituída pelo despacho de aprovação do titular da função acionista, nos termos dos respetivos estatutos.

2.3. As entidades concessionárias, subconcessionárias e as entidades gestoras de serviços públicos, para além dos documentos indicados em 2.1., devem apresentar, aquando da primeira remessa de contas ao Tribunal, também o contrato de concessão ou de gestão, bem como, nas remessas seguintes, os contratos contendo as modificações neles entretanto introduzidas.

2.4. As entidades referidas no número anterior remeterão igualmente, com os documentos de prestação de contas do ano económico a que respeitam, os estudos prévios de avaliação ou de modificação do contrato de concessão, bem como os relatórios de acompanhamento que tenham sido elaborados.

2.5. As empresas sujeitas à prestação de contas ao Tribunal devem remeter as suas contas consolidadas nos termos dos n.ºs 5 e 6 das presentes Instruções, desde que estejam legalmente obrigadas à consolidação.

## 3. Termos da remessa

As contas de cada ano económico são remetidas ao Tribunal de Contas nos termos do artigo 52.º da LOPTC, sem prejuízo das situações especiais referidas nos números 4, 5 e 6 das presentes Instruções.



## Tribunal de Contas

---

### 4. Entidades em processo de liquidação

- 4.1. As entidades em processo de liquidação remetem contas anuais acompanhadas por um relatório pormenorizado do estado das mesmas, subscrito pelos responsáveis liquidatários.
- 4.2. Os responsáveis liquidatários informarão o Tribunal de Contas da sua nomeação, no prazo de 30 dias, a contar do início das respetivas funções.
- 4.3. Os responsáveis liquidatários remetem as contas finais ao Tribunal de Contas, no prazo de 45 dias, a contar da data marcada para a deliberação dos sócios sobre o relatório e contas finais dos liquidatários.
- 4.4. As contas finais dos liquidatários previstas no número anterior, correspondendo ao encerramento definitivo da gerência, devem ser acompanhadas por um relatório completo da liquidação e por um projeto de partilha do ativo restante, nos termos do artº 157º do Código das Sociedades Comerciais.

### 5. Contas consolidadas

As entidades obrigadas por lei à consolidação de contas devem remeter ao Tribunal de Contas os seguintes documentos:

- a) Ata da deliberação do órgão competente para aprovar a consolidação, ou despachos de aprovação caso se trate de uma EPE;
- b) Relatório consolidado da gestão;
- c) Documentos de prestação de contas consolidadas nos termos e prazos previstos na lei aplicável;
- d) Relatório e parecer do órgão de fiscalização e cópia da certificação legal de contas consolidadas quando exigidos;
- e) Nota informativa sobre as entidades incluídas e/ou excluídas da consolidação e os motivos que justificam tal inclusão ou exclusão;
- f) Relação nominal dos responsáveis, relativa ao período a que se reporta a prestação de contas, e respetivas moradas.

### 6. Contas não aprovadas

- 6.1. Se a aprovação de contas não ocorrer nos prazos fixados na lei, devem os responsáveis pela sua elaboração remeter os respetivos documentos, mencionados em 2.1 e 5, sem aprovação, nos prazos previstos na lei para a sua remessa.
- 6.2. No caso de persistir a não aprovação das contas para além da data do seu envio ao Tribunal, devem os responsáveis informar das diligências desencadeadas para a sua aprovação e o resultado das mesmas.

*lu*



## Tribunal de Contas

---

### 7. Envio

- 7.1. Os documentos de prestação de contas são enviados através da aplicação informática disponibilizada para o efeito no sítio eletrónico do Tribunal de Contas, em [www.tcontas.pt](http://www.tcontas.pt).
- 7.2. A Direção Geral do Tribunal de Contas fornecerá a cada entidade uma chave de acesso à aplicação informática referida no número anterior para a submissão dos documentos que integram as contas das entidades do setor empresarial do Estado.
- 7.3. Em casos excecionais e devidamente justificados, o Tribunal de Contas poderá dispensar a prestação de contas das entidades referidas no ponto 1.1 por via eletrónica, aceitando a sua apresentação em suporte digital.

### 8. Disponibilização dos documentos pelas entidades

Os documentos de prestação de contas, bem como os respetivos documentos de suporte, organizados de acordo com as presentes Instruções, devem ficar à disposição do Tribunal de Contas durante o prazo de 10 anos (o prazo de prescrição do procedimento por responsabilidade financeira reintegratória, nos termos do n.º 1 do art. 70.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo).

### 9. Entrada em vigor

Sem prejuízo da legislação aplicável, as presentes Instruções devem ser observadas a partir da data da sua publicação, relativamente à prestação de contas a partir do exercício de 2013, inclusive.

### 10. Publicação

Publique-se na 2.ª Série do *Diário da República*, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tribunal de Contas, 4 de dezembro de 2013

O Presidente

(Guilherme d'Oliveira Martins)

## **ANEXO VI: ESTRUTURA DO RELATÓRIO E CONTAS SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (Pg. 41)**

1. Balanço;
2. Demonstração dos resultados por naturezas;
3. Demonstração das alterações no capital próprio;
4. Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto;
5. Anexo;
6. Relatório anual do órgão de gestão ou de administração;
7. Parecer do órgão de fiscalização previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais;
8. Certificação legal das contas;
9. Ata onde conste a deliberação da aprovação dos documentos de prestação de contas;
10. Ficha da caracterização da entidade;
11. Mapa da identificação dos participantes no capital;
12. Mapa da composição dos órgãos de administração e fiscalização;
13. Plano de contas utilizado
14. Balancetes sintéticos e analíticos antes e após o apuramento de resultados;
15. Pareceres a que se referem as alíneas a) a c) e j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
16. Reconciliações bancárias;
17. Mapa dos empréstimos;
18. Mapa da locação financeira;
19. Mapa das dívidas em mora;
20. Certidões emitidas pelos serviços da segurança social e de finanças atestando a regularidade da respetiva situação contributiva;
21. Mapa da renegociação, transmissão ou sub-rogação da dívida comercial;
22. Mapa do escalonamento dos pagamentos relativos à dívida total;

23. Mapa do prazo médio de pagamentos;
24. Mapa das provisões e dos passivos e ativos contingentes;
25. Mapa dos derivados para cobertura de riscos financeiros;
26. Mapa dos benefícios obtidos e concedidos;
27. Mapa das participações da entidade;
28. Mapa das relações financeiras com a(s) entidade(s) pública(s) participante(s) e empresas locais;
29. Mapa dos recursos humanos, remunerações e outros benefícios;
30. Mapa da contratação administrativa;
31. Identificação de fornecedores com os quais tenham sido efetuadas, no exercício a que as contas respeitam, transações que representem mais de 5% do total de fornecimentos e serviços externos;
32. Mapa da evolução da situação económica e financeira;
33. Mapa do escalonamento dos compromissos plurianuais;
34. Relatório de boas práticas de governo societário a que se refere o artigo 54.º da Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
35. Estatutos, contrato de sociedade e acordos parassociais e de reequilíbrio económico-financeiro atualizados.

Fonte: Tribunal de Contas

# ANEXO VII: ESTRUTURA DO RELATÓRIO E CONTAS CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 2014 (Pg. 41)

## ÍNDICE

<b>1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA.....	7
1.2. ASPETOS MAIS RELEVANTES.....	9
1.3. APRESENTAÇÃO DO GRUPO.....	13
1.3.1. Estrutura acionista.....	13
1.3.2. Marcos históricos.....	13
1.3.3. Dimensão e ranking do Grupo.....	15
1.3.4. Estrutura do Grupo CGD - Desenvolvimentos Recentes.....	16
1.3.5. Rede de distribuição.....	19
1.3.6. A marca Caixa.....	20
1.3.7. Capital humano.....	24
1.4. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO.....	29
1.4.1. Evolução global.....	29
1.4.2. Economia portuguesa.....	32
1.4.2.1. Evolução global.....	32
1.4.2.2. Agregados de depósitos e crédito.....	33
1.4.2.3. Taxas de juro.....	35
1.4.2.4. Evolução cambial.....	36
1.4.2.5. Mercado de capitais.....	37
1.5. ESTRATÉGIA E SEGMENTOS DE ATIVIDADE.....	41
1.5.1. Objetivos estratégicos.....	41
1.5.2. Segmentos de atividade.....	43
1.5.2.1. Banca comercial.....	43
1.5.2.2. Crédito especializado.....	63
1.5.2.3. Atividade internacional.....	64
1.5.2.4. Banca de investimento.....	78
1.5.2.5. Gestão de ativos.....	84
1.6. RESULTADOS, BALANÇO, LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA.....	88
1.6.1. Atividade consolidada.....	88
1.6.1.1. Resultados.....	88
1.6.1.2. Balanço.....	92
1.6.1.3. Liquidez.....	95
1.6.1.4. Solvência.....	97
1.6.1.5. Fundo de pensões e plano médico do pessoal da CGD.....	99
1.6.2. Atividade individual.....	100
1.6.2.1. Resultados.....	100
1.6.2.2. Evolução do balanço.....	101
1.6.2.3. Gestão de capital.....	102
1.7. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS EM 2015.....	103
1.8. RATING DO GRUPO.....	108
1.9. GESTÃO DOS RISCOS.....	107
1.9.1. Risco de crédito.....	110
1.9.2. Risco de mercado.....	115
1.9.3. Risco de taxa de juro do balanço.....	117
1.9.4. Risco de liquidez.....	118
1.9.5. Risco operacional.....	121
1.10. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	124

1.11. NOTAS FINAIS.....	125
1.12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	126
1.13. DECLARAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA.....	127
1.13.1. Conselho de Administração.....	127
1.13.2. Posição obrigacionista dos membros do Conselho de Administração .....	128
1.13.3. Indicação sobre acionistas da CGD .....	128
1.14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS .....	129
Balanços individuais.....	129
Demonstrações dos resultados individuais.....	130
Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral individuais .....	131
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais.....	132
Demonstrações das alterações nos capitais próprios individuais .....	133
Balanços consolidados.....	134
Demonstrações dos resultados consolidados.....	135
Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral consolidados.....	136
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados.....	137
Demonstrações das alterações nos capitais próprios consolidados.....	138
<b>2. ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS.....</b>	<b>139</b>
2.1. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	139
1. Nota introdutória.....	139
2. Políticas contabilísticas.....	141
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	168
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	169
5. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados .....	170
6. Ativos financeiros disponíveis para venda .....	171
7. Ativos financeiros com acordo de recompra .....	177
8. Aplicações em instituições de crédito.....	178
9. Crédito a clientes.....	180
10. Derivados.....	182
11. Ativos não correntes detidos para venda .....	187
12. Outros ativos tangíveis.....	188
13. Ativos intangíveis.....	189
14. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos .....	190
15. Imposto sobre o rendimento.....	193
16. Outros ativos.....	198
17. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito .....	202
18. Recursos de clientes e outros empréstimos.....	204
19. Responsabilidades representadas por títulos.....	205
20. Passivos financeiros associados a ativos transferidos .....	210
21. Provisões e imparidade.....	213
22. Outros passivos subordinados.....	215
23. Outros passivos.....	220
24. Capital.....	222
25. Reservas, resultados transitados e resultado do exercício.....	223
26. Juros e rendimentos e juros e encargos similares.....	226
27. Rendimentos de instrumentos de capital.....	228
28. Rendimentos e encargos com serviços e comissões.....	229
29. Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e resultados de reavaliação cambial .....	230
30. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.....	231
31. Resultados de alienação de outros ativos.....	232

32. Outros resultados de exploração.....	233
33. Custos com pessoal e número médio de empregados.....	234
34. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados.....	235
35. Gastos gerais administrativos.....	244
36. Passivos contingentes e compromissos.....	245
37. Relato por segmentos.....	248
38. Entidades relacionadas.....	251
39. Prestação de serviço de mediação de seguros.....	253
40. Divulgações relativas a instrumentos financeiros.....	254
41. Gestão de capital.....	281
<b>2.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....</b>	<b>288</b>
1. Nota introdutória.....	288
2. Políticas contabilísticas.....	291
3. Empresas do grupo e transações ocorridas no período.....	322
5. Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	328
6. Aplicações em instituições de crédito.....	329
7. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor através de resultados.....	331
8. Ativos financeiros disponíveis para venda.....	332
9. Ativos financeiros com acordo de recompra.....	339
10. Derivados.....	340
11. Crédito a clientes.....	345
12. Ativos e passivos não correntes detidos para venda.....	347
13. Propriedades de investimento.....	352
14. Outros ativos tangíveis.....	358
15. Ativos intangíveis.....	359
16. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.....	364
17. Imposto sobre o rendimento.....	368
18. Outros ativos.....	370
19. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais.....	372
20. Recursos de clientes e outros empréstimos.....	374
21. Responsabilidades representadas por títulos.....	375
22. Provisões e passivos contingentes.....	381
23. Outros passivos subordinados.....	385
24. Outros passivos.....	391
25. Capital.....	393
26. Reservas, resultados transitados e resultado atribuível ao acionista da CGD.....	394
27. Interesses que não controlam.....	398
28. Juros e rendimentos e juros e encargos similares.....	400
29. Rendimentos de instrumentos de capital.....	402
30. Rendimentos e encargos com serviços e comissões.....	403
31. Resultados em operações financeiras.....	404
32. Outros resultados de exploração.....	408
33. Custos com pessoal.....	408
34. Pensões de reforma e outros benefícios de longo prazo.....	410
35. Outros gastos administrativos.....	420
36. Imparidade em ativos.....	421
37. Relato por segmentos.....	422
38. Entidades relacionadas.....	425
39. Divulgações relativas a instrumentos financeiros.....	426
40. Gestão de capital.....	462
<b>2.3. INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÔNUS SOBRE ATIVOS.....</b>	<b>472</b>
<b>2.4. RELATÓRIOS EBA.....</b>	<b>473</b>
<b>2.5. RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS.....</b>	<b>479</b>

2.5.1. Relatório de auditoria – contas individuais .....	479
2.5.2. Certificação legal das contas individuais .....	482
2.5.3. Relatório de auditoria – contas consolidadas .....	484
2.5.4. Certificação legal das contas consolidadas .....	488
2.5.5. Relatório e parecer da comissão de auditoria .....	488
<b>3. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO.....</b>	<b>497</b>
I - MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	497
II - ESTRUTURA DE CAPITAL .....	501
III - PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	502
IV - ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....	508
Assembleia geral .....	507
Conselho de Administração .....	507
Órgãos de fiscalização .....	512
Comissão de estratégia, governação e avaliação .....	515
Comissão de risco .....	516
Secretário da Sociedade .....	516
Auditor externo .....	517
Prevenção de conflitos de interesses .....	518
Curriculum Vitae dos membros dos órgãos sociais .....	518
V - ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	540
Estatutos e comunicações .....	540
Controlo interno e gestão de riscos .....	541
Regulamentos e Códigos .....	546
Aplicação e Normas de Natureza Fiscal .....	551
Aplicação de Normas de Concorrência e de Proteção do Consumidor .....	551
Aplicação e Normas de Natureza Ambiental .....	553
Aplicação e Normas de Natureza Laboral .....	554
Deveres especiais de informação .....	554
Representante para as relações com o Mercado e Sítio da Internet .....	554
VI - REMUNERAÇÕES .....	557
VII - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	562
VIII - ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL .....	565
IX - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	584
ANEXO I .....	588
Apêndice 1 .....	595
Apêndice 2 .....	599
<b>EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. ....</b>	<b>600</b>

Fonte: CGD

# ANEXO VIII: THE FUTURE OF REPORTING: FROM ROUTINE TO STRATEGIC (Pg. 50)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Stage 4	Stage 5
<b>1. Aims</b> What is the objective of the report?	Compliance	and reputation	and performance	and operational change	Influencing the debate as thought leaders on key issues, shaping the future and changing systems.
<b>2. Audience</b> Who are the audiences for the report?	Undefined or compliance-based No audience is defined or the audience is highly specific for one narrow purpose (e.g. a regulator)	Everybody Audience is typically defined as 'all stakeholders' with no prioritisation and communication channels	Defined multi-audience A sub-section of stakeholders are identified and various mechanisms are used to engage them, considering data selection, narrative development and communication channels	Formal materiality exercise may move external stakeholders but largely focused on business priorities	Proprietary target audiences (e.g. Report audiences are identified and prioritised based on report objectives. Engagement with audiences following the report launch provides a long tail of value)
<b>3. Materiality</b> What is the approach to identifying issues that are important to the business and to stakeholders?	Random or compliance-based selection of issues	Anything and everything	Informal and/or internally focused materiality process	Formal materiality exercise may move external stakeholders but largely focused on business priorities	Extensive process to aggregate and prioritise internal and external stakeholders views using formal and informal mechanisms, using the findings for reporting and in strategy
<b>4. Systems &amp; Processes</b> What types of reporting systems and processes are in place to facilitate sustainability communication?	Weak or ad hoc systems Often disparate across the organisation, ad hoc submissions of data or narratives in varying formats based on inconsistent processes and precarious reliability	Add-on systems Sustainability KPIs are added to some business reporting systems	Embedded systems Internal systems are set up to monitor and measure relevant KPIs with core business functions according to a desired frequency	Extended systems Systems set up to monitor and measure extended value chain impacts (e.g. suppliers). Systems are more standardised, systemic and tailored - and are used for performance assessment and reporting purposes	Integrated systems Systems are integrated into a suite of corporate measurement and reporting systems, allowing them to be used for strategic decision-making, early warning systems, to feed planning and near real-time reporting. This reflects a greater integration of business activity and sustainability strategy.
<b>5. Standards &amp; Frameworks</b> What reporting standards and frameworks are used?	Compliance-based or none	Informed guidance Reporting frameworks or standards may be examined to inform report content or structure, without being quite sure why that standard was selected	Commitment to specific frameworks and guidance Systemic adherence to leading standards. Assurance against standards is common at this stage to provide external validation	Strategic selection of advanced standards Strategic selection of world-class standards according to well-defined objectives. Some standards that are less valuable may be reviewed or dropped	Value-added standards Careful selection of standards for strategic purposes, but with diminished influence on structure and content of report. This reflects a more tailored approach to reporting within Stage 5 companies. Find best standard based frameworks to closely create less value.
<b>6. Outputs</b> What is produced from the reporting process?	Reviews and pamphlets Published on an ad hoc, inconsistent basis	Full-length report or PDFs Published irregularly (e.g. every two, three years), or perhaps with inconsistent data - making it difficult to compare performance over time.	Stratified communications Summary scorecards, pamphlets or mini reports are provided alongside detailed 'full reports' (often exhaustively long) or online information	Targeted Engagement A combination of print and multimedia content is targeted at defined audiences. This is more interactive - for example, feedback is invited, and content is potentially customizable. Overall report length may reduce as new channels communicate additional materials for audiences	Bespoke Communications Suite A range of channels and formats are used to reach many niche audiences. Thought leadership publications break new ground and influence the debate with priority audiences. Sustainability is more prominent in corporate communications and brand activities
<b>7. Engagement</b> What is the approach to engaging audiences?	Business as usual or ad-hoc interactions	Business as usual interactions with occasional events/press raising activity	Enabled feedback (e.g. surveys, polls)	Interactive communication through dedicated channels	Engaging priority audiences in targeted and strategic communication
<b>8. Frequency</b> How often will the exercise be repeated or other outputs be produced?	As required - i.e. unpredictable and ad hoc	Annually or every two years (sometimes varying to every three years)	Defined and regular time period - usually annually	Ongoing Part of ongoing communications on sustainability, not just a 'one-off' annual report	Real-time Across the calendar according to a defined and strategic plan, with moves towards 'real time' informing, for example through email updates to stakeholders

Fonte: Corporate Citizenship (2015)

Key Question	What the future may hold	Implications
<b>1. Aims</b> What is the objective of the report?	<b>Driving behavioural and systemic change</b> Companies will seek to create connections with audiences to create advocates and movements to tackle major issues, influence others (e.g. governments, consumers) in order to change systems and create a more sustainable world.	Aimed at the options, clarity over objectives will be more important than ever. Companies will also need to establish a top of mind needs through regular scanning for risks and opportunity as well as monitoring and understanding of research that may be relevant to their audiences.
<b>2. Audience</b> Who are the audiences for the report?	<b>Prioritised audiences and profiled demographics</b> Companies will develop a more nuanced understanding of stakeholders and reporting audiences in relation to their interests, habits, and capabilities. <b>Social listening - the process of identifying and assessing what is being said about a company, individual, product or brand through digital media channels - will become instrumental to understanding audiences. Insights into audiences will come from the digital footprint left by people when they interact with products, services, participate in open communities, or search for information.</b> Communication will be tailored to prioritised audiences and geographies. Feedback will be used to construct a process of continuous improvement in getting the right content to the right audiences.	Companies need to explore additional dimensions to mapping out their stakeholders and prioritising them. This can form part of a process of audience mapping for reporting. Clarity on audiences is crucial. Insights from social listening will help companies develop communication approaches and shape messaging to ensure that future outputs resonate effectively with the relevant audiences.
<b>3. Materiality</b> What is the approach to identifying issues of importance to the business and stakeholders?	<b>Materiality processes - determining what issues matter to the company and its stakeholders - will be instrumental to defining other reporting systems and processes. The materiality process itself will be designed to be ongoing, and integrated into business risk and opportunity assessments - not just a separate but-once-use carried out by the sustainability team. The materiality exercise will also include a forward-looking dimension.</b>	Companies need to have a clear and robust materiality process to map out the issues, and select the most relevant for the business and stakeholders to address in a report. Horizon scanning will become an increasingly important dimension of the materiality process. Companies need to understand how to interpret future trends and develop resilient business strategies.
<b>4. Systems &amp; Processes</b> What types of reporting systems and processes will be used to facilitate sustainability communication?	<b>Greater emphasis on inclusive and integrated systems</b> Business and sustainability performance measures will be further integrated to provide quantitative evidence of how sustainability is impacting core business functions such as innovation and sustainable teams. There may be greater collaboration between core business functions such as finance and sustainability teams. Performance indicators will be more explicitly aligned or include reference to globally recognised standards (such as the Sustainable Development Goals), as companies seek to articulate their contribution to sustainable development.	Companies need to ensure that objectives and audiences have been identified, and reporting systems and processes reviewed to ensure that they are fit for purpose. An audit of reporting systems can sometimes help to identify strengths and weaknesses with the current set-up.
<b>5. Standards &amp; Frameworks</b> What reporting standards and frameworks are used?	Attempts will be made by reporting initiatives to harmonise standards and frameworks, and we expect to see continuous revisions to existing frameworks. Assurance is likely to provide credibility for select data, and appropriate ratings and ratings by credible organisations will be an important measure of reputation as well as enhancing performance.	For selected reporters, reporting events will continue to be addressed but will not drive the structure of the report. Companies need a systematic approach to mapping and evaluating indices, standards, rating, awards, guidelines and frameworks. Selections should be made strategically according to business and reporting objectives.
<b>6. Outputs</b> What is produced from the reporting process?	<b>Coordinated, multi-channel, multi-format, interactive communication</b> Communications will be more tailored to specific audiences. Outputs will be digitally-led, allowing for customisation and real-time interaction. As companies define their material issues and approaches to managing impacts, we expect to see more status-based communications and thought leadership on topics, such as climate change, human rights or water scarcity. Key sustainability messages will be integrated into third-party media or communications to reach wider audiences. Story-telling will be how narratives are presented - however, a data bank will at least be available for analysts, allowing for comparability, benchmarking, and ratings. There will be greater contextual focus on geographies for global businesses.	Companies need to have a clear strategy for reporting and communications. This might be guided by: • Benchmarking of peers and competitors • Engagement with stakeholders to solicit feedback • Ongoing engagement with the business to align reporting with strategic priorities • Careful communications planning to select the right messages and content to resonate with relevant audiences
<b>7. Engagement</b> What is the approach to engaging reporting audiences?	<b>Strategic, collaborative, and on 'shared' platforms</b> Audiences engaging each other and the company on material topics through multiple platforms. Engagement strategies will be developed from social listening insights. Collaborative approaches means transparency, learning, learning and evolving the approach in response.	A clear communications plan should include not just getting the right content through the right channels to the right audiences - but also engaging them in a meaningful dialogue. Mapping of potential platforms (such as specialist sustainability websites) can help to identify priority areas to engage key audiences.
<b>8. Frequency</b> How often is the output produced?	Communication will be ongoing, with periodic presentation of performance reports for a defined period of time.	Reporting will be higher on visible issues - need to focus on issues around the five pillars of reporting. Whilst at first sight, periodic and ongoing reporting might capture more resource-intensive spread, going the other way can be more cost-effective in the long-term for some companies, when compared to a high frequency, annual exercise.

# ANEXO IX: ESTUDO DE CASO ÀS EMPRESAS COTADAS NO ÍNDICE PSI20 (Pg. 55)

DIMENSÕES	ALTRI	BPI	BANIF	BCP	CTT	EDP	EDP R.	GALP	IMPRESA	JM	MOTAE	INOS	PHAROL	PORTUCEL	REN	SEMAPA	SONAESGPS	T. DUARTE	
O «verde» no ADN																			
Expressão económica																			
Expressão social																			
Expressão ambiente																			
Expressão cultura																			
Expressão governança																			
Relatórios estratégicos																			
Relatório anual de sustentabilidade																			
Relatório anual unificado																			
Relatório anual de sustentabilidade + relatório anual unificado																			
A sustentabilidade no site																			
Outros meios de reporte de viabilidade do «verde»																			

Existe
  Não existe

Fonte: Elaboração própria, (com dados recolhidos em agosto de 2015)

# ANEXO X: PROGRAMA CORPORATIVO DE SUSTENTABILIDADE

(Pg. 61)



Fonte: CGD: Relatório de sustentabilidade do ano de 2014

## ANEXO XI: A SUSTENTABILIDADE NO SITE (Pg. 61)

Pt En O Nosso Banco Particulares Empresas **Institucional** Investor Relations Ajuda

 Grupo CGD Governo da Sociedade Compliance **Sustentabilidade** Património Histórico

**Sustentabilidade**  
Por um futuro sustentável.

- > Políticas e Compromissos
- > Reporting e Desempenho
- > Parcerias e Adesões
- > Prémios e distinções

**Comunidade**

- > Oferta com Benefício Social
- > Contas de solidariedade
- > Cultura
- > Educação e Liter. Financeira
- > Apoio a projetos

**Ambiente**

- > Sistema Gestão Ambiental
- > Programa de Baixo Carbono
- > Floresta Caixa
- > Calculadora de Carbono

Fonte: CGD

## ANEXO XII: PRÉMIOS E DISTINÇÕES (Pg. 62)

### Certificação Ambiental - 2014

CGD é o primeiro Banco português com a certificação ambiental.



### Green Leadership Award

Caixa foi premiada com o 1º prémio do Greenfest 2014 - o Green Leadership Award, uma distinção atribuída pela sua estratégia de sustentabilidade.



### Prémio "Atitude Sustentável" - 2014

A Caixa foi distinguida com o prémio "Atitude Sustentável", na categoria Stand, no Rock in Rio – Lisboa 2014.



### Responsabilidade Climática em Portugal – Índice ACGE 2011

A CGD obteve a liderança do setor financeiro e a 2ª posição no total das 82 empresas avaliadas, como reconhecimento pelo seu empenho na resposta ao desafio das alterações climáticas e a uma economia de baixo carbono.



### Prémios de Comunicação Meios & Publicidade 2014

O programa de literacia financeira Saldo Positivo e o projeto do livro Árvores da Terra foram duas das iniciativas da Caixa distinguidas na edição de 2014. Um reconhecimento mais do trabalho desenvolvido no âmbito da Sustentabilidade.



### Banco Mais Sustentável de Portugal - 2012

A revista The New Economy distinguiu a Caixa Geral de Depósitos como o Banco Mais Sustentável de Portugal em 2012, uma distinção atribuída no âmbito da iniciativa The New Economy's Sustainable Finance Awards.



### Best Ethical Practices Awards 2014

A CGD é a vencedora do Best Ethical Practices Awards 2014, na categoria 'Responsabilidade Social', uma iniciativa que visa identificar, destacar e premiar boas práticas éticas implementadas em Portugal.



#### **Prémio EDP - Energia Elétrica e Ambiente - 2009**

A Caixa Geral de Depósitos conquistou o Prémio EDP – Energia Elétrica e Ambiente na categoria Serviços e Outras Atividades.



#### **Distinção Carbon Disclosure Project - 2014**

A Caixa foi, mais uma vez, reconhecida pelo Carbon Disclosure Project pelo seu percurso na redução das emissões de carbono e na mitigação dos riscos das alterações climáticas.



#### **Marca de Confiança na Atuação Ambiental 2011**

A Caixa foi reconhecida como a Marca que, na categoria da Banca, mais iniciativas tem realizado com vista à preservação do Planeta.



#### **Prémio Desenvolvimento Sustentável 2012/2013**

A CGD ganhou o Prémio Setorial e destacou-se no ranking geral da 5.ª edição do Prémio Desenvolvimento Sustentável, um reconhecimento das melhores práticas na área da sustentabilidade empresarial.



#### **Prime no Corporate Rating da OEKOM - 2012**

A CGD foi avaliada pela Oekom, agência alemã de rating de sustentabilidade empresarial, como empresa best in class no sector financeiro ao nível internacional.



#### **Prémio Cidadania de Empresas e Organizações - 2010**

O Programa Caixa Carbono Zero da CGD foi distinguido, em 2010, com o prémio para a melhor iniciativa desenvolvida na área do ambiente.



Fonte: CGD